



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM JORNALISMO**

Nádia Atalia Zavala

**Rádio comunitário em Moçambique: uma análise da programação informativa sobre uniões
prematargas nas emissoras de Sussundenga e Gândwa**

Florianópolis

2024

Nádia Atalia Zavala

Rádio comunitário em Moçambique: uma análise da programação informativa sobre uniões prematuras nas emissoras de Sussundenga e Gândwa

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Jornalismo.

Orientadora: Profa. Valci Regina Mousquer Zuculoto, Dra.

Florianópolis

2024

Ficha catalográfica gerada por meio de sistema automatizado gerenciado pela BU/UFSC.
Dados inseridos pelo próprio autor.

Zavala, Nádia Atalia

Rádio comunitária em Moçambique: uma análise da programação informativa sobre uniões prematuras nas emissoras de Sussundenga e Gândwa / Nádia Atalia Zavala ; orientadora, Valci Regina Mousquer Zuculoto, 2024.

161 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós Graduação em Jornalismo, Florianópolis, 2024.

Inclui referências.

1. Jornalismo. 2. Radiojornalismo. 3. Rádios comunitárias de Moçambique. 4. Programas sobre uniões prematuras. 5. Rádios de Sussundenga e Gândwa. I. Zuculoto, Valci Regina Mousquer . II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Jornalismo. III. Título.

Nádia Atalia Zavala

Rádio comunitário em Moçambique: uma análise da programação informativa sobre uniões prematuras nas emissoras de Sussundenga e Gândwa

O presente trabalho em nível de Mestrado foi avaliado e aprovado em 12 de julho de 2024, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Profa. Dra. Karina Woehl de Farias

Universidade Estadual Paulista

Prof. Dr. Luciano Klöckner

Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia

Profa. Dra. Juliana Gobbi Betti

Universidade Federal de Ouro Preto

Profa. Dra. Izani Pibernat Mustafá

Universidade Federal do Maranhão

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Mestre em Programa de Pós-Graduação em Jornalismo (PPGJOR)

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Profa. Valci Regina Mousquer Zuculoto, Dra.

Orientadora

Florianópolis, 2024

Dedico esta dissertação aos meus pais, Alexandre Dinis Zavale e Raquelina Domingos Siteo Zavale, pilares de amor e suporte incondicional. A vocês, que sempre acreditaram em mim, me encorajaram a voar alto e me brindaram com a base sólida necessária para trilhar este caminho. A vocês, minha eterna gratidão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por me conceder a oportunidade de viver e realizar este sonho. Sem Ele, nem eu, nem esta dissertação estaríamos aqui.

Expresso minha profunda gratidão à minha orientadora, Valci Regina Mousquer Zuculoto, por sua orientação precisa, apoio constante e confiança inabalável. Sua dedicação, paciência e capacidade de acreditar em meu potencial, mesmo nos momentos de dúvida, foram essenciais para superar os desafios e trilhar este caminho com segurança. Sua presença e conhecimento me inspiraram a buscar o melhor de mim e me impulsionaram a construir um trabalho do qual me orgulho.

À Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em especial ao Programa de Pós-Graduação em Jornalismo (PPGJOR), deixo meu reconhecimento pela acolhida calorosa, pelos ensinamentos valiosos e pelas inúmeras colaborações que tornaram possível a realização deste trabalho. A convivência nesse ambiente estimulante e enriquecedor contribuiu significativamente para meu desenvolvimento acadêmico e pessoal, deixando marcas duradouras em minha trajetória.

À minha família, meu pai, Alexandre Dinis Zavale, minha mãe, Raquelina Domingos Siteo Zavale, e meus irmãos, Gerson Dinis Alexandre Zavale e Vanessa Rute Zavala, meu eterno agradecimento pelo apoio incondicional nesta caminhada em busca do conhecimento. Obrigada pela ajuda!

Agradeço aos meus amigos das lutas acadêmicas que sempre me acompanharam: Erven Cocho, Imo Márcio, Shenia Passos, Maina Guambe, Miguel Eduardo, Luna Tauacale, Cátia Olesse. A amizade e o apoio de vocês foram fundamentais para que eu pudesse chegar até aqui. Agradeço também aos meus colegas do grupo de pesquisa de Investigação em Rádio, Fonografia e Áudio (Girafa/UFSC/CNPq).

Ao programa de bolsas da Carrefour, meu muito obrigado pela força durante o período do mestrado.

Por fim, agradeço a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho.

Mães, mulheres. Invisíveis, mas presentes. Sopro de silêncio que dá à luz ao mundo.
Estrelas brilhando no céu, ofuscadas por nuvens malditas. Almas sofrendo na sombra do céu.
O baú lacrado, escondido neste velho coração, hoje se abriu um pouco, para revelar o canto
das gerações. Mulheres de ontem, de hoje e de amanhã, cantando a mesma sinfonia, sem
esperança de mudanças. (Paulina Chiziane, 1998)

RESUMO

Esta pesquisa se concentra na análise da programação informativa sobre uniões prematuras em duas rádios comunitárias em Moçambique: Sussundenga e Gândwa . O estudo investiga como essas rádios abordam o tema das uniões prematuras em sua programação, examinando a periodicidade de transmissão dos programas, o alcance e o impacto das mensagens transmitidas. Os objetivos específicos deste estudo incluem traçar o percurso histórico da radiofonia comunitária em Moçambique e o desenvolvimento de seu potencial de produção informativa para combater problemas sociais, com destaque para as uniões prematuras. Ademais, visa mapear os veículos radiofônicos comunitários que produzem jornalismo, com foco na análise das programações das emissoras de Sussundenga e Gândwa , que constituem o *corpus* desta pesquisa. Para alcançar tais objetivos, a pesquisa se baseia em conceitos de rádio comunitário, comunicação comunitária, uniões prematuras e jornalismo de proximidade. Trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva, utilizando o Estudo de Casos Múltiplos como estratégia metodológica e recorrendo a abordagens da história da comunicação e à análise documental, incluindo revisão bibliográfica. As técnicas de pesquisa abrangem entrevistas semiabertas com três grupos distintos. O primeiro grupo consiste em jornalistas e produtores de conteúdo das duas rádios comunitárias focadas no estudo. O segundo grupo é composto por meninas residentes em dois bairros dos distritos onde as emissoras estão localizadas. Por fim, o terceiro grupo engloba entrevistas com líderes comunitários, como professores e encarregados de educação. Também foi aplicado um questionário a 200 meninas dos distritos de Sussundenga e Gondola. Com essa abordagem abrangente, pretende-se compreender o impacto do radiojornalismo comunitário na prevenção e enfrentamento do problema das uniões prematuras em Moçambique. O estudo conclui que as rádios comunitárias exercem um papel importante na sensibilização e educação das comunidades sobre as uniões prematuras, contribuindo para a mudança de comportamentos. No entanto, enfrentam desafios como limitações financeiras e resistência cultural. Programas como “Saúde Sexual Reprodutiva” e “Prevenção de Uniões Prematuras” têm sido eficazes na conscientização e empoderamento das meninas, mas a eficácia pode ser melhorada com maior colaboração e recursos.

Palavras-chave: Radiojornalismo; Rádios comunitárias de Moçambique; Programas sobre uniões prematuras; Rádios de Sussundenga e Gândwa.

ABSTRACT

This research focuses on the analysis of information programming about early unions on two community radio stations in Mozambique: Sussundenga and Gândwa . The study investigates how these radio stations address the issue of premature unions in their programming, examining the frequency of broadcasting, the reach and the impact of the messages transmitted. The specific objectives of this study include tracing the history of community radio in Mozambique and the development of its potential for producing information to combat social problems, particularly premature unions. In addition, it aims to map community radio outlets that produce journalism, with a focus on analyzing the programming of the Sussundenga and Gândwa stations, which make up the corpus of this research. To achieve these objectives, the research is based on the concepts of community radio, community communication, premature unions and proximity journalism. This is an exploratory and descriptive study, using the Multiple Case Study as a methodological strategy and drawing on approaches from the history of communication and documentary analysis, including a bibliographical review. The research techniques include semi-open interviews with three distinct groups. The first group consists of journalists and content producers from the two community radio stations focused on in the study. The second group is made up of girls living in two neighborhoods in the districts where the stations are located. Finally, the third group includes interviews with community leaders, such as teachers and guardians. A questionnaire was also administered to 200 girls from the districts of Sussundenga and Gondola. With this comprehensive approach, the aim is to understand the impact of community radio journalism on preventing and tackling the problem of early unions in Mozambique. The study concludes that community radio stations play an important role in raising awareness and educating communities about early unions, contributing to behavioral change. However, they face challenges such as financial limitations and cultural resistance. Programs such as "Sexual Reproductive Health" and "Prevention of Premature Unions" have been effective in raising awareness and empowering girls, but effectiveness can be improved with greater collaboration and resources.

Keywords: Radio journalism; Community radios in Mozambique; Programs on premature unions; Sussundenga and Gândwa radios.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Mapa da divisão administrativa de Moçambique	24
Figura 2 - O processo de lobolo	31
Figura 3 - Grupos Étnicos.....	36
Figura 4 - Distribuição das rádios comunitárias em Moçambique.....	58
Figura 5 - Distrito de Sussundenga	96
Figura 6 - Rádio Comunitária de Sussundenga	97
Figura 7- Distrito de Gondola.....	117
Figura 8 - Rádio Comunitária Gândwa	119
Figura 9 - Jornalista da Rádio comunitária de Gândwa	124
Figura 10 - Líder comunitário de Gondola.....	135

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Índice de uniões prematuras em Moçambique.....	35
Gráfico 2 - Distribuição percentual das uniões prematuras por província	40
Gráfico 3 - Rádios geridas pela igreja e pelas organizações cívicas	66
Gráfico 4 - Presença de colaboradores masculinos e femininos nas redações ao longo dos anos	77
Gráfico 5 - Presença de homens e mulheres por tipo de órgão	78
Gráfico 6 - Preferências pela Rádio Comunitária de Sussundenga	114
Gráfico 7 - Preferências de Programas em Sussundenga	116
Gráfico 8 - Escuta da rádio comunitária Gândwa.....	136
Gráfico 9 - Escuta da rádio comunitária Gândwa.....	136
Gráfico 10 - Preferências de Programas em Gondola	138

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - A desnutrição em Moçambique.....	28
Tabela 2 - Rádios comunitárias geridas pelo ICS.....	62
Tabela 3 - Grade de Programação da Rádio Comunitária de Sussundenga	99
Tabela 4 - Preferências pela Rádio Comunitária de Sussundenga	114
Tabela 5 - Preferências de Programas em Sussundenga	115
Tabela 6 - Grade de programação da Rádio Comunitária Gândwa.....	120
Tabela 7 - Preferências de Programas em Gondola.....	138

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

FMI	Fundo Monetário Internacional
ICS	Instituto de Comunicação Social
UNESCO/PNUD	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura / Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
ONU	Organização das Nações Unidas
HIV/AIDS	Vírus da Imunodeficiência Humana / Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
MMAS	Ministério da Mulher e da Ação Social
RECAC	Rede de Comunicadores Amigos da Criança
PSAF	Programa de Segurança Alimentar e Nutricional
ASWJ	Ahlu Sunnah Wa-Jama
SADC	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
FORCUM	Fórum das Rádios Comunitárias de Moçambique
RM	Rádio Moçambique
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
FNUAP	Fundo das Nações Unidas para a População
ONG	Organização Não Governamental
CAICC	Centro de Apoio à Informação e Comunicação Comunitária
INCM	Instituto Nacional das Comunicações de Moçambique
GABINFO	Gabinete de Informação
REGFAE	Estatuto Geral dos Funcionários e Agentes do Estado
IDS	Inquérito Demográfico e de Saúde
TARV	Tratamento Antirretroviral
INSIDA	Inquérito Nacional sobre o impacto do HIV e SIDA em Moçambique
AMARC	Associação Mundial de Rádios Comunitárias
CMC	Centros Comunitários Multimídia
RCS	Rádio Comunitária de Sussundenga

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 MOÇAMBIQUE E O TRAÇADO HISTÓRICO DAS SUAS RÁDIOS COMUNITÁRIAS: PAPEL NO DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	23
2.1 MOÇAMBIQUE E SEU CENÁRIO HISTÓRICO E SOCIAL	23
2.2 CONTEXTO HISTÓRICO DOS TEWE (TEVE) E O PROCESSO DE CASAMENTO NESSA CULTURA.....	28
2.3 UNIÕES PREMATURAS EM MOÇAMBIQUE: DO CONCEITO, CAUSAS E FATORES CONTRIBUINTES.....	32
2.3.1 Fatores culturais	35
2.3.3 Fatores econômicos.....	39
2.4 DESAFIOS E BARREIRAS NA PREVENÇÃO DAS UNIÕES PREMATURAS EM MOÇAMBIQUE	40
2.4.1 Barreiras em nível político.....	41
2.4.2 Barreiras em nível institucional	42
2.5 COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA COMO FERRAMENTA PARA A PREVENÇÃO E COMBATE ÀS UNIÕES PREMATURAS	43
2.5.1 História das rádios comunitárias no mundo	44
2.5.2 Rádios comunitárias na África.....	50
2.6 RÁDIOS COMUNITÁRIAS EM MOÇAMBIQUE E SEU PAPEL NO DESENVOLVIMENTO LOCAL	54
2.6.1 Rádios comunitárias administradas pelo Estado.....	58
2.6.2 Rádios comunitárias pertencentes a organizações cívicas e à Igreja.....	64
2.6.3 Legislação e o licenciamento.....	67
2.6.4 Participação da comunidade na produção e gestão das rádios comunitárias... 	69
2.7 MULHER E MÍDIA EM MOÇAMBIQUE	74
CAPÍTULO III	80
3. BASES TEÓRICAS E ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	80
3.1 RÁDIOS LOCAIS.....	80

3.2	JORNALISMO DE PROXIMIDADE.....	83
3.3	ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS	84
3.3.1	Pesquisa quanto à abordagem	86
3.3.2	Pesquisa quanto aos procedimentos.....	88
3.3.3	Instrumentos de coleta de dados	90
3.3.4	Categorias de análise	93
	CAPÍTULO IV.....	94
	4. ESTUDO DAS RÁDIOS COMUNITÁRIAS DE SUSSUNDENGA E DE GÂNDWA	95
4.1	RÁDIO COMUNITÁRIA DE SUSSUNDENGA	95
4.1.1	Apresentação e análise dos dados da Rádio Comunitária de Sussundenga....	103
4.1.2	Programa: “Saúde Sexual Reprodutiva”	104
4.1.3	Leitura das Entrevistas	104
4.1.4	Programa: “Prevenção de Uniões Prematuras”	105
4.1.5	Leitura das Entrevistas	106
4.1.6	A voz das meninas sobre as uniões prematuras.....	107
4.1.7	Análise das uniões prematuras sob a perspectiva dos locutores e programadores das rádios comunitárias	109
4.1.8	Impacto da Rádio Comunitária de Sussundenga na prevenção e combate às uniões prematuras	111
4.1.9	Visão da Seção de Atendimento à Mulher e Criança Vítima de Uniões Prematuras: uma janela de esperança	112
4.1.10	Visão do líder comunitário sobre uniões prematuras e importância da rádio comunitária na sua prevenção e combate	113
4.1.11	A voz das meninas sobre as rádios comunitárias.....	113
4.1.12	Questão sobre os programas.....	115
4.2	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS DA RÁDIO COMUNITÁRIA GÂNDWA	117
4.2.1	Análise da programação das Rádios comunitárias de Gândwa	123
4.2.2	A voz das meninas sobre as uniões prematuras.....	130
4.2.3	Análise das uniões prematuras sob a perspectiva dos locutores e programadores das rádios comunitárias.....	132
4.2.4	Impacto das Rádios Comunitárias de Sussundenga e Gândwa na prevenção e combate às uniões prematuras	133

4.2.5	Visão dos líderes comunitários sobre uniões prematuras e importância das rádios comunitárias na sua prevenção e combate	134
4.2.6	Questão sobre os programas.....	137
4.3	GONDOLA	138
5.	CONCLUSÃO.....	140
6.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	142

1 INTRODUÇÃO

Moçambique, situado na costa oriental da região austral do continente africano, detém um grande potencial em suas reservas naturais. No entanto, sua realidade é marcada por uma profunda pobreza, figurando entre os dez países mais pobres da África. O Fundo Monetário Internacional (FMI) estima o PIB de Moçambique em 16,4 bilhões de dólares para o ano de 2023 (FMI, 2023). A diversidade cultural é um dos traços marcantes do país, com uma grande variedade de povos e línguas, conforme destacado por Ngunga (2012, p. 3).

O país é composto por 11 províncias, com Maputo como capital. A riqueza cultural se manifesta em um mosaico de grupos étnicos, culturas, religiões e línguas, resultado da interação de grupos autóctones, migrantes bantu, persas, árabes, indianos, chineses, portugueses, ingleses, franceses e belgas, entre outros (Ngunga; Rego, 2012, p. 3). O português, língua oficial, convive com 22 línguas nativas, de acordo com dados do censo de 2017.

A independência de Portugal, conquistada em 25 de junho de 1975, marcou o início de um período conturbado para o país. Em 1977, a guerra civil eclodiu em meio à adoção de um sistema de governo socialista e à oposição ao regime de Ian Smith na Rodésia. Moçambique sofreu ataques militares da Rodésia, com alvos econômicos, sociais e campos de refugiados zimbabuanos. Após a independência do Zimbábue em 1980, a guerra se prolongou, com o Movimento Nacional de Resistência (MNR), posteriormente conhecido como Renamo, recebendo apoio da África do Sul para manter sua influência na região e prejudicar o movimento *antiapartheid*.

A guerra na década de 1980 causou danos significativos às infraestruturas socioeconômicas, impactando a população civil, principalmente nas áreas rurais. Ao mesmo tempo, Moçambique enfrentou períodos de seca e enchentes, agravando os problemas de infraestrutura econômica e social.

Em meio a essa conjuntura desafiadora, o Ministério da Informação de Moçambique buscou melhorar a vida da população rural. Em 1977, o Gabinete de Comunicação Social, financiado pela UNICEF, foi estabelecido com o objetivo de criar um sistema de comunicação comunitária em bairros e aldeias, direcionado ao desenvolvimento agrícola, saúde, educação e melhoria do padrão de vida da população (Jane, 2006, p. 34).

O Decreto nº 9/93, de 22 de junho de 1993, que regulamenta a liberalização do setor de radiodifusão em Moçambique, estabelece quatro níveis de radiodifusão:

- Setores de radiodifusão pública;
- Setores de radiodifusão privada;
- Setores de radiodifusão mista;
- Setores de radiodifusão cooperativa.

Os operadores do setor cooperativo são definidos como organizações coletivas sem fins lucrativos (Artigo 3 do Decreto nº 9/93, de 22 de junho de 1993). A radiodifusão comunitária não está explicitamente definida no decreto, sendo geralmente enquadrada no setor cooperativo.

A partir de 1999, o Instituto de Desenvolvimento Rural (INDER) se envolveu na radiodifusão comunitária, instalando várias Rádios e Televisões Rurais sob o projeto “RRTV”. Após a extinção do INDER em 2000, o ICS herdou as estações, aumentando o total para 17. O Projeto de Desenvolvimento dos Media da UNESCO/PNUD também contribuiu para a criação de oito novas rádios comunitárias em seis províncias, resultando em 37 rádios comunitárias em funcionamento até 2003. A emissão dependia da manutenção do equipamento e da produção de programas, com apoio do ICS, da Cooperação Austríaca e do Projeto de Desenvolvimento dos Media da UNESCO/PNUD.

De acordo com o INE (2017), as zonas rurais do país, que abrigam 16 milhões de habitantes, apresentam um acesso limitado à internet, com apenas 346.276 pessoas conectadas. A televisão atinge cerca de um milhão, trezentos e trinta e seis mil habitantes, enquanto o rádio, com dois milhões, cento e quarenta e oito mil pessoas com acesso, se torna o meio de comunicação mais presente. Por outro lado, a Data Portal, uma plataforma online que fornece subsídios e estatísticas sobre o uso da Internet, mídias sociais e tecnologia em todo o mundo, em notícia publicada no dia vinte e três de fevereiro, informa que até janeiro de dois mil e vinte e quatro, em Moçambique, apenas sete milhões, novecentos e sessenta mil residentes do país tiveram acesso à Internet, com uma taxa de penetração que se situava em vinte e três vírgula dois por cento da população total no início de dois mil e vinte e quatro.¹

Em países como Moçambique, onde o acesso à internet e à televisão é limitado, o rádio assume um papel crucial na transmissão de informações de interesse público e na formação de políticas públicas voltadas para a melhoria da vida das comunidades.

O combate às uniões prematuras, às doenças e a promoção da educação se beneficiam da transmissão de informações que dialogam com o imaginário local. As rádios

¹ Data Portal. The state of digital in mozambique um 2024. Disponível em: <https://datareportal.com/reports/digital-2024-mozambique>. Acesso em: 12 jan. 2024.

comunitárias se destacam como um meio de comunicação essencial para a sociedade moçambicana, representando uma ferramenta eficaz e acessível.

Moçambique conta com uma variedade de meios de comunicação social, incluindo públicos, privados e comunitários, que desempenham um papel crucial na mobilização das comunidades para combater as uniões prematuras e modificar comportamentos em relação a esse grave problema social. No entanto, há uma lacuna significativa nesses meios, marcada pela falta de pluralidade de discurso e pela veiculação inadequada de informações essenciais para orientar as adolescentes em situação de risco.

A ausência de uma abordagem abrangente e inclusiva nos meios de comunicação tradicionais de Moçambique deixa as adolescentes desassistidas em relação ao conhecimento sobre como agir quando confrontadas com a possibilidade de uniões prematuras. As consequências negativas dessas uniões prematuras para as jovens moçambicanas são devastadoras, afetando não apenas a saúde e o bem-estar físico, mas também as oportunidades de educação, emprego e desenvolvimento pessoal.

As rádios comunitárias, na realidade moçambicana, destacam-se como uma ferramenta apropriada para facilitar o processo de aprendizagem necessário à tomada de consciência por parte da sociedade. Elas têm o poder de influenciar o desenvolvimento da capacidade de reflexão crítica sobre a própria realidade social e de transformá-la, transmitindo informações a partir do imaginário local e utilizando a linguagem e o discurso locais.

Nesse contexto, surge o interesse em estudar o papel das rádios comunitárias na prevenção e combate às uniões prematuras, analisando a visão das meninas sobre o impacto dos programas dessas rádios no enfrentamento desse problema. Além disso, é importante analisar a programação informativa sobre uniões prematuras transmitida pelas emissoras de Sussundenga e Gândwa .

A relevância deste estudo reside no reconhecimento da gravidade desse problema social, que atinge índices alarmantes e têm efeitos prejudiciais sobre as meninas moçambicanas, comprometendo seu bem-estar e futuro. Além disso, compreendemos o poder do rádio no país, não apenas como meio de entretenimento e informação, mas também como uma ferramenta poderosa para moldar opiniões e influenciar a sociedade.

Por outro lado, reconhecemos que os programas transmitidos pelas rádios comunitárias têm uma potencial relevância significativa na promoção dos direitos da criança, permitindo que elas usufruam de seus direitos sem barreiras. Por isso, o estudo se torna pertinente ao buscar demonstrar a importância de produções radiofônicas para o combate e prevenção das uniões prematuras, bem como a concepção de programas feitos de criança para

criança e apresentados em suas vozes, tornando a mensagem mais próxima e acessível ao público-alvo.

Do ponto de vista acadêmico, este tema pode despertar, nos profissionais e estudantes de jornalismo, a necessidade de compreender que a missão dos jornalistas e dos órgãos de comunicação vai além da simples difusão de informações. Eles também têm o papel de educadores e mobilizadores para a mudança de comportamento diante de situações que afetam as comunidades.

O público não só precisa de informações decodificadas para melhor compreensão, mas também de conteúdos úteis que respondam às suas demandas. Os meios de comunicação não devem se limitar à produção e difusão de informações; é essencial que essas informações atendam às necessidades do público-alvo e incentivem a reflexão e a ação para a transformação social. Do contrário, estarão prestando um desserviço ao público. Neste caso, a pesquisa é importante porque visa despertar nas rádios comunitárias a necessidade de dar voz aos intervenientes no processo de concepção de programas que visam a prevenção e o combate às uniões prematuras.

Segundo o relatório da UNICEF (2015), as uniões prematuras têm influenciado negativamente os esforços para a redução da pobreza, fazendo com que muitas meninas fiquem grávidas precocemente, deixando de ter acesso à educação e a outros direitos inerentes. As uniões prematuras também são consideradas uma das principais formas de contração do HIV/AIDS na adolescência e aumentam os riscos de mortalidade materna e infantil.

A partir desses pressupostos, emergem questões norteadoras desta dissertação: qual é o papel das rádios comunitárias no combate e prevenção das uniões prematuras em Moçambique? Que tipo de programação as rádios transmitem com vista a contribuir no enfrentamento e prevenção desse grave problema social? E de que maneira os programas alcançam esses objetivos? Para responder a estas indagações, toma-se como objeto empírico as rádios comunitárias de Sussundenga e Gândwa, na província de Manica, em Moçambique. Para a operacionalização da pesquisa, definiu-se como objetivo geral a análise do papel do rádio comunitário na disseminação de informações sobre uniões prematuras nas emissoras de Sussundenga e Gândwa, avaliando a periodicidade de transmissão dos programas, o alcance e o impacto da programação informativa nesse tema. Especificamente, buscou-se traçar o percurso histórico da radiofonia comunitária em Moçambique e o desenvolvimento do seu potencial de produção informativa para combater problemas sociais, com destaque para as

uniões prematuras. Ademais, visa mapear os programas radiofônicos das emissoras de Sussundenga e Gândwa, que contribuem para a prevenção e combate às uniões prematuras.

A pesquisa “Rádio comunitário em Moçambique: uma análise da programação informativa sobre uniões prematuras nas emissoras de Sussundenga e Gândwa” baseia-se em uma abordagem metodológica abrangente para fornecer uma análise aprofundada e significativa. Como metodologia, optamos pelo Estudo de Casos Múltiplos como a estrutura central da pesquisa. Essa abordagem permite uma visão holística dos acontecimentos da vida real, promovendo uma investigação empírica de fenômenos contemporâneos.

Utilizamos também a revisão bibliográfica e a pesquisa documental. Na revisão da bibliografia, incluímos publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, monografias, teses e material cartográfico. Esse tratamento nos permite situar o estudo no contexto do conhecimento existente sobre o tema e identificar tendências e perspectivas relevantes. Além disso, a pesquisa documental nos ajuda a coletar dados históricos e contextualizadores sobre as rádios comunitárias em Moçambique e seu envolvimento na prevenção das uniões prematuras.

Para aprofundar nossa análise sobre o papel da rádio comunitária na prevenção e combate às uniões prematuras em Moçambique, realizamos entrevistas com diferentes atores chave: comunicadores profissionais que trabalham diretamente na produção de conteúdo para as rádios comunitárias; jornalistas com experiência em cobrir temas sociais e de direitos humanos; líderes comunitários influentes nas comunidades que possuem conhecimento sobre as causas e impactos das uniões prematuras e meninas dos dois distritos onde se localizam as emissoras aqui estudadas, que são principais beneficiárias das informações veiculadas pelas rádios comunitárias, fornecendo *insights* sobre o impacto da programação.

Em conjunto, esses métodos proporcionaram uma base sólida para a investigação e análise do papel do jornalismo comunitário na abordagem das uniões prematuras em Moçambique, com foco nas rádios comunitárias de Sussundenga e Gândwa. A pesquisa documental contribuiu para uma reflexão contextualizada e histórica, enquanto as entrevistas forneceram informações valiosas das partes envolvidas diretamente nas rádios comunitárias e no enfrentamento às uniões prematuras.

O referencial teórico baseia-se nos conceitos e compreensões do rádio comunitário, jornalismo local e jornalismo de proximidade e uniões prematuras. Para isso, recorreremos aos seguintes autores e obras: Cicilia M. Krohling Peruzzo, em “Mídias regional e local: aspectos conceituais e tendências (2005)”; Carlos Camponez, como organizador de “Jornalismo de

proximidade: Limites, Desafios e oportunidades (2012)”; Leandro Ramires Comassetto em “A voz da aldeia e o comportamento da informação na nova ordem global (2007)” e outros.

Este trabalho é dividido em três capítulos que, juntos, proporcionam uma visão holística do contexto de Moçambique, os desafios enfrentados pela sociedade moçambicana, bem como o papel das rádios comunitárias no combate às uniões prematuras.

No primeiro capítulo, mergulhamos no cenário moçambicano. Começamos com um breve histórico do país e uma exploração de sua rica cultura. Em seguida, enfrentamos a delicada questão das uniões prematuras nas zonas rurais de Moçambique. Destacamos os complexos fatores culturais, sociais, econômicos e políticos que alimentam essas uniões precoces. Examinamos como as profundas culturas e crenças em Moçambique desempenham um papel proeminente na promoção desse fenômeno. Além disso, investigamos fatores sociais como a orfandade e a pobreza, que têm impactos significativos nas taxas alarmantes de uniões prematuras.

No segundo capítulo, detalhamos os processos metodológicos que sustentam nossa pesquisa. Baseamo-nos em estudos de casos múltiplos, análise de documentos e revisão de materiais bibliográficos. Revelamos a abordagem empregada em nosso estudo. Esta seção destaca a metodologia utilizada na análise.

No terceiro e último capítulo, concentramos nossa atenção nas rádios comunitárias, especificamente as de Sussundenga e Gandwã. Exploramos a trajetória dessas emissoras comunitárias e seu papel vital no desenvolvimento das comunidades rurais. Ao analisar a programação das rádios, enfatizamos o público-alvo e seu envolvimento. Além disso, evidenciamos e refletimos a contribuição das emissoras comunitárias na prevenção e combate às uniões prematuras na vila de Sussundenga e no distrito de Gondola. Utilizamos dados coletados e relatos de jovens das duas localidades para avaliar o impacto das rádios na prevenção desse fenômeno. Também ouvimos pais e encarregados de educação para compreender melhor o efeito das uniões prematuras na comunidade e, assim, relevância da função das rádios comunitárias. Este capítulo encerra nossa pesquisa com uma visão abrangente do papel das rádios comunitárias na abordagem das uniões prematuras em Moçambique.

2 MOÇAMBIQUE E O TRAÇADO HISTÓRICO DAS SUAS RÁDIOS COMUNITÁRIAS: PAPEL NO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Neste capítulo, contextualizamos a história das rádios comunitárias em Moçambique, traçando sua evolução ao longo do tempo e destacando seu papel crucial como ferramenta de comunicação comunitária. Apresentamos também a legislação e o licenciamento que regem as rádios comunitárias, elementos fundamentais para sua regulamentação e operação. Por outro lado, falamos da participação ativa da comunidade na produção e gestão das rádios comunitárias, mostrando sua importância para o sucesso dessas iniciativas. Além disso, exploramos o problema das uniões prematuras nas zonas rurais de Moçambique, desvendando suas causas e consequências, com foco em fatores culturais, sociais e econômicos.

2.1 MOÇAMBIQUE E SEU CENÁRIO HISTÓRICO E SOCIAL

Moçambique está situado na região da África Austral e tem uma extensa costa ao longo do Oceano Índico, com cerca de 2.800 km de litoral. O país também compartilha fronteiras terrestres com a África do Sul, Suazilândia, Tanzânia, Malawi, Zimbábue e Zâmbia, totalizando cerca de 4.330 km de extensão. Sua área total abrange 799.380 km², com uma população estimada em cerca de 34,37 milhões em janeiro de 2024², distribuídos em 11 províncias, 154 distritos e 65 municípios. O mapa abaixo ilustra a divisão administrativa do país:

² Data Portal. **The state of digital in mozambique um 2024**. Disponível em: <https://datareportal.com/reports/digital-2024-mozambique>. Acesso em: 12 jan. 2024.

Figura 1- Mapa da divisão administrativa de Moçambique



Fonte do mapa: André Koehne

De acordo com Abrahamsson e Nilsson (1994, p. 42), após a independência em 1975, Moçambique adotou um sistema socialista com forte intervenção estatal na sua economia. Acrescentam os autores que essa política incluía a propriedade estatal dos recursos naturais, o planejamento econômico centralizado e a priorização do setor estatal sobre o privado, o que resultou em uma crise econômica e instabilidade política, com uma guerra civil que desestabilizou o país. Além disso, fatores como seca, enchentes e pressões de países capitalistas agravaram a situação.

A crise econômica levou o país a buscar ajuda do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial. Em troca da assistência, essas instituições exigiram a redução da

influência do Estado na economia. Essa medida resultou na implementação do Programa de Reabilitação Econômica (PRE), posteriormente expandido para o Programa de Reabilitação Econômica e Social (PRES), com o objetivo de restaurar o equilíbrio econômico e melhorar a situação social do país (Abrahamsson; Nilsson, 1994).

Este novo cenário de economia do mercado exigiu do governo moçambicano uma nova abordagem econômica, que passava pela liberalização dos preços, privatização de empresas e redução do papel do Estado na gestão econômica do país.

Como resultado das mudanças implementadas com as políticas do PRE e do PRES o Estado foi obrigado a rever a Constituição de 1975. Em 1990, foi introduzida uma nova Carta Magna. A grande novidade desta versão consistiu na introdução de um Estado democrático com separação de poderes e pluralismo político. Isso permitiu o surgimento de novos partidos e a realização das primeiras eleições multipartidárias em 1994.

Mesmo com a introdução da democracia, Moçambique continua a enfrentar vários problemas sociais, com ênfase nos conflitos armados na zona norte do país, principalmente em Cabo Delgado. De acordo com Cambrão e Julião (2022) os combates intensificaram-se desde que um grupo armado conhecido localmente como “Al-Shabaab”³ (sem ligações confirmadas ao Al-Shabaab da Somália) atacou a vila portuária de Mocímboa da Praia, no norte do país, em Outubro de 2017, causando destruição generalizada, refugiados em massa e morte, além de condições humanitárias insuportáveis para os que foram forçados a fugir.

Segundo Unocha (2021), de 2017 até setembro de 2021, mais de 732 mil pessoas foram forçadas a deslocar-se internamente em função do conflito, dentro da província de Cabo Delgado e para outras províncias como Nampula e Niassa. Acrescenta o autor que esse número revela que aproximadamente uma em cada três pessoas em Cabo Delgado foram forçadas a deslocar-se internamente, tendo passado por processos de deslocamento-fuga profundamente traumáticos, com enormes perdas humanas e materiais.

A UNESCO/PNUD (2003) afirma que, em Moçambique, país considerado pobre, com índices de analfabetismo altos e com uma diversidade cultural e tradição oral fortes, a rádio comunitária é um instrumento que concentra os processos de ensino e aprendizagem e de promoção do debate socioeconômico das comunidades, mais do que um simples meio de produção e difusão de programas radiofônicos. No país, dois dos principais problemas são o desemprego e a falta de infraestrutura, com destaque para a província de Nampula, a mais populosa de Moçambique. A população continua a crescer, mas a pobreza também está em

³ De acordo com Cambrão e Julião (2022), a designação “Al-Shabaab” também é conhecida como “mashababos”.

ascensão, especialmente em Nampula, que abriga cerca de seis milhões dos aproximadamente 35 milhões de habitantes do país (Sitoi Lutxeque, 2021).

De acordo com o DataPortal, na sua publicação de 23 de fevereiro de 2024, a população de Moçambique era de 34,37 milhões em janeiro de 2024. Os dados mostram que a população de Moçambique aumentou em 953 mil (+2,9 por cento) entre o início de 2023 e o começo de 2024. As mulheres respondem por 50,9 por cento da população de Moçambique, enquanto 49,1 por cento da população é do sexo masculino. No início de 2024, 39 por cento da população de Moçambique vivia em centros urbanos, enquanto 61 por cento morava em áreas rurais⁴.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do país está entre os mais baixos do mundo nos últimos anos, tendo um valor de 0,456 em 2019 (PNUD, 2020), o que deixa Moçambique na 181ª posição no ranking do IDH de 189 países. As taxas de mortalidade têm diminuído nos últimos anos e a expectativa de vida é de 60,9 anos (PNUD, 2020). Parte dos fatores para um valor de IDH tão baixo está relacionada com a educação, uma das variáveis incluídas no cálculo deste índice⁵.

De acordo com o jornal eletrônico MMO em publicação de 27 de julho de 2023, o Presidente da República Filipe Jacinto Nyusi afirmou em entrevista que quase 40% da população moçambicana é analfabeta, e que a maioria são mulheres:

“Nota-se que atualmente a taxa de analfabetismo entre as mulheres é de 49,4% e 27,2% nos homens, é preciso refletirmos porque é que isso está a acontecer”, disse Filipe Nyusi, durante a abertura da conferência nacional da educação, que decorre em Maputo, precisando que uma taxa de **analfabetismo global no país é de 39%**. Segundo o chefe de Estado moçambicano, as províncias de Niassa, Cabo Delgado e Nampula, no norte do país, e as províncias de Tete e Zambézia, no centro de Moçambique, são as que apresentam os maiores índices de analfabetismo⁶. No entanto, Filipe Nyusi referiu que o problema atinge 50,8 por cento da população rural e 18 da população urbana, sugerindo que os governantes das províncias mencionadas identifiquem e corrijam as deficiências na educação que estejam a contribuir para as baixas taxas de alfabetização⁷.

⁴ Data Portal. **The state of digital in mozambique um 2024**. Disponível em: <https://datareportal.com/reports/digital-2024-mozambique>. Acesso em: 12 jan. 2024.

⁵ INE. Educação em Moçambique. UNFPA, Moçambique 2023. Disponível em: https://mozambique.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/educacao_20-07_1.pdf. Acesso em: 10 mai. de 2024.

⁶ Quase 40% da população moçambicana é analfabeta. Jornal online Observador, 24. Jul. 2023. Disponível em: <https://observador.pt/2023/07/24/quase-40-da-populacao-mocambicana-e-analfabeta/>. Acesso em: 10 mai. de 2024.

⁷ Notícia retirada do sitio da internet do jornal eletrônico MMO notícias. Disponível em: https://noticias.mmo.co.mz/2023/07/pr-apela-a-erradicacao-do-analfabetismo-e-melhoria-do-ensino-no-pais.html#google_vignette.

Segundo o Inquérito Demográfico e de Saúde (2022–2023), 36% das mulheres de 15 a 19 anos já engravidaram pelo menos uma vez, 29% já tiveram um nascido vivo, 3% já tiveram uma gravidez que terminou em perda e 8% encontravam-se grávidas à data do inquérito. Os níveis mais elevados de gravidez na adolescência verificam-se nas províncias de Cabo Delgado (55%) e Niassa (52%). A Cidade de Maputo (12%) e a província de Maputo (18%) são as que apresentam os níveis mais baixos⁸.

O Inquérito Orçamento Familiar - IOF de 2014/2015 afirma que a gravidez e o casamento prematuros, antes dos 18 anos, são mencionados como motivos para a não frequência da escola, por 23,9% de pessoas pesquisadas entre os 5 e os 27 anos de idade. Deste total, 18,4% são relativos aos casamentos e 5,5% à gravidez prematura (INE, 2015). O HIV/AIDS também continua sendo um grave problema para o país.

A taxa de infecção situa-se entre 2.1 milhões, segundo o Ministério da Saúde. Atualmente, 74% das pessoas vivem com HIV em Moçambique e recebem gratuitamente o Tratamento Antirretroviral (TARV). Cerca de 94% da rede sanitária pública oferece serviços TARV, sendo que nos últimos anos, o país tem observado uma tendência de redução de novas infecções e de mortalidade por HIV. Zavala e Zuculoto (2023, p.7), citando o Inquérito Nacional sobre o impacto do HIV e SIDA em Moçambique (INSIDA 2021), afirmam que a prevalência de HIV entre adultos em Moçambique foi de 12,5%, o que corresponde a aproximadamente 2.097.000 adultos vivendo com HIV. A prevalência de HIV foi maior entre mulheres (15,0%) do que em homens (9,5%).

Nos últimos 15 anos, a desnutrição crónica em Moçambique permaneceu praticamente inalterada, afetando gravemente a saúde e o futuro das crianças. Cerca de 43% das menores de 5 anos sofrem com a desnutrição crónica, o que tem efeitos devastadores, incluindo mortalidade infantil, baixo desempenho escolar e perpetuação da pobreza intergeracional (Unicef,2016). A UNICEF Moçambique relata ainda que:

A desnutrição crónica é mais prevalente nas províncias do Norte, como Nampula, Cabo Delgado, Niassa e Zambézia, onde é o dobro da taxa em comparação com Maputo, no sul. As famílias pobres enfrentam um risco duas vezes maior em relação às famílias mais ricas. As causas da desnutrição crónica são complexas, incluindo a dependência da agricultura e as condições climáticas adversas. Além disso, problemas de saneamento e higiene contribuem para a diarreia, que, por sua vez, está ligada à desnutrição crónica e à mortalidade infantil. É crucial abordar essas questões para combater esse grave problema de saúde em Moçambique (UNICEF, 2016).

⁸ INE. Inquérito demográfico e de saúde 2022-23. Maputo, 2024. Disponível em: <https://dhsprogram.com/pubs/pdf/FR389/FR389.pdf>. Acesso em 10 de mai. 2024.

A tabela abaixo ilustra alguns dados sobre a situação da desnutrição em Moçambique:

Tabela 1 - A desnutrição em Moçambique

Famílias com insegurança alimentar >50%
Nível de desnutrição crónica >43%
Crianças nas escolas abrangidas por mensagens de educação nutricional >18%
Acesso ao saneamento melhorado nas zonas rurais >10%
Acesso ao saneamento melhorado nas zonas urbanas e Peri-urbanas > 42%
Nível de produtos alimentares fortificados com ferro <25%

Fonte: Avaliação Alimentar e de Segurança Alimentar de Base do SETSAN Moçambique (2013)

A inexistência de práticas alimentares adequadas para lactentes e crianças é outra causa significativa da desnutrição crônica. Menos de 50% das crianças com menos de seis meses são amamentadas exclusivamente, e apenas 13% das crianças de seis a 23 meses recebem uma dieta recomendável. Além disso, a falta de abrangência das atividades integradas de comunicação para mudança de comportamento é um desafio, pois apenas 18% das crianças nas escolas foram expostas às mensagens de educação nutricional (UNICEF, 2016).

Nos últimos anos, Moçambique tem enfrentado as consequências das mudanças climáticas, que resultaram em ciclones e longas secas intercaladas com chuvas intensas. Nos últimos quatro anos, quatro ciclones devastaram o país, levando muitas famílias a perderem suas casas e enfrentarem condições precárias. Em 2019, Moçambique foi atingido por dois ciclones, o Idai e o Kenneth, que deixaram um rastro de destruição. Houve 603 mortes registradas e, de acordo com a UNICEF, mais de 2,5 milhões de pessoas precisaram de assistência humanitária.

2.2 CONTEXTO HISTÓRICO DOS TEWE (TEWE) E O PROCESSO DE CASAMENTO NESSA CULTURA

A província de Manica atualmente abrange territórios que historicamente pertencia ao antigo Distrito de Manica e Sofala (Fernando, 2020). Em 1971, ocorreu a divisão em Distritos da Beira (Província de Sofala) e Vila Pery (Província de Manica), conforme o

Decreto 355/70 de 28 de julho de 1970. De acordo com o portal do governo da província de Manica, Manica localiza-se na região central de Moçambique. Sua capital é a cidade de Chimoio, a cerca de 1100 km ao norte de Maputo, a capital nacional, e a cerca de 200 km a oeste da cidade costeira da Beira. Com uma área de 61.661 km² e uma população de 1.911.237 habitantes em 2017, esta província está dividida em 12 distritos⁹ e possui, desde 2022, seis municípios¹⁰.

Segundo Suana (1999, p. 13-14), o povo Tewe (Teve) está localizado nos distritos de Gondola, Chimoio, Sussundenga, Macate e uma parte do distrito de Manica, no centro e sul da província de Manica. Ainda de acordo com o autor, os Tewe (Teve) também podem ser encontrados no distrito de Nhamatanda, na província de Sofala, e em outros pontos do país e fora dele, como, por exemplo, no Zimbabwe, devido à sua ampla dimensão cultural que ultrapassa as divisões administrativas.

A maior parte da população Tewe encontra-se nas regiões de Ingomai, Marera e Matsinho-Boque. As localidades de Ingomai e Marera são consideradas os centros populacionais Tewe. Assim, de acordo com Suana (1999, p. 14), podemos considerar os seguintes limites geográficos da distribuição da população Tewe (Teve):

Norte: Rio Púnguè

Sul: De Macate-Révuè a Moha

Leste: Monte Chiluvo

Oeste: Rio Révuè em Bandula

Nestes pontos geográficos, o povo Tewe limita-se com o grupo Báruè ao norte, Ndau e Tonga ao sul, Ndau e Sena ao leste e Manyka ao oeste (Suana, 1999, p. 14). “O povo Tewe (Teve) pertence ao grupo Shona, subdividindo-se em Báruès, Manyka, Tewe (Teve), Ndau e Zeguros. Por seu turno, o povo Shona é de origem Bantu (povos da África subequatorial que têm línguas de origem comum)” (Suana, 1999, p. 11).

Segundo Celestino Taperero Fernando (2020), a língua Tewe é uma variante da língua Shona, que deriva da matriz linguística bantu falada em Moçambique, especialmente na cidade de Chimoio, nos distritos de Gondola e Macate, e nos postos administrativos de Matsinho e Ingoma.

⁹ De acordo com o portal do Governo da Província de Manica, Manica tem os seguintes distritos: Macate, Gondola, Chimoio, Mossurize, Machaze, Sussundenga, Báruè, Macossa, Tambara, Manica, Vanduzi e Guro. Disponível em: <https://www.manica.gov.mz/por/A-Província/Geografia>. Acesso em: 14 jan. 2024. Manica possui 6 municípios, nomeadamente: Chimoio, Sussundenga, Gondola, Manica, Catandica e Guro.

¹⁰ Informação retirada do portal do governo da província de Manica. Disponível em: <https://www.manica.gov.mz/por/A-Província/Geografia>. Acesso em: 16 jan. 2024.

Para Suana (1999), na cultura Tewe, o casamento é visto como algo simbólico e a ser preservado. Quando o noivo (Murumbwana) ou sua família se apaixona por determinada donzela (Musikana), envia uma equipe de pessoas idosas, geralmente senhoras, para pedir o namoro na casa dos pais da noiva. Este ato é feito através da apresentação do “Sanzo”, que significa ramo, sinal de ocupação, com um valor monetário de 5000 ou 10.000 meticais (moeda de Moçambique). O rapaz apresenta-se na casa dos sogros, acompanhado de um padrinho ou madrinha (sankuro). Se a donzela for escolhida pelos seus familiares, será a oportunidade para os noivos se conhecerem mutuamente. A apresentação é feita normalmente numa casa (palhota) na presença dos padrinhos, onde o noivo e a noiva expressam seus sentimentos após se conhecerem. Após esta visita, já se pode enviar roupas para a noiva.

Segue-se a cerimônia do anel, onde se leva um garrafão de vinho e algum dinheiro, que hoje pode chegar aos 100.000 meticais, para que o noivo seja apresentado à família da noiva. Quando a noiva atinge o ciclo menstrual, duas senhoras da família do noivo, mas não a mãe, vão à casa da noiva para verificar a virgindade. Se a noiva já tiver perdido a virgindade, o namoro muitas vezes termina. O casamento é condicionado pelo estado de virgindade. Se a noiva for virgem, ela é levada para a casa do noivo (Suana, 1999).

Depois de alguns meses, de preferência quando a noiva estiver grávida, vai-se à casa dos sogros para realizar o casamento tradicional Mabhatiro. Este evento cultural requer um valor monetário de 500 meticais, um garrafão de vinho, panelas, pratos, copos, faca, esteira, roupa para o sogro e para a sogra. Às vezes, os pais da noiva preparam bebida tradicional para oferecer aos consogros. Segundo a tradição, na cerimônia, o genro “Mukwambo” é obrigado a levar um medicamento tradicional à boca da sogra, pois se não fizer isso ela terá dores de coluna. Depois do primeiro filho, pode-se fazer o casamento, que se chama lobolo no sul do país ou kurora, no centro. O lobolo, na etnia Tewe, significa pertença; depois dele, o marido é o titular dos filhos. O valor do lobolo não é elevado para permitir reembolso em caso de divórcio (Suana, 1999). A figura 2 ilustra como é feito o processo do lobolo.

Segundo Rhuann Fernandes (2022), o lobolo trata-se de um casamento costumeiro e recorrente, em que a prática fundamental consiste em dar bens à família da noiva para realizar uma união reconhecida entre os parentes do noivo e os da noiva, num processo que pode demorar anos. Siteo (2017) acrescenta que os pais ou responsáveis, ao aceitarem o casamento precoce, esperam reduzir a despesa familiar e aliviar a carga financeira.

Figura 2 - O processo de lobolo



Fonte: Chill Emerson Davi.

No contexto social Tewe, o casamento tem um valor social significativo, apresentado nos ritos iniciais e nas sequências rituais até a conclusão do processo matrimonial. No ato do matrimônio, o rapé (tabaco moído) serve como “elo” de união das duas famílias envolvidas, através do cheiro do tabaco. O casamento no contexto cultural Tewe é uma aliança entre as famílias do noivo e da noiva (Suana, 1999).

O processo de casamento na cultura Tewe (Teve) é profundamente simbólico e estruturado, refletindo a importância das tradições e dos laços comunitários. Este sistema cultural estabelece rituais detalhados que devem ser seguidos rigorosamente, desde o pedido de namoro até a verificação da virgindade e a celebração final do casamento. Através dessas práticas, o casamento Tewe não só une duas pessoas, mas também integra duas famílias, fortalecendo os vínculos sociais e comunitários.

No entanto, a questão das uniões prematuras emerge como um ponto crítico nesse contexto. A prática de verificar a virgindade da noiva e a ênfase na gravidez precoce antes do casamento formal revelam aspectos que podem estar em conflito com os direitos das meninas e jovens mulheres. Essas tradições, embora culturalmente significativas, muitas vezes resultam em casamentos prematuros, comprometendo a educação e o desenvolvimento pessoal das jovens envolvidas.

É crucial que haja um equilíbrio entre a preservação das tradições culturais e a promoção dos direitos humanos básicos, incluindo a proteção das meninas contra o casamento precoce e a garantia de seu direito à educação e à autonomia pessoal. O desafio reside em adaptar as práticas culturais de forma que respeitem e empoderem todas as partes envolvidas,

preservando o rico patrimônio cultural dos Tewe enquanto se promove o bem-estar e o futuro das jovens gerações.

2.3 UNIÕES PREMATURAS EM MOÇAMBIQUE: DO CONCEITO, CAUSAS E FATORES CONTRIBUINTES

A questão das uniões prematuras preocupa a sociedade moçambicana. Várias meninas são obrigadas a deixar de estudar e abandonar suas famílias para assumir a função de esposas. Milhares de jovens, principalmente nas zonas rurais do país, são vítimas desta prática nociva que afeta negativamente a sua sobrevivência e desenvolvimento, privando-as de ter acesso aos serviços de proteção, educação, saúde e outros, que garantam a realização dos seus direitos como crianças e moças.

As jovens sujeitas às uniões prematuras enfrentam uma maior probabilidade de desistência da escola, separação precoce dos progenitores, infecção com doenças de transmissão sexual, violência doméstica e sexual, trabalho infantil, mortalidade materna e infantil e gravidez precoce. A união prematura prejudica a moça no que diz respeito ao acesso, permanência e conclusão do sistema educativo. Estudos nacionais indicam que a decisão de se casar é tomada muitas vezes ou quase sempre pelos pais da menina, o que evidencia que os pais e ou parentes diretos da menina continuam a exercer uma forte influência sobre o futuro das suas filhas.

Moçambique conta com vários meios de comunicação social públicos, privados e comunitários, que contribuem para a produção de conteúdo capazes de estimular a mobilização das comunidades ao combate às uniões prematuras, e modificação do comportamento sobre este mal social. Porém, nesses meios não existe pluralidade de discurso nem veiculação de informações realmente necessárias para que as adolescentes possam saber como agir e o que fazer quando obrigadas a unirem-se prematuramente.

A Rede de Comunicadores Amigos da Criança (RECAC, 2015) relata que esse problema é amplamente difundido no país. De acordo com a Estratégia Nacional de Prevenção e Combate dos Casamentos Prematuros em Moçambique (2016-2019, p.3), o país ocupa a décima posição no mundo em termos de prevalência de casamentos prematuros, a 6^o posição na África oriental e a 2^o posição na África Austral.

Estima-se que 14% das mulheres moçambicanas entre 20 e 24 anos tenham se casado antes dos 15 anos, e 48% delas tenham se casado antes dos 18 anos. Essas uniões prematuras

representam uma violação dos direitos humanos, principalmente das jovens moças em Moçambique. Elas comprometem o desenvolvimento físico, intelectual e psicológico dessas crianças, além de ser um grave problema socioeconômico. Infelizmente, até o momento, esse assunto tem sido negligenciado e, quando abordado, muitas vezes não são fornecidos dados que definem essas práticas como nocivas e violadoras dos direitos das crianças (RECAC, 2015). Nos termos da Lei da Família, Lei nº 22/2019 de 11 de dezembro de 2019, a idade legal para casar-se sem consentimento parental passou dos 16 para os 18 anos. Entretanto, no interesse público e familiar e havendo consentimento dos pais ou representantes legais, o casamento pode ser contraído aos 16 anos, a título excepcional.

No entanto, essa exceção constitui uma violação dos direitos sexuais e reprodutivos. A Lei de Prevenção e Combate às Uniões Prematuras (2019), a define como a ligação entre pessoas em que pelo menos uma delas seja criança, formada com o propósito imediato ou futuro de constituir uma família. Isso pode incluir casamento, noivado, união de fato ou qualquer outra relação equiparável à relação de conjugalidade, independentemente de sua designação regional ou local, envolvendo crianças.

Segundo o relatório da UNICEF (2015), as uniões prematuras têm impactos negativos nos esforços para a redução da pobreza, levando muitas jovens a engravidarem precocemente e perder o acesso à educação formal e outros direitos fundamentais. Além disso, as uniões prematuras também são consideradas uma das principais formas de contração do HIV/AIDS na adolescência e aumentam os riscos de mortalidade materno-infantil. Zavala e Zuculoto (2023) afirmam que a menina sujeita à união prematura enfrenta não apenas a perda de participação em espaços de socialização e amizades, mas também um futuro marcado pelo isolamento em comparação com outras mulheres adultas.

De acordo com a UNICEF (2016), nas comunidades rurais de Moçambique, onde a maioria vive abaixo da linha de pobreza, o fator econômico desempenha um papel significativo na perpetuação das uniões prematuras. Infelizmente, os pais muitas vezes veem as suas filhas como uma forma de obter ganhos materiais, usando-as como moeda de troca ao permitir e incentivar esses casamentos precoces. Isso contribui para um ciclo prejudicial de pobreza e privação de oportunidades para as jovens afetadas.

Sitoe (2017) nos ilustra como é alarmante o número de meninas casadas precocemente nas áreas rurais de Moçambique. Nesses casos, são os próprios pais ou familiares que as entregam a homens mais velhos em troca de valores monetários, como o lobolo, mesmo que isso configure um crime e que eles desconheçam a legislação nacional e internacional sobre o assunto.

De acordo com o UNICEF (2016), o casamento prematuro em Moçambique tem como consequência o fato de muitas meninas serem obrigadas a deixar a casa dos pais para estabelecerem novos lares. Isso resulta em instabilidade, interrupção da educação e limitação das oportunidades futuras para essas meninas, reforçando o ciclo de pobreza e desigualdade de gênero. As uniões prematuras têm um impacto negativo significativo na vida das meninas, comprometendo o seu futuro em termos de sobrevivência, desenvolvimento e integração na sociedade. Segundo o Ministério da Mulher e da Ação Social (MMAS, 2015), as consequências decorrentes das uniões prematuras são diversas e podem incluir:

- Prejuízo no acesso, permanência e conclusão do sistema educativo por parte das meninas;

- Perpetuação da pobreza, uma vez que o casamento precoce limita as oportunidades de desenvolvimento socioeconômico das adolescentes;

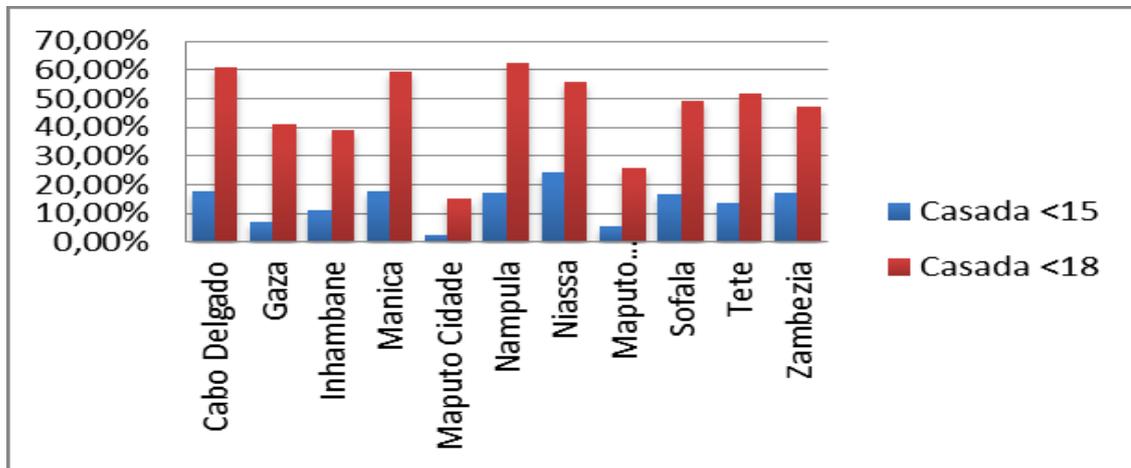
- Violência de gênero, uma vez que as meninas estão mais suscetíveis a abusos e violência doméstica;

- Problemas de saúde sexual e reprodutiva, incluindo riscos de complicações durante a gravidez e parto;

- Perda de oportunidades educacionais e de formação para as crianças do sexo feminino, já que o casamento precoce muitas vezes interrompe sua educação;

- Maternidade precoce, que pode ter impacto na saúde da mulher, como ocorrência de fístula obstétrica, além de afetar a educação e desenvolvimento tanto da mãe quanto do bebê. Essas consequências ilustram a grave violação dos direitos humanos e a necessidade de combater as uniões prematuras em Moçambique.

As uniões prematuras interferem negativamente não só no direito à educação da menina, mas também no desenvolvimento da sua personalidade, a sua preparação para a idade adulta e as possibilidades e oportunidades de emprego. A moça sujeita à união prematura perde também a participação em espaços de socialização e de fazer amizades, pelo que provavelmente será uma adulta que viverá em maior isolamento do que as outras. O gráfico abaixo ilustra o índice de uniões prematuras em Moçambique:

Gráfico 1 - Índice de uniões prematuras em Moçambique¹¹

Fonte da informação: Fórum da Sociedade Civil para os Direitos da Criança.

2.3.1 Fatores culturais

A problemática das uniões prematuras em Moçambique é complexa e multifacetada, sendo influenciada por diversos fatores que abrangem o âmbito cultural, social e econômico. Esta seção explora detalhadamente os elementos que contribuem para a massificação das uniões prematuras no contexto moçambicano.

Moçambique apresenta um rico mosaico cultural e étnico. A cultura manifesta-se de diferentes maneiras para os diferentes grupos que compõem este país. De acordo com Santiago (2019), Moçambique é um país de grande diversidade cultural, com um total de 43 idiomas. Desses, apenas 20 estão catalogados, destacando-se o macua, tsonga (shangana), sena, lomwe, chuwabo e a nianja. O tsonga, por exemplo, é falado pela etnia de mesmo nome, que está espalhada por Moçambique, África do Sul, Zimbábue e Essuatíni. Já a língua nianja, por sua vez, é falada pela etnia chewa e por alguns povos próximos a eles, em Zâmbia, Zimbábue, Moçambique e Malawi, sendo que, neste último país, ela é oficial.

Geograficamente, as etnias moçambicanas distribuem-se da seguinte maneira: ao norte do rio Zambeze localizam-se os povos matrilineares: Makonde, Yao, Makhuwa, Nyanja

¹¹ Gráfico disponível na revista do fórum da sociedade civil para os direitos da criança: O impacto das uniões prematuras na educação, saúde e nutrição em Moçambique. Disponível em: https://bettercarenetwork.org/sites/default/files/2021-04/O%20impacto%20das%20uni%C3%B5es%20prematu%20na%20educac%C3%A7%C3%A3o%20e%20sa%C3%92de%20e%20nutric%C3%A7%C3%A3o%20-%20FINAL_28Junho2019.pdf

Fonte do mapa: https://macua.blogs.com/files/grupos_eticos_mocambique.jpg

Aliado à diversidade étnica e linguística, Moçambique também apresenta um mosaico cultural que identifica cada etnia. A este respeito, Thomas Selemane (2019) enfatiza que os ritos de iniciação (educação sexual das meninas, orientando-as a servirem e satisfazerem os homens) são praticados majoritariamente nas províncias do Norte (Cabo Delgado, Nampula e Niassa) e do Centro (Zambézia, Tete e Manica) de Moçambique, representando a maior área territorial do país e a maioria da população.

Segundo Ferreira e Pereira (2021), os rituais de iniciação das jovens revelam a preocupante realidade em que meninas, especialmente aquelas que já passaram pela primeira menstruação, são abduzidas. Os pais são convencidos da importância desses ritos, que supostamente as preparam para uma vida matrimonial precoce. Há indícios de ritos de iniciação também na zona sul, mas assumindo outras formas e características e parecem estar já em desuso. De acordo com Katawala (2011), os ritos de passagem e/ou de iniciação têm uma característica comum a todas as sociedades: a simbólica transição de um estado para outro.

Na perspectiva de Bassiano e Lima (2018, p. 10), as comunidades moçambicanas praticantes desta tradição entendem esse ato como a passagem da fase da criança para a fase adulta. Pinto (2022, p.3) reitera que a maioria dos casamentos em Moçambique é constituída em uniões de fato formalizadas por meio de práticas e crenças culturais relacionadas com o lobolo, ritos de iniciação e o papel subalterno reservado às mulheres, entre outras questões.

Vera Cruz e Mullet (2014) constataram que os ritos de iniciação feminina são feitos através do alongamento dos lábios vaginais (puxa-puxa) que se inicia antes da puberdade, entre os 8 e 12 anos. A realização deste ritual envolve deslocamento para locais secretos e a orientação de mulheres mais velhas. A Rede da Sociedade Civil para os Direitos das Crianças (2013) destaca que os ritos de iniciação contribuem para as uniões prematuras, considerando as crianças como socialmente adultas e incentivando o casamento na adolescência.

O relatório da UNICEF (2015) aponta que as uniões prematuras têm impactos negativos, incluindo a interrupção da educação escolar e sérios problemas de saúde, como infecções por HIV, abortos, anemia e depressão infantil. Assim, os ritos de iniciação em Moçambique têm um papel complexo na cultura e sociedade, com implicações significativas nas vidas das meninas envolvidas.

2.3.2 Fatores sociais

Na realidade Moçambicana, diversos fatores contribuem para as uniões prematuras no país. A legislação e as políticas de proteção infantil não abordam de forma concreta o tema dos casamentos infantis e o envolvimento das instituições públicas na sua erradicação. Além disso, a Estratégia Nacional de Prevenção e Combate dos Casamentos Prematuros em Moçambique (2016-2019) destaca que fatores econômicos, normas sociais, desigualdade, exclusão, marginalização e insegurança estão ligados à prevalência dos casamentos prematuros. Elementos culturais, como os ritos de iniciação, também estão associados a esses casamentos.

A Constituição da República de Moçambique protege os direitos das crianças à família, sociedade e Estado, visando seu desenvolvimento integral, bem-estar, opinião e participação nos assuntos que as afetam, de acordo com sua idade e maturidade. De acordo com a Estratégia Nacional de Prevenção e Combate dos Casamentos Prematuros em Moçambique (2016-2019), as desigualdades de gênero desempenham um papel fundamental no tratamento diferenciado das crianças com base em seu sexo, especialmente em questões relacionadas à sexualidade e casamento.

Relações de gênero desiguais, desenvolvidas durante o processo de socialização, juntamente com o acesso limitado a recursos por parte de jovens e mulheres, são fatores determinantes para os casamentos prematuros. Selemane (2019) enfatiza que as uniões prematuras são causadas por fatores socioculturais e econômicos, incluindo pobreza, desigualdade e marginalização em áreas rurais, tanto nos processos de produção e distribuição de riqueza quanto nas decisões. Ele também destaca que o contexto sociocultural das uniões prematuras é caracterizado pela supremacia do gênero masculino sobre o feminino, o que perpetua práticas costumeiras que subjugam as mulheres.

A orfandade é outro fator que torna as meninas vulneráveis aos casamentos prematuros em Moçambique. Meninas órfãs enfrentam dificuldades significativas ao cuidar de irmãos menores após a morte dos pais biológicos, especialmente quando os pais morrem em casas alugadas, deixando as crianças sem abrigo (Bassiano; Lima, 2018, p. 11). As uniões prematuras colocam as jovens sob alto risco de violência e doenças, privando-as de oportunidades relacionadas à saúde, educação, desenvolvimento e igualdade de gênero. Esses casamentos prejudicam o bem-estar das crianças em geral, com as meninas em particular sendo casadas com homens muito mais velhos e suscetíveis ao abuso físico, emocional, sexual e à viuvez precoce.

2.3.3 Fatores econômicos

A maioria das comunidades rurais em Moçambique vive abaixo da linha de pobreza, o que acaba impulsionando uniões prematuras nas áreas rurais. Os pais frequentemente usam as meninas como moeda de troca, casando-as precocemente em troca de ganhos materiais. Segundo Siteo (2017), esta prática é comum na área rural, onde os próprios pais ou familiares entregam as meninas a homens mais velhos em troca de valores monetários, como o lobolo. Isso configura um crime, mesmo que muitos desconhecem as leis nacionais e internacionais que abordam essa questão. O autor também observa que os pais ou responsáveis pelo casamento precoce muitas vezes esperam reduzir a carga da família e aliviar os encargos financeiros ao aceitar tais uniões. Fernandes (2019) descreve o lobolo como;

Um casamento costumeiro e recorrente no Sul de Moçambique. Esta prática tradicional, conhecida como Kulovala, envolve dar bens à família da noiva para estabelecer uma união reconhecida entre os parentes do noivo e os parentes da noiva. Ao longo do tempo, o lobolo tem evoluído e se reinventado devido às interações sociais decorrentes dos processos socioeconômicos. Essa prática cultural se generalizou na sociedade moçambicana e hoje assume diversos contornos, muitas vezes inserindo-se em conflitos entre a “tradição”, o sincretismo religioso e os valores ocidentais “modernos” (Fernandes 2019, p, 124).

Para a UNICEF (2016), o casamento prematuro em Moçambique leva muitas meninas a deixarem a casa dos pais para formar novas famílias. Muitas dessas meninas tornam-se mães ainda na adolescência, mas enfrentam dificuldades para estabelecer lares estáveis, já que seus “maridos” costumam ser polígamos e desempregados.

Siteo (2017) observa que essas meninas se tornam mães entre 14 e 16 anos e frequentemente são abandonadas por seus esposos, que migram para áreas urbanas em busca de trabalho. A autora também destaca que os pais, ao aceitarem casamentos precoces, muitas vezes esperam reduzir a carga financeira da família, mas isso nem sempre ocorre. Bassiano e Lima (2018, p.7) acrescentam que a expectativa de sair da pobreza muitas vezes se transforma em uma realidade pior, já que os pais não aceitam as filhas de volta, forçando-as a buscar um novo casamento para sobreviver.

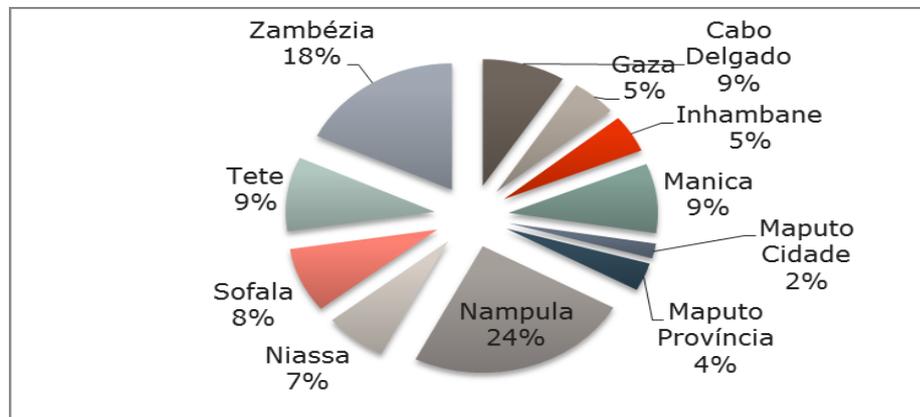
O PSAF (2015) assinala que as meninas envolvidas nessa prática ficam mais pobres e marginalizadas, enfrentam instabilidade psicológica e veem seu futuro comprometido. Segundo os estudos de inquéritos demográficos e de saúde (IDS) de 2022-2023, 36% das mulheres de 15–19 anos já engravidaram, pelo menos, uma vez, 29% já tiveram um nascido

vivo, 3% já tiveram uma gravidez que terminou em perda e 8% encontravam-se grávidas à data do inquérito. Os níveis mais elevados de gravidez na adolescência verificam-se nas províncias de Cabo Delgado (55%) e Niassa (52%). A Cidade de Maputo (12%) e a província de Maputo (18%) são as que apresentam os níveis mais baixos. Para Selemane (2019) este fenómeno é influenciado pela pobreza e pelas normas culturais, e políticas públicas que levam em consideração o estatuto socioeconómico das famílias podem melhorar simultaneamente a educação e a idade do casamento.

Em Moçambique, as uniões prematuras representam uma séria violação dos direitos humanos das meninas, afetando seu desenvolvimento físico, intelectual e psicológico. É um problema socioeconómico significativo que muitas vezes é negligenciado e subnotificado como prática prejudicial que viola os direitos das crianças (Recac, 2013).

A província de Manica, nosso objeto de estudo, encontra-se na terceira posição na distribuição percentual das uniões prematuras em Moçambique. O gráfico abaixo ilustra a situação das uniões prematuras no país.

Gráfico 2 - Distribuição percentual das uniões prematuras por província¹²



Fonte do gráfico: Fórum da Sociedade Civil para os Direitos da Criança.

2.4 DESAFIOS E BARREIRAS NA PREVENÇÃO DAS UNIÕES PREMATURAS EM MOÇAMBIQUE

¹² Gráfico disponível na revista do fórum da sociedade civil para os direitos da criança: O impacto das uniões prematuras na educação, saúde e nutrição em Moçambique. Disponível em: <https://bettercarenetwork.org/sites/default/files/2021-04/O%20impacto%20das%20unio%CC%83es%20prematu%20na%20e>

O fenômeno das uniões prematuras em Moçambique persiste como uma preocupação crítica, impactando negativamente a vida de crianças, adolescentes e jovens. No entanto, enfrentar e prevenir essa realidade complexa encontra-se obstaculizado por diversas barreiras a nível político e institucional. De acordo com Selemane (2019) citando Misau (2018) as barreiras que dificultam os esforços de prevenção e combate às uniões prematuras no país são as seguintes:

2.4.1 Barreiras em nível político

a. Fraca Priorização nas Políticas Setoriais

- Apesar da existência do Comité Intersectorial de Apoio ao Desenvolvimento dos Adolescentes e Jovens, há uma fraca priorização das questões relacionadas às crianças, adolescentes e jovens nas políticas setoriais (Selemane, 2019).

b. Limitação de Fundos

- A disponibilidade limitada de fundos, tanto públicos quanto privados, compromete a sustentabilidade e continuidade dos programas de saúde voltados para adolescentes e jovens (Selemane, 2019).

c. Envolvimento Deficiente

- A ausência de um envolvimento efetivo dos adolescentes e jovens nos processos de gestão e tomada de decisão sobre questões que lhes dizem respeito (Selemane, 2019).

d. Falta de Política Multissetorial de Incentivos

- A falta de uma política multissetorial de incentivos para ativistas e educadores de pares dificulta o engajamento eficaz (Selemane, 2019).

e. Divulgação Insuficiente de Serviços e Oportunidades

- A divulgação inadequada dos serviços e oportunidades estabelecidos pelo governo para crianças, adolescentes e jovens é uma barreira significativa (Selemane, 2019).

f. Operacionalização e Fiscalização Deficientes

- A fraca operacionalização e fiscalização das diferentes leis e estratégias existentes para adolescentes e jovens representam um desafio na implementação eficaz das políticas (Selemane, 2019 citando Misau, 2018).

2.4.2 Barreiras em nível institucional

a. Infraestrutura Inadequada

- A infraestrutura inadequada, incluindo falta de espaço ou espaços mal localizados, compromete a eficácia dos serviços.

b. Recursos Humanos Insuficientes

- A falta de recursos humanos qualificados e o deficiente cumprimento dos planos de formação contínua prejudicam a qualidade dos serviços.

c. Limitada Cobertura de Programas

- A cobertura limitada de diferentes programas, especialmente do Programa de Governança Baseada (PGB), é uma barreira à eficácia.

d. Ausência da Componente Adolescente nos Currículos de Formação

- A não inclusão da componente adolescente nos currículos de formação de todas as categorias profissionais é uma lacuna significativa.

e. Fraca Qualidade dos Serviços

- A fraca qualidade dos serviços, caracterizada por mau atendimento, longos tempos de espera e falta de privacidade, compromete a eficácia.

f. Divulgação Insuficiente de Informações

- A divulgação deficiente de informações sobre direitos sexuais e reprodutivos, saúde sexual e reprodutiva, e outras questões de saúde prejudica a consciencialização.

g. Gestão e Logística Fragilizada

- A fragilidade na gestão e logística de medicamentos e insumos representa um desafio adicional.

h. Baixa Disponibilidade de Preservativos e Serviços de Aconselhamento

- A baixa disponibilidade de preservativos e serviços de aconselhamento para adolescentes e jovens contribuem para a persistência das uniões prematuras.

i. Insuficiência de Palestras nas Escolas

- A falta de palestras nas escolas, conduzidas por provedores de unidades sanitárias, limita a disseminação de informações cruciais (Selemane, 2019 citando Misau, 2018).

Essas barreiras interconectadas criam um ambiente onde a prevenção das uniões prematuras é extremamente desafiadora. A falta de recursos, infraestrutura inadequada, políticas insuficientemente implementadas, e a carência de informações corretas perpetuam um ciclo de desinformação e vulnerabilidade. Portanto, para mitigar essas barreiras, é crucial

que Moçambique adote uma abordagem holística que inclua a alocação adequada de recursos, a implementação rigorosa de políticas, o envolvimento ativo de jovens nas decisões que os afetam e a melhoria da infraestrutura e qualidade dos serviços. Somente através de um esforço coordenado e multissetorial será possível efetivamente prevenir as uniões prematuras e proteger os direitos e o futuro de crianças e adolescentes em Moçambique.

2.5 COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA COMO FERRAMENTA PARA A PREVENÇÃO E COMBATE ÀS UNIÕES PREMATURAS

A discussão sobre comunicação comunitária e rádios comunitárias tem suas raízes na comunicação popular alternativa. De acordo com Zavale (2019), citando Festa (1986; p.1984), essa forma de comunicação emerge dos movimentos sociais, especialmente do movimento operário e sindical, tanto nas áreas urbanas quanto rurais, e concentra-se na expressão das classes populares. Acrescenta o autor, recorrendo a Kaplún (1985), que na comunicação popular alternativa, as mensagens são desenvolvidas para conscientizar o povo sobre sua realidade ou estimular a reflexão. Adicionalmente citando Gimenez (1979, p.60) argumenta que a comunicação popular representa a ruptura com a lógica da dominação que ocorre de cima para baixo, onde a informação é transmitida “para o povo”, para uma abordagem que parte do povo “para o povo, do povo para os dirigentes”, compartilhando, dentro do possível, seus próprios códigos. Nessa perspectiva, os meios de comunicação são concebidos como instrumentos de educação popular, alimentando um processo educativo e transformador.

De acordo com Deliberador e Vieira (1979), a comunicação comunitária surge como o canal de expressão de uma comunidade, independentemente de seu nível socioeconômico ou territorial. Por meio dela, os membros da comunidade podem expressar seus interesses e necessidades em comum, além de ser vista como um instrumento para fornecer serviços e promover a formação cidadã, sempre alinhada com os assuntos locais.

Por sua vez, Kaplún (1988) via os meios de comunicação como ferramentas para educação popular e impulsionadores de uma educação transformadora. Ele argumentava que a definição do conceito de comunicação utilizado revela o tipo de sociedade em que se vive. Enquanto as teorias tradicionais tratam a comunicação como mera transmissão de informações, refletindo uma sociedade baseada no poder, a visão da comunicação como diálogo sugere uma comunidade democrática.

Numa visão comunitarista, Peruzzo (1999) destaca que a participação na comunicação é um meio que facilita a ampliação da cidadania, permitindo que as pessoas se tornem protagonistas das atividades comunitárias e dos meios de comunicação envolvidos, resultando em um processo educativo fora do ambiente escolar. Aqueles envolvidos nesse processo tendem a mudar sua perspectiva sobre o mundo e a forma como se relacionam com ele, integrando novos elementos à sua cultura.

Castells (2009) ressalta a importância da comunicação comunitária como uma forma de resistência e empoderamento em um mundo dominado pela mídia de massa e pelas estruturas de poder centralizadas. Ele argumenta que ao capacitar as comunidades locais a contarem suas próprias histórias e defenderem seus próprios interesses, a comunicação comunitária pode desempenhar um papel vital na promoção da democracia e da justiça social.

Partindo dos pressupostos apresentados por Zavale (2019), Castells (2009), Peruzzo (1999), Festa (1986), Kaplún (1985), Gimenez (1979) e Deliberador & Vieira (1979), pode-se concluir que a comunicação comunitária se apresenta como uma ferramenta poderosa na prevenção e combate às uniões prematuras em Moçambique. Essa forma de comunicação pode capacitar as comunidades locais para expressarem suas necessidades e interesses, além de promover a educação popular e a conscientização. Conseqüentemente, a comunicação comunitária pode ajudar a superar muitas das barreiras identificadas como a falta de priorização das questões relacionadas a crianças e adolescentes, a escassez de fundos, a falta de envolvimento efetivo dos jovens e a insuficiência de informação adequada sobre direitos e serviços.

Além disso, ao promover a participação ativa e o empoderamento das comunidades, a comunicação comunitária pode criar um ambiente mais propício para a implementação eficaz de políticas e programas voltados para a prevenção das uniões prematuras. Assim, uma abordagem holística que inclua a alocação adequada de recursos, a melhoria da infraestrutura, a formação contínua de profissionais e a implementação rigorosa de políticas, associada a uma comunicação comunitária eficaz, é essencial para proteger os direitos e o futuro de crianças e adolescentes em Moçambique.

2.5.1 História das rádios comunitárias no mundo

As rádios comunitárias são produtos da tradição da comunicação popular alternativa e comunitária. De acordo com Zavale (2019), citando Gimenez (1979) a comunicação popular representa uma quebra na lógica da dominação que normalmente se estabelece de cima para

baixo, dando lugar a uma abordagem centrada no povo, que compartilha, dentro do possível, seus próprios códigos. Seguindo essa mesma linha de pensamento, Kaplún (1985) citado por Zavale (2019), argumenta que na comunicação popular e alternativa, as mensagens são produzidas com o propósito de conscientizar as pessoas sobre sua realidade, promover reflexão ou gerar discussão. Festa (1986; 1984) afirma que a comunicação popular e alternativa se origina dos movimentos sociais, particularmente do movimento operário e sindical, tanto em áreas urbanas quanto rurais, e se refere à forma de expressão das classes populares.

No contexto da comunicação comunitária, Deliberador e Vieira (1979) afirmam que ela representa o canal de expressão de uma comunidade, independentemente de seu nível socioeconômico e territorial, permitindo que os próprios indivíduos expressem seus interesses comuns e necessidades. Os autores também salientam que a comunicação comunitária é um instrumento de prestação de serviços e formação cidadã, sempre com a preocupação de estar em sintonia com as questões da realidade local (Deliberador e Vieira 2005, p. 8). Seguindo essa linha de pensamento, Peruzzo (2004) destaca que a comunicação comunitária é caracterizada por processos de comunicação baseados em princípios públicos, tais como a ausência de fins lucrativos, promoção da participação ativa da população, propriedade coletiva e disseminação de conteúdo com o propósito de educação, cultura e promoção da cidadania. Em última análise, a comunicação comunitária assegura o direito à comunicação no sentido de acesso aos meios para se comunicar. Isso vai além do direito do cidadão à informação, que é um aspecto importante das grandes mídias, abrangendo também o direito de ser emissor e difusor de conteúdo, com a participação ativa do cidadão como protagonista na gestão e emissão de conteúdo. Essa abordagem contribui para o desenvolvimento do exercício da cidadania.

De acordo com Peruzzo (2007), até os anos 1990, a comunicação comunitária era vista como um instrumento de mobilização e uma forma de expressão dos movimentos sociais. No entanto, ao longo do tempo, começou a ser reconhecida como parte do direito de cidadania o acesso a esses meios de comunicação. Rozinaldo Miani (2011) define a comunicação comunitária como um processo de produção de experiências comunicativas. É uma prática social realizada dentro de uma comunidade com o objetivo de promover a cidadania por meio da participação ativa, permitindo que os envolvidos construam uma nova forma de convivência social.

Interpretando os autores acima citados pode se afirmar que os meios de comunicação são concebidos como instrumentos de educação popular, alimentando um processo educativo

e transformador. Como afirma Peruzzo (1999), os meios de comunicação comunitários promovem a participação direta da população, impulsionando a cidadania por meio de conteúdo informativo e cultural. Essa participação ativa não só amplia a cidadania, mas também permite que as pessoas influenciem o conteúdo, proporcionando aprendizado fora das salas de aula. Isso representa um avanço importante na democracia comunicacional e fortalece as organizações populares ao expandir o exercício da cidadania.

Foi neste ambiente que surgem as rádios comunitárias, enquanto meios da expressão comunitária, fonte de educação, da promoção cultural, da expressão do imaginário local, enfim meios da comunidade, na comunidade, operados pelas comunidades e que satisfazem as necessidades locais.

A história das rádios comunitárias é uma jornada rica e inspiradora, marcada pela busca por democratização da comunicação, pela inclusão social e pela voz do povo. Surgindo em meados do século XX, o movimento ganhou força em diversos países, impulsionado por necessidades locais e por ideais de justiça social, transformando-se em um fenômeno global com impacto profundo em comunidades ao redor do mundo.

As primeiras sementes da radiofonia comunitária foram plantadas em um contexto de mudanças sociais e tecnológicas. A invenção do rádio no início do século XX revolucionou a comunicação, mas o acesso a essa tecnologia e o controle sobre sua programação frequentemente estavam nas mãos de governos ou grandes empresas. A busca por uma comunicação mais democrática e inclusiva impulsionou o surgimento das rádios comunitárias, que surgiram como alternativas aos meios de comunicação tradicionais, buscando atender às necessidades e interesses específicos de grupos marginalizados.

A América Latina foi palco do nascimento da primeira geração de rádios comunitárias. No final da década de 1940, em meio às desigualdades sociais e políticas, a busca por uma comunicação mais justa e participativa ganhou força. O movimento ganhou impulso com a atuação de movimentos sociais, religiosos e de educação popular. Rádios comunitárias surgiram em países como o Chile, a Colômbia e o Brasil, buscando fortalecer comunidades, promover a educação e oferecer uma plataforma para as vozes marginalizadas.

A história das radios comunitárias tem sua origem na Bolívia, onde, em 1947, grupos de mineiros criaram um meio de difusão para lutar por melhores condições de trabalho e de vida. Foi uma forma de protesto que posteriormente se disseminou entre os camponeses colombianos. No entanto, estes projetos pretendiam assumir a luta social de um grupo profissional e não continha a dimensão integradora da comunidade, inerente ao conceito de rádio comunitária. (Alves, 2005). O rádio comunitário se tornou um instrumento de

resistência e de luta por direitos. As emissoras se dedicavam à divulgação de informações locais, ao debate sobre temas sociais relevantes, à promoção da cultura e da identidade local, e à mobilização social. (Ferreira, 2007).

Na Europa, o pós-guerra foi marcado por uma crescente busca por liberdade de expressão e por uma comunicação mais plural. Os governos, em muitos países, detinham o monopólio da comunicação, mas a demanda por alternativas e por mais democracia na mídia se intensificou. No final dos anos 1960 e início dos anos 1970, a radiofonia comunitária surgiu como um movimento vibrante. A busca por um espaço para as vozes locais, para a diversidade cultural, para a crítica social e para a participação cidadã impulsionou o crescimento das emissoras comunitárias. Países como a Inglaterra, a França, a Alemanha e a Itália viram o surgimento de rádios independentes, com foco em temas locais, em música e cultura, e na participação da comunidade na produção de conteúdo. A BBC, a rede pública de rádio britânica, já existia como um importante veículo de comunicação, mas o movimento comunitário buscava ampliar a pluralidade da comunicação e garantir que diversas vozes tivessem espaço na mídia. (Castells, 2009)

Na África, as rádios comunitárias desempenharam um papel crucial no desenvolvimento social, na comunicação local e na luta por autonomia. Em muitos países, a radiofonia se tornou a principal ferramenta de comunicação, especialmente em áreas rurais, onde o acesso à comunicação tradicional era limitado. Em países como a África do Sul, a rádio comunitária teve papel fundamental na luta contra o *apartheid*, como instrumento de mobilização social e de resistência. Após a queda do regime segregacionista, as emissoras comunitárias continuaram a desempenhar um papel crucial na reconstrução social, na promoção da democracia e no desenvolvimento local (Mbeki, 2008). As rádios comunitárias na África se tornaram instrumentos de empoderamento, de acesso à informação, de educação e de promoção da cultura local. Elas atuam como plataformas para debates sobre temas como saúde, educação, agricultura, direitos humanos e questões sociais, contribuindo para o desenvolvimento local e para a construção de comunidades mais justas e prósperas.

Na perspectiva do Projeto de Desenvolvimento dos Medias em Moçambique, que opera ao abrigo de um acordo entre o governo moçambicano e o Fundo das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), a rádio comunitária é aquela que é da comunidade, feita pela comunidade e para a comunidade, definindo-se a comunidade como um grupo geograficamente baseado e/ou um grupo social ou setor público que tem interesses comuns ou específicos.

Alves (2005) também destaca que o rádio comunitário estimula a mobilização e organização da comunidade. A coesão interna da comunidade é fundamental para a implementação de uma rádio comunitária, quando há disposição para colaborar no projeto e explorar o entusiasmo de acordo com os interesses e necessidades da comunidade, promovendo assim a mudança social e a democratização da comunicação através da participação da comunidade. A autora defende sua posição, afirmando que:

A rádio comunitária é fruto de uma produção local que enfatiza a identidade e a cultura do grupo. Os índices de audiência crescem à medida que o projeto desenvolve uma identidade distinta, afastando-se dos princípios comerciais e estereotipados dos meios de comunicação nacionais. A programação reflete os sonhos, aspirações e desafios da comunidade como um todo, em um processo dinâmico que se adapta, assim como a realidade diante de eventos como catástrofes naturais, escassez de recursos ou o aumento de uma pandemia. Além disso, também reflete a prosperidade, como um ano excepcional na produção agrícola ou a construção de infraestruturas (Alves, 2005, p. 35).

As rádios ao serviço das comunidades assumem várias designações e encontram-se espalhadas em vários lugares dentro de um determinado país. Para a AMARC (1998, p. 17), “a rádio comunitária, a rádio rural, a rádio de cooperativa, a rádio participativa, a rádio livre, a rádio alternativa, a rádio popular, a rádio educacional, a rádio religiosa, (...) estão localizadas em aldeias rurais isoladas e no centro das maiores cidades do mundo.”

Os seus sinais podem chegar somente a um quilômetro, abranger um país inteiro ou ser transportados via ondas-curtas para outras partes do mundo”. Acrescenta a entidade que a rádio comunitária, é um serviço de radiodifusão sem fins lucrativos, gerenciado com a participação da comunidade. Ela atende às necessidades da comunidade, servindo e contribuindo para o seu desenvolvimento de maneira progressiva.

De acordo com Zavale (2019, p. 90), citando Rodríguez (2011), as emissoras de radiodifusão comunitária apresentam os seguintes elementos comuns:

- “Su fin es social y no comercial;
- Son gestionadas integralmente por la comunidad, que puede ser geográfica o de intereses (políticos, culturales, de género, étnicas, etc.), mediante modelos de organización horizontales que permiten distintos niveles de participación;
- Las audiencias no son consumidores ni ciudadanos. Son participantes, productoras, creadoras;
- Tienen objetivos no lucrativos;
- Se proponen defender los Derechos Humanos frente al Estado y al mercado”. (Rodríguez, 2011, p. 12).

Na prevenção e combate às uniões prematuras, as emissoras comunitárias desempenham um papel fundamental, especialmente em contextos rurais, como os da província de Manica, em Moçambique. Eles atuam como ferramentas eficazes na transmissão de informações, capacitando a comunidade a participar ativamente na erradicação desse mal social.

A história e a evolução dessas emissoras refletem uma busca contínua por democratização da comunicação, inclusão social e expressão das vozes locais. Surgidas como uma alternativa aos meios de comunicação tradicionais, as rádios comunitárias são intrinsecamente ligadas aos movimentos sociais e à educação popular.

Através de suas características únicas — gestão pela comunidade, finalidade social, participação ativa dos ouvintes como produtores de conteúdo, e promoção de direitos humanos - essas rádios se tornam instrumentos poderosos para a conscientização e mobilização social. Elas fornecem uma plataforma onde as comunidades podem discutir abertamente questões relevantes, incluindo os perigos e as consequências das uniões prematuras.

Estudos de Zavale (2019), Kaplún (1985), Peruzzo (2004), entre outros, sublinham que a comunicação comunitária vai além da mera transmissão de informações; ela envolve a população em um diálogo ativo, promovendo reflexão e mudanças de comportamento. Em Manica, onde as práticas culturais têm uma influência significativa, as rádios comunitárias podem ajudar a transformar o imaginário local ao disseminar informações sobre os direitos das crianças e adolescentes e os impactos negativos das uniões prematuras.

Além disso, as rádios comunitárias promovem a participação cidadã, permitindo que as pessoas da comunidade não só recebam informações, mas também sejam agentes ativos na criação e disseminação de conteúdos que refletem suas realidades e necessidades. Esse envolvimento direto fortalece a cidadania e ajuda a criar um ambiente mais receptivo para a implementação de políticas e programas de prevenção das uniões prematuras.

Pode-se afirmar que essas emissoras, ao valorizarem a identidade e a cultura local, e ao promoverem a educação e a conscientização, têm um impacto significativo na luta contra as uniões prematuras. Elas fortalecem a coesão comunitária e proporcionam uma plataforma para a expressão das vozes locais, essencial para a transformação social e a promoção de uma comunicação mais democrática e inclusiva. Assim, a integração das rádios comunitárias nas estratégias de combate às uniões prematuras em Manica representa um passo crucial para garantir um futuro mais justo e equitativo para crianças e adolescentes.

2.5.2 Rádios comunitárias na África

A história das rádios comunitárias na África é um testemunho da força da comunicação como ferramenta de mudança social, desenvolvimento local e luta por justiça. Desde o início do século XX, as ondas do rádio ecoaram a voz das comunidades, lutando contra a colonização, impulsionando a reconstrução de sociedades fragilizadas por conflitos, e promovendo a educação, a saúde e o empoderamento das populações.

As primeiras emissoras comunitárias na África surgiram em um contexto de dominação colonial e busca por autonomia. O rádio se tornou um veículo de comunicação vital, especialmente em áreas rurais, onde o acesso a outras formas de comunicação era limitado. A comunicação local, em línguas nativas, permitiu que as comunidades se conectassem, compartilhassem informações e se organizassem, criando uma rede de resistência contra a opressão colonial.

No início do século XX, emissoras de rádio, como a Radiodiffusion Française em países como a Argélia e o Senegal, foram estabelecidas pelos colonizadores com o objetivo de difundir propaganda e controlar a comunicação. No entanto, esses veículos também se tornaram plataformas para a difusão de ideias independentistas e para a organização de movimentos de resistência. Por exemplo, na Argélia, a Radiodiffusion Française foi utilizada por líderes nacionalistas para transmitir mensagens de resistência durante a Guerra da Argélia (1954-1962) (Bouguerra, 2007).

Na África do Sul, a radiofonia comunitária desempenhou um papel fundamental na luta contra o *apartheid*, um sistema brutal de segregação racial que marcou a história do país. Em um contexto de censura e repressão, às emissoras comunitárias se tornaram ferramentas essenciais para a resistência, mobilização social e a divulgação de informações sobre as atrocidades do regime segregacionista.

Emissoras como a Radio Freedom, criada pelo Congresso Nacional Africano (ANC), e a Radio BOP, que transmitiam informações e mensagens de resistência, enfrentaram a censura e a perseguição do governo, mas se mantiveram como importantes canais de comunicação para a luta contra o *apartheid*. O rádio se tornou um instrumento de unidade, de solidariedade, e um veículo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. (Mbeki, 2008)

Após a queda do *apartheid* na África do Sul, em 1994, as rádios comunitárias se mantiveram como importantes instrumentos de reconstrução social, impulsionando a democracia, a participação cidadã e o desenvolvimento local. Emissoras como a Rádio

Khwezi, criada por mulheres, e a Rádio Thobekile, que se dedicam à promoção de direitos humanos e à resolução de conflitos, se tornaram importantes plataformas para a voz das comunidades, especialmente as mais marginalizadas.

Em outros países africanos, como a Nigéria, o Quênia e a Tanzânia, as rádios comunitárias se tornaram ferramentas essenciais para a comunicação local, o desenvolvimento comunitário e a promoção da educação, da saúde e da agricultura. Emissoras como a Rádio Community em Nigéria, que se dedica à promoção da agricultura sustentável, e a Rádio Maisha em Quênia, que oferece programas sobre saúde reprodutiva e prevenção de HIV, contribuem para o desenvolvimento social e para a construção de comunidades mais justas e prósperas.

As rádios comunitárias na África desempenham um papel crucial na promoção da comunicação local, no fortalecimento das comunidades e na disseminação de informações vitais em um continente diverso e multifacetado. Elas atuam como um elo fundamental entre as comunidades e os serviços essenciais, promovendo o desenvolvimento local e o empoderamento social.

O impacto dessas rádios na África é inegável. Elas se tornam plataformas de diálogo, participação cívica e exercício da cidadania. As rádios comunitárias também combatem a desigualdade social, promovendo a inclusão e a diversidade, e fornecem uma plataforma para que grupos marginalizados expressem suas necessidades e perspectivas, contribuindo para a justiça social e o desenvolvimento local. (Mancini; Wilson, 2001)

Além disso, as rádios comunitárias são essenciais para o desenvolvimento local, servindo como plataformas para a difusão de informações relevantes sobre saúde, educação, agricultura, direitos humanos e outros temas importantes para as comunidades. Elas promovem o conhecimento sobre os direitos e os serviços disponíveis, capacitando as pessoas e contribuindo para a construção de sociedades mais justas e prósperas. As emissoras comunitárias também desempenham um papel fundamental na preservação da cultura e da identidade local, promovendo a música, a dança, as tradições e os valores locais, contribuindo para a preservação da diversidade cultural. (Pinho, 2014)

Apesar de seu impacto positivo, as rádios comunitárias na África enfrentam desafios como recursos limitados, falta de capacitação e censura. A dificuldade em obter recursos para a operação, incluindo equipamentos, treinamento e infraestrutura, limita o potencial das rádios. A falta de treinamento para comunicadores locais e a dificuldade em acessar recursos tecnológicos também impedem a produção de conteúdos de qualidade e o alcance de um público maior. Em alguns países, as rádios comunitárias podem enfrentar censura e restrições

por parte de governos, limitando sua capacidade de expressar opiniões críticas e de cobrir temas controversos.

No entanto, as rádios comunitárias na África também possuem oportunidades. O crescimento das tecnologias digitais, como a internet e os dispositivos móveis, cria novas oportunidades para a radiofonia comunitária alcançar um público maior e se conectar com comunidades em diferentes regiões. Parcerias estratégicas com organizações não governamentais, universidades, e outras instituições podem trazer recursos, capacitação e apoio técnico. A crescente importância das rádios comunitárias como ferramentas de desenvolvimento social e de comunicação local está sendo reconhecida, o que pode levar a um aumento do apoio financeiro e político a essas emissoras.

De acordo com Nwuneli (2019), essas rádios são frequentemente a única fonte confiável de notícias e entretenimento para muitas pessoas em áreas rurais e urbanas marginalizadas. Com uma programação diversificada que abrange desde debates sobre questões locais até música tradicional, as rádios comunitárias oferecem uma plataforma importante para expressar as vozes das comunidades africanas.

A criação e operação de rádios comunitárias em África são frequentemente impulsionadas por uma variedade de motivadores locais. Segundo Moyo (2008), essas rádios surgem da necessidade de abordar lacunas na cobertura de mídia convencional, bem como para enfrentar desafios sociais específicos enfrentados pelas comunidades locais. Ao fornecer um espaço para o diálogo e o engajamento cívico, as rádios comunitárias capacitam os cidadãos a participar ativamente na resolução de questões locais e na promoção do desenvolvimento sustentável. No entanto, as rádios comunitárias na África também enfrentam uma série de desafios significativos. De acordo com Sambuli (2016), questões como restrições legais, falta de financiamento e infraestrutura limitada podem dificultar a operação e a sustentabilidade dessas rádios. Além disso, em alguns países, as rádios comunitárias enfrentam pressão política e ameaças à sua independência editorial, o que pode prejudicar sua capacidade de servir como um verdadeiro reflexo das necessidades e interesses das comunidades locais.

Para enfrentar esses desafios, é essencial que as rádios comunitárias em África recebam apoio adequado de governos, organizações da sociedade civil e doadores internacionais. Conforme destacado por Nwuneli (2019), investir na capacitação de equipes, na modernização da infraestrutura e na promoção de políticas que protejam a liberdade de expressão e o acesso à informação é fundamental para garantir o sucesso e a sustentabilidade dessas rádios.

Com inúmeras línguas, culturas e desafios socioeconômicos, as rádios comunitárias servem como uma voz autêntica para as comunidades locais em toda a África. De acordo com Colin Fraser (2008), as rádios comunitárias exercem um papel importante na promoção do desenvolvimento local, no fortalecimento das comunidades e na ampliação do acesso à informação em regiões remotas. Na mesma linha de pensamento, Guy Berger (2002) afirma que as rádios comunitárias na África desempenham um papel vital na promoção da diversidade cultural e na preservação das línguas locais. Enquanto isso, Peter Lewis (2007), destaca o papel das rádios comunitárias na educação, conscientização e empoderamento das comunidades na África do Sul, mostrando como essas emissoras podem ser agentes de mudança social positiva.

Segundo a AMARC (1998) citando Eugénie AW (1995), na África:

A rádio abre o discurso tradicional africano para novos espaços, para a conquista do tempo, para a renovação dos laços de amizade. A fala torna-se assim um componente que constitui o mundo. Não seria de admirar, então, que uma vez que a população exige os seus direitos mais básicos, a rádio se torne num sinal dos novos tempos, apesar do facto de que os tempos antigos não parecem ter ficado completamente para trás. A rádio, promotora duma escola de línguas nacionais, duma escola técnica baseada na experiência africana: a rádio, educadora e reforçadora das vozes das mulheres tantas vezes caladas, não devem ficar na utopia, mas antes numa estratégia efetiva no ar (Amarc, 1998, p. 20).

Zavale (2019), citando Doronelles, enfatiza que as rádios comunitárias contribuem para o desenvolvimento de aptidões associativas e solidárias, promovendo a vontade de se unir a outros e ampliar o exercício da cidadania, tudo isso baseado na proximidade não apenas geográfica, mas também em interesses e identidades compartilhados.

Além disso, as rádios comunitárias desempenham um papel crucial em comunidades onde a maioria das pessoas não possui habilidades de leitura ou escrita. Elas proporcionam um espaço de participação que vai além da simples inclusão, permitindo que as comunidades produzam conteúdo em suas línguas locais e expressem sua cultura local (Zavale, 2019).

As rádios comunitárias são especialmente importantes em sociedades predominantemente orais, onde a transmissão de conhecimentos se dá principalmente através da fala. Elas proporcionam um espaço inclusivo, permitindo que as comunidades produzam e compartilhem conteúdos em suas línguas locais, fortalecendo a cultura e identidade locais. Essas emissoras são instrumentos indispensáveis para a massificação da cultura africana e o fortalecimento das comunidades. Elas promovem a diversidade cultural, a participação cidadã

e o desenvolvimento sustentável, sendo fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Elas são uma voz autêntica que ecoa a riqueza das tradições e realidades locais em todo o continente africano. Valorizar e apoiar essas emissoras é essencial para fortalecer as comunidades e promover o desenvolvimento sustentável na África.

2.6 RÁDIOS COMUNITÁRIAS EM MOÇAMBIQUE E SEU PAPEL NO DESENVOLVIMENTO LOCAL

As rádios comunitárias em Moçambique, conhecidas como radcom, surgiram e se expandiram na segunda metade da década de 1990, após o processo de democratização do país. O objetivo dessas rádios é fornecer informações locais, produzidas e transmitidas pelas comunidades locais para os próprios moradores (Zavale, 2019). Essas estações são administradas por membros eleitos pela comunidade, e os programas são criados e conduzidos por jornalistas e voluntários da própria comunidade.

A instalação das rádios comunitárias teve como propósito dar voz às comunidades e fornecer meios alternativos de informação nas zonas rurais, onde há uma escassez de outras formas de mídia (Mário, Minnie e Busiek, 2010). Essas rádios não só fornecem informações, mas também oferecem instrumentos para orientar a vida diária dos habitantes e melhorar seu relacionamento com outras comunidades (Zavala; Zuculoto, 2023). Além disso, esses meios de comunicação permitem a participação dos “excluídos” na tomada de decisões e dão poder às comunidades para decidirem sobre seus próprios destinos (Zavale, 2019).

As radiofonias a serviço das comunidades assumem várias designações e se encontram espalhadas em diversos lugares dentro de um determinado país. De acordo com a AMARC - Associação Mundial de Rádios Comunitárias, fundada em 1983;

A rádio comunitária, a rádio rural, a rádio de cooperativa, a rádio participativa, a rádio livre, a rádio alternativa, a rádio popular, a rádio educacional, a rádio religiosa, (...) estão localizadas em aldeias rurais isoladas e no centro das maiores cidades do mundo. Os seus sinais podem só chegar a um quilômetro, abranger um país inteiro ou ser transportados via ondas curtas para outras partes do mundo (Amarc, 1998, p. 17).

Para a UNESCO/PNUD-MOZ — Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2004, p. 9), são designadas rádios comunitárias todas aquelas que tratam de assuntos públicos do local onde estão instaladas e servem àquela coletividade. A entidade,

citando a Associação Mundial das Rádios Comunitárias (AMARC), define rádio comunitária como sendo da comunidade (os membros da comunidade são donos e decidem o conteúdo), feito pela comunidade (têm produtores dos programas que tratam os assuntos comunitários), voltada para a comunidade (os ouvintes).

De acordo com Alves (2005), as rádios comunitárias no continente africano tiveram a sua eclosão, no âmbito da construção de um quadro social igualitário, após a queda do *apartheid*, na África do Sul. Em outros países do continente africano, o projeto advém essencialmente da implementação do regime democrático e dos pressupostos de boa governança. Segundo Vieira, Minnie e Busiek (2010), a primeira transmissão radiofônica em Moçambique ocorreu no dia 18 de março de 1933, tendo como pioneiro o Grêmio de Radiofilos da Colônia de Moçambique, um clube privado de colonos portugueses baseados na cidade de Lourenço Marques atual (Maputo). Acrescentam os autores:

A estação levou o nome de rádio clube de Moçambique. Nessa altura havia apenas 1.400 aparelhos de rádio em Moçambique. Duas outras estações privadas foram lançadas nos anos seguintes na beira, a segunda maior cidade da colônia, incluído a rádio Pax, uma estação da igreja Católica emitido em AM (ondas curtas) (Vieira; Bussiek, 2010, p.24).

No período pós-guerra civil em Moçambique, a partir de 1992, o acesso à informação e comunicação era limitado principalmente às áreas urbanas, através da rádio estatal Rádio Moçambique (RM), que era a maior do país. No entanto, considerando que cerca de 70% da população moçambicana vive em áreas rurais, o governo implementou medidas para melhorar o acesso destas comunidades aos meios de comunicação, promovendo a comunicação para o desenvolvimento através de jornais e rádios comunitárias (Alves, 2005). De acordo com Vieira, Minnie e Busiek (2010), em 1977, o governo criou o Instituto de Comunicação Social (ICS), uma entidade financiada pelo Estado com o objetivo de promover o desenvolvimento rural. Em 1984, o ICS estabeleceu a sua primeira “rádio comunitária” na Província de Gaza, localizada a aproximadamente 200 km ao norte de Maputo, transmitindo em onda média. Após os Acordos de Paz de 1992, o ICS expandiu sua rede nacional de “rádios comunitárias” e, em 2007, contava com 24 estações, recebendo apoio financeiro e técnico do UNICEF e do Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP).

Conforme Vieira, Minnie e Busiek (2010), a instalação das rádios comunitárias foi precedida de pesquisas e consultas detalhadas com as comunidades locais, visando identificar suas necessidades. O objetivo principal era dar voz às comunidades locais e criar meios

alternativos de informação nas áreas rurais, onde não havia outras opções além da Rádio Moçambique, resultando em uma falta de diversidade de informações disponíveis. De acordo com Zavala e Zuculoto (2023, p.8). existem três grupos de rádios comunitárias em Moçambique. O primeiro é gerido pelo estado, o segundo pela Igreja Católica e o terceiro foi iniciado com o apoio direto de várias agências internacionais, incluindo a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) eo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), em parceria com ONGs locais. No final da década de 1990, foram implantadas as primeiras rádios comunitárias em Moçambique, sob a supervisão do Instituto de Comunicação Social, da Igreja Católica e de organizações com projetos financiados por doadores internacionais Alves (2005). Entre 1998 e 2006, o Projeto UNESCO/PNUD subsidiou a criação de oito rádios comunitárias, com apoio de doadores como os países nórdicos e a Irlanda.

De acordo com a UNESCO, em 2003 havia um total de 91 iniciativas de meios de comunicação em Moçambique, incluindo 20 rádios comunitárias. A maioria das estações estava localizada no norte do país, e a coordenação dessas rádios era feita pelo Instituto Nacional de Comunicação (ICS) em 47% dos casos, seguidos pela Igreja Católica com 20% e pela UNESCO com 17% (Alves, 2005, p. 54). Inicialmente, as rádios comunitárias em Moçambique operam de forma precária, transmitidas por alto-falantes. Os equipamentos técnicos utilizados incluíam um amplificador de 120 watts, um gerador de energia, um receptor, um toca-discos, um gravador e leitor de cassetes e dois microfones (Alves, 2005).

Os alto-falantes eram colocados em uma torre de quinze metros de altura. Zavala e Zuculoto (2023, p.9), acrescentam que com o passar dos anos, pouco mudou nesse cenário, e muitas rádios comunitárias ainda enfrentam dificuldades financeiras, dependendo de apoio de organizações como a UNICEF, a IBIS (uma ONG dinamarquesa) e o PNUD. A instalação adequada de um estúdio com equipamentos de qualidade pode custar entre US\$14.000 e US\$16.000. A sustentabilidade financeira dessas rádios continua sendo uma grande preocupação, uma vez que em muitas áreas onde estão localizadas não há muitas oportunidades de negócio para obter patrocínios e garantir a cobertura de custos e manutenção.

Alves (2005) afirma que as rádios do ICS eram - e ainda são, conforme se observou na presente pesquisa - as mais sustentáveis, pois contam com o patrocínio do governo através do orçamento do Estado e do dinheiro das receitas próprias, provenientes muitas das vezes de publicidades, de dedicatórias e anúncios. As outras rádios, porém, filiadas ao Fórum das Rádios Comunitárias (FORCUM), encontram-se em situações precárias, dependendo da boa

vontade das organizações não governamentais (ONGs). Mkaima (2011) informa que o período de emissão diária das rádios é afetado por estas condições. Iniciam as transmissões às 4 horas e 55 minutos da madrugada e encerram às 21 horas, muitas das vezes com intervalos de uma hora pelo meio-dia ou ao final da tarde. Algumas, por falta de dinheiro, acabam as emissões por volta das 13 horas.

Zavala e Zuculoto (2023) enfatizam que a programação predominante inclui notícias, anúncios, músicas, debates e informações. Neste leque de programas, os anúncios têm muita audiência, particularmente os anúncios necrológicos. As autoras acrescentam que nas dedicatórias incluem-se temas como o amor, o envio de mensagens e as saudações familiares (Zavala; Zuculoto, 2023). As entidades locais recorrem à rádio para divulgar todas as campanhas e ações que desenvolvem, através de anúncios ou intervindo nas reportagens. As campanhas de vacinação ou o recenseamento eleitoral são apontados como excelentes exemplos do sucesso da divulgação através da rádio. As notícias nacionais e internacionais são retransmitidas de rádios como a RM (Mkaima, 2011).

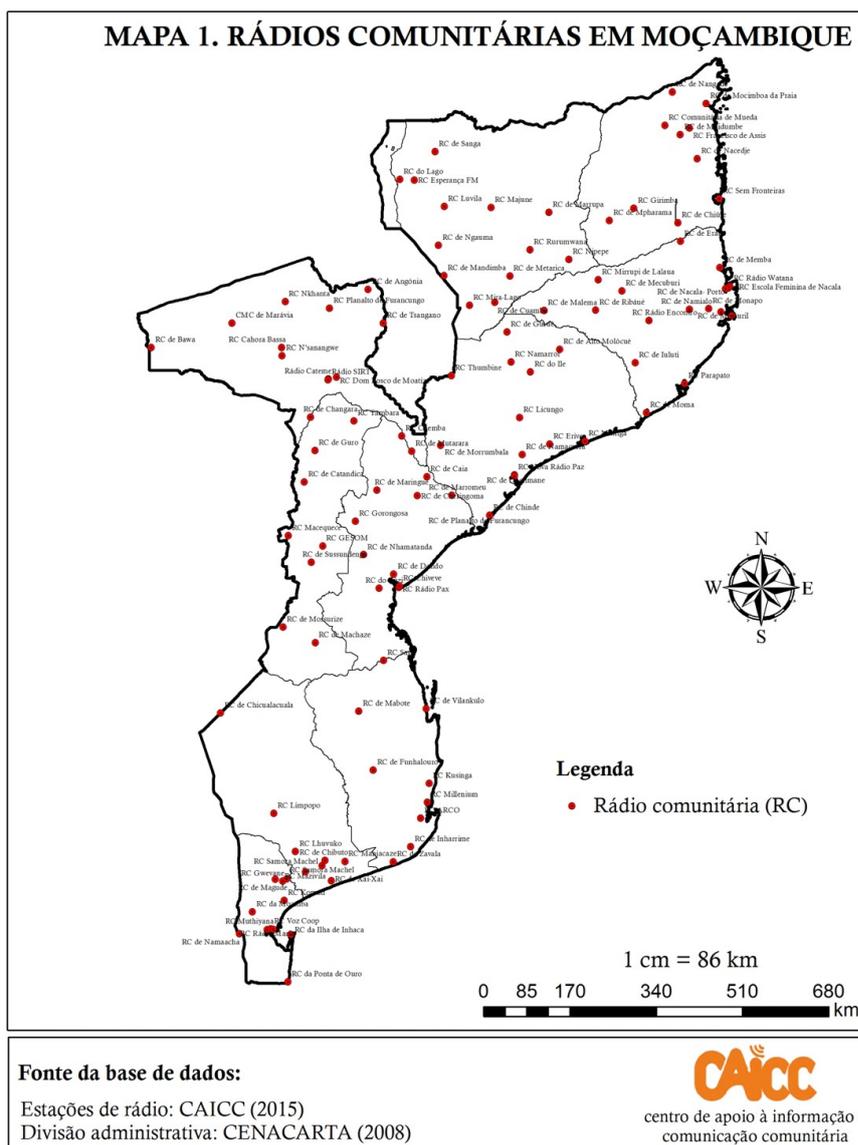
Com este tipo de programação, as rádios constituem-se em fonte de informação, educação e entretenimento. Zavala e Zuculoto (2023) reiteram que as rádios comunitárias evidenciam um papel importante para a sociedade rural moçambicana, com contribuições relevantes para o desenvolvimento distrital. O professor Celestino Joanguete, da Escola de Comunicação e Artes da Universidade Eduardo Mondlane, destaca que o rádio moçambicano, incluindo emissoras públicas, comunitárias e privadas, alcança cerca de 90% da população rural (Joanguete, 2020).

No ano de 2019, Fárída Costa, à época diretora geral do Instituto de Comunicação Social de Moçambique, informava que as aproximadas 140 emissoras radiofônicas comunitárias presentes no país estavam associadas e organizadas principalmente pelo ICS e pelo FORCOM, integrantes do Fórum das Rádios Comunitárias de Moçambique, uma organização não governamental. O ICS é responsável pela administração de 82 emissoras, enquanto o FORCOM reúne 52 rádios comunitárias espalhadas pelas 11 províncias do país. (ONU NEWS, 2019) Em Moçambique, portanto, o rádio também é um dos meios de comunicação de maior abrangência junto à sociedade, chegando principalmente em localidades e populações que têm pouco ou nenhum acesso a outras mídias. A difusão das rádios comunitárias moçambicanas, assim, revela-se de extrema importância.

As emissoras, por exemplo, também têm auxiliado nas campanhas de prevenção e combate ao HIV/AIDS, um dos grandes problemas de saúde do país. A juventude pode ser atingida por mensagens de prevenção nas escolas, fora das escolas ou por meio de serviços

sociais voltados para a atenção a esta população. (Mkaima, 2011). O mapa abaixo ilustra a distribuição das rádios comunitárias em Moçambique:

Figura 4 - Distribuição das rádios comunitárias em Moçambique



2.6.1 Rádios comunitárias administradas pelo Estado

As rádios comunitárias administradas pelo estado em Moçambique têm uma história que remonta aos primeiros anos após a independência do país em 1975. Durante as décadas de 1970 e 1980, o governo moçambicano estabeleceu várias rádios comunitárias como parte de

seus esforços para promover a comunicação e a participação pública em todo o país. Essas rádios eram administradas pelo estado e geralmente serviam como veículos para disseminar informações sobre programas de desenvolvimento, políticas governamentais e mobilização comunitária.

Uma das primeiras rádios comunitárias estabelecidas pelo governo moçambicano foi a Rádio Moçambique, fundada em 1981. A Rádio Moçambique desempenhou um papel crucial na disseminação de informações durante os anos de guerra civil no país (1977-1992), fornecendo notícias, programas educacionais e culturais para as comunidades em todo o território nacional.

Ao longo dos anos, outras rádios comunitárias administradas pelo estado foram estabelecidas em diferentes regiões do país, com o objetivo de alcançar comunidades locais e fornecer-lhes acesso à informação e entretenimento. Essas rádios comunitárias geralmente transmitiam em várias línguas locais, refletindo a diversidade étnica e cultural de Moçambique.

No entanto, é importante notar que a paisagem da mídia em Moçambique mudou significativamente desde o início do século XXI, com o surgimento de rádios privadas e comunitárias independentes. Essas rádios privadas e comunitárias operam de forma independente do governo e desempenham um papel cada vez mais importante na diversificação e democratização do cenário midiático do país.

Para melhorar a comunicação comunitária e criar mecanismos de desenvolvimento local, o governo de Moçambique criou as rádios comunitárias. Esse esforço visava levar informação a lugares onde a Rádio Moçambique não conseguia chegar e criar uma comunicação com a qual as comunidades pudessem se identificar. Foi assim que surgiram as rádios comunitárias do estado, geridas pelo ICS. Para melhor entender o funcionamento dessas rádios, vamos primeiro destacar o que é o ICS e seu papel na operacionalização da estratégia de comunicação comunitária do governo.

O Instituto de Comunicação Social é uma instituição pública dotada de autonomia administrativa, cujo objetivo principal é a comunicação para o desenvolvimento da zona rural. Criado pelo governo moçambicano em 1989 com o propósito de promover a comunicação e o desenvolvimento rural, o ICS estava originalmente subordinado ao extinto Ministério da Informação. De acordo com o website do Instituto de Comunicação Social, esta instituição pública possui 80 rádios comunitárias e uma estação de rádio denominada Rádio Nacional

Educativa. Possui delegações em 10 províncias, e a sua sede está localizada na cidade de Maputo¹³.

Conforme estabelecido pelo Decreto governamental n° 59/2004 de 8 de Dezembro de 2004, aprovado pelo Conselho de Ministros de Moçambique, o ICS foi reajustado em sua natureza e atribuições. O artigo 1 deste decreto define o ICS como uma instituição pública de âmbito nacional, dotada de autonomia administrativa, com o principal objetivo de promover a comunicação para o desenvolvimento das zonas rurais.

Segundo o mesmo decreto, o ICS é subordinado ao Diretor do Gabinete de Informação (GABINFO), que é responsável pela nomeação do Diretor Geral da Instituição. Esta estrutura está alinhada com a missão do ICS de promover a comunicação e o desenvolvimento, especialmente nas áreas rurais do país.

Para além das competências, o Decreto governamental n° 59/2004 de 8 de Dezembro de 2004, no artigo 2, atribui ao ICS, o Instituto de Comunicação Social (ICS) desempenha um papel fundamental no desenvolvimento das comunidades rurais, através de diversas ações:

- Apoia projetos e programas voltados para o desenvolvimento dessas comunidades, visando melhorias em diferentes áreas;
- Desenvolve canais de radiodifusão e imagem televisiva comunitária, possibilitando a comunicação local e promovendo o acesso à informação;
- Promove o fluxo de informação entre as comunidades locais e a nível nacional, facilitando a troca de conhecimentos e experiências;
- Implanta e consolida a rede de correspondentes populares, garantindo uma cobertura mais abrangente e representativa das questões locais;

Além disso, o ICS realiza a política de comunicação social estabelecida pelo Governo para as comunidades rurais. Utiliza uma combinação de meios modernos e tradicionais para aprimorar os métodos de comunicação, especialmente nas áreas rurais.

Realiza experimentos no campo da comunicação social, buscando compreender e melhorar a linguagem, recepção, compreensão e retenção das mensagens. Implementar programas e medidas para elevar o nível educativo e técnico-profissional dos funcionários do ICS, em conformidade com a legislação vigente. E produz, edita e difunde material audiovisual sobre programas relacionados aos objetivos e atribuições do ICS.

Segundo o website do ICS atribuições desta instituição pública são as seguintes:

¹³ Informação retirada no website do ICS. Disponível em: <https://www.ics.gov.mz/quemsomos/>. Acesso em: 10 jan. 2024.

- “Realização da política de comunicação social definida pelo Governo para as zonas rurais;
- A utilização combinada de meios modernos e tradicionais, em ordem a suscitar melhorias nos métodos de trabalho;
- A realização de experiências no domínio da comunicação social, sobre a linguagem, recepção, compressão e retenção de mensagens;
- A implementação de programas e medidas para o aumento do nível educativo e técnico-profissional dos funcionários do ICS, de acordo com a legislação em vigor
- Produção, edição e difusão de material audiovisual sobre programas relacionados com os objectivos e atribuições do ICS
- Apoiar os projectos e programas de desenvolvimento das comunidades rurais;
- Desenvolver canais de radiofusão e de imagem televisiva comunitária;
- Promover o fluxo de informação entre as comunidades locais e a nível nacional;
- Implantar e consolidar a rede de correspondentes populares (comunitários);
- Participar na concepção e recolha de opinião no sentido de melhorar os conteúdos informativos dos órgãos de comunicação social nacionais;
- Combinar a utilização de meios modernos e tradicionais, em ordem a suscitar melhorias nos métodos de trabalho em especial das comunidades rurais;
- Realizar experiências no domínio da comunicação social, sobre a linguagem, recepção, compreensão e retenção de mensagens;
- Formar o pessoal de ICS e de outros organismos mediante uma relação contratual em técnicas de comunicação social, de pesquisa e de manutenção de equipamentos;
- Organizar palestras, debates e seminários em volta das atividades do instituto;
- Produzir, editar, e difundir audiovisual sobre programas relacionadas com as atribuições do ICS.

A Tabela 2 indica as Rádios comunitárias do Estado geridas pelo Instituto de Comunicação Social (ICS):

Tabela 2 - Rádios comunitárias geridas pelo ICS

Designação da rádio comunitária	Provincial de emissão	Apoio de gestão	Línguas de emissão	Raio de cobertura
Nacedje (Macomia); Chiúre; Girimba (Montepucz); Minenguene (Palma) Mueda.	Cabo delgado	ICS	imakonde; emakua; Kimwane; Kiswaile e Portugues	60/70 km
Nipepe; Mandinba; Marrupa ;Sanga; Majune; Mavago; Missinga (Metarica); Ncula (Mecula); Chimbonila.	Niassa	ICS	Nyanja, Ajawa e português	60/70 km
Namapa; Mossuril; Momba; Murrupala; Nacala porto; Ribaué Namialo (Namialo)	Nampula	ICS	Emakua e português	60/70 km
Licungo (Mocumba); Chinde; Namacura; Mangaja da Costa (Erive); Namarroi; Morrumbala; Gurué; Alto Molócué c Muniga (Pebane); Molumbo; Mulevale; Mucubela	Zambézia	ICS	Emakua Portuges; Lomué; Nharringa; Cissena Chuabo e Chewa.	60/70 km
Changara; Mutarara; Bawa (Magoé); Nknanta; Catemc (Moatize); Ulongué	Tete	ICS	Portugues; Cissena Nyanja, Chindau, Chewa e chinyungue	60/70 km
Marromeu; Marringué; Mwanza; Muxungue (Chibabava);	Sofala	ICS	Portugues; Cissena e Chidau	60/70 km
Sussundenga; Chipungabeira (Mossurize) Nhacolo (Tambarra); Chitobe (Machaze); Gandua (Gondola)	Manica	ICS	Portugues; Ciute; Chidau; Cissena; Cichangana e Cimanica	60/70 km

Inharrime; Vilanculo. Inhasorro; Inhambane	Inhambane	ICS	Portugues; Cicope; Bitonga e Xitshua	60/70 km
Xai-Xai; Chibuto; Limpopo Guija	Gaza	ICS	Portugues; Xangana; Cicope	100 Km a 60/70 km
Moamba; Ponta de Ouro Magude	Maputo Província	ICS	Portugues; Xangana e Ronga	60/70 km
Kanhaka; Ka Mpumfu	Cidade da Matola Maputo	ICS	Portugues; Xangana e Ronga	60/70 km
Total das rádios comunitárias geridas pelo ICS=61				

Fonte: Levantamento feito pela autora.

De acordo com Zavale (2019), as estações geridas pelo Instituto de Comunicação Social (ICS) apresentam uma abordagem distinta em relação ao conceito tradicionalmente aceito de rádios comunitárias. Essas rádios foram estabelecidas pelo Estado e seguem um roteiro de programas centralmente definido. Seus gestores são nomeados pelo Delegado Provincial, em nome do diretor geral do ICS, que, por sua vez, é nomeado pelo diretor do Gabinete de Informação (GABINFO). Isso implica em uma certa dependência dessas emissoras em relação ao governo atual, sendo representantes dos interesses governamentais nas comunidades. Os programas veiculados nas rádios não podem contrariar a posição do governo.

Zavale (2019) afirma que essa abordagem contrasta com a concepção tradicional de rádio comunitária, como descrito por Jane (2013), que enfatiza que estas rádios são formadas pela própria comunidade para servir a si mesma. Segundo Jane, as rádios comunitárias são espaços nos quais os membros da comunidade debatem e buscam resolver seus problemas, além de buscar soluções.

Na mesma linha de pensamento, Mtimde *et. al.* (1998) argumentam que a rádio comunitária representa um processo de troca de ideias bidirecional, envolvendo diversas fontes, e é uma adaptação dos meios de comunicação para o uso das comunidades. Os autores acrescentam que a rádio comunitária facilita o acesso à informação, educação e

entretenimento para os membros da comunidade, permitindo que eles participem como planejadores, produtores e atores, sendo mais do que apenas um meio para a comunidade, mas sim uma expressão dela.

2.6.2 Rádios comunitárias pertencentes a organizações cívicas e à Igreja

Nas frequências do rádio, ecoam não apenas palavras e músicas, mas sim os batimentos cardíacos pulsantes de uma comunidade unida. Em meio a esse cenário, as rádios comunitárias, muitas das quais pertencentes a organizações cívicas e a instituições religiosas, desempenham um papel fundamental na tessitura do tecido social.

Ao explorarmos essa dinâmica, não podemos deixar de evocar as palavras inspiradoras de Paulo Freire, o patrono da educação popular. Para Freire, a comunicação é uma via de mão dupla, uma troca constante entre emissor e receptor, onde o diálogo é a chave para a emancipação. Nas rádios comunitárias, essa visão ganha vida, à medida que as vozes da comunidade se elevam, compartilhando histórias, ideias e perspectivas que enriquecem e fortalecem o tecido social.

Por outro lado, ao falarmos sobre organizações cívicas, não podemos ignorar o legado de pensadores como Hannah Arendt, cuja reflexão sobre a importância da participação ativa na esfera pública ressoa até os dias de hoje. Arendt nos lembra que a política verdadeira acontece quando os cidadãos se reúnem, discutem e agem em prol do bem comum. As rádios comunitárias, ao dar voz às organizações cívicas, ampliam esse espaço de participação, permitindo que questões locais encontrem ressonância em uma audiência mais ampla.

No contexto de Moçambique, além das rádios comunitárias administradas pelo Estado por meio do ICS, há também aquelas que surgiram por iniciativa das organizações cívicas e da Igreja Católica. Estas últimas são predominantemente gerenciadas pelas próprias comunidades, as quais têm a autonomia de indicar seus coordenadores sem a intervenção direta do poder estatal ou municipal.

Segundo Romning (2008, p. 49), citado por Mário, Minnie e Bussiek (2010, p. 60), a instalação das rádios comunitárias ligadas à Igreja Católica teve início em 1993, com a fundação da Rádio Encontro, de propriedade da Diocese de Nampula. Posteriormente, outras rádios foram estabelecidas, como a Rádio Nova Paz, Rádio Pax e Rádio Maria, pertencentes às Dioceses de Quelimane, Beira e Maputo, respectivamente. Mais tarde, a Rádio São Francisco de Cabo Delgado também foi inaugurada. Os autores defendem que, embora essas rádios estejam sob a jurisdição das dioceses locais, a gestão e a produção de conteúdo contam

com a participação ativa dos membros das comunidades locais, incluindo mulheres e jovens. Além disso, ressaltam que essas rádios comunitárias ligadas à Igreja Católica são membros ativos do Fórum Nacional das Rádios Comunitárias (FORCOM). Apesar de sua conexão com a fé cristã, essas estações oferecem uma ampla variedade de assuntos e programas, dando voz aos pobres e às comunidades rurais, e são igualmente independentes em sua programação essencial.

Quanto às rádios comunitárias vinculadas às organizações cívicas, segundo Mário, Minnie e Bussiek (2010, p. 60), elas surgiram um pouco após as primeiras eleições multipartidárias realizadas em 1994.

Os autores explicam que essas estações de rádio surgiram devido ao apoio financeiro da UNESCO/PNUD, proveniente de países nórdicos e da Irlanda. Ao contrário das rádios comunitárias administradas pelo ICS, aquelas geridas pelas organizações cívicas foram submetidas à exigência dos doadores de aderir aos princípios internacionais de liberdade e independência da imprensa. Isso incluía a implementação de sistemas de governança que envolviam representantes eleitos pelas comunidades e a produção de programas por voluntários locais, apoiados por um pequeno grupo de funcionários remunerados em tempo integral (Mário; Minnie; Bussiek, 2010, p. 61).

Os autores acrescentam que o objetivo inicial da instalação dessas rádios comunitárias sob gestão das organizações cívicas era dar voz às comunidades locais e estabelecer meios alternativos de informação em áreas rurais. Isso se devia à falta de diversidade de informações nestas regiões, onde a única fonte disponível era a Rádio Moçambique. Para garantir a adequação das rádios às necessidades locais, os autores destacam a importância de uma pesquisa detalhada realizada junto às comunidades.

Em 2006, o projeto Media UNESCO/PNUD chegou ao fim. No entanto, conforme argumentam Mário, Minnie e Bussiek (2010), as rádios comunitárias administradas pelas organizações cívicas continuaram e ainda continuam a operar sob o controle direto das comunidades locais, representadas legalmente por associações cívicas com personalidade jurídica. Os autores mencionam que havia preocupações de que essas rádios não conseguissem manter-se financeiramente após o término do projeto, correndo o risco de serem controladas pelo Estado por meio do ICS ou mesmo de fecharem suas portas. No entanto, como observado por Romning (2008) citado por Mário, Minnie e Bussiek (2010), nenhum desses cenários se concretizou até o momento. Pelo contrário, algumas estações conseguiram ampliar sua capacidade de alcance e seu potencial de sustentabilidade a longo prazo, graças à

mobilização de fontes diversificadas de financiamento, incluindo a UNICEF, ASDI e a Iniciativa de Elevação de Centros Comunitários Multimídia (CMC) com financiamento suíço.

Gráfico 3 - Rádios geridas pela igreja e pelas organizações cívicas

Designação da rádio Comunitária	Província e Distrito de emissão	Apoio de Gestão	Línguas de Emissão
Sem fronteiras de Cabo Delgado; Francisco de Assis de Cabo Delgado; Mocimba da praia; Pharama	Cabo Delgado	FORCOM	Emakonde e português
Esperança; Cuamba; Lago; Ngauma (Maua); Rurumwana (Maua); Luvile (Mwembe) e Miralagos (Mecanhelas).	Niassa	FORCOM	Nyanja, Ajawa e português
Parapato (Angoche); On'Hipite (ilha de Moçambique); watana; Lulutti (Mogovolas); Monapo e Encontro (Nampula)	Nampula	FORCOM	Emakua e português
Rádio Paz; FM; Monte Thumbine Nova Radio Paz; Quelimane Gilé; (Milange);	Zambézia	FORCOM	Emakua Cisena Chuabo portuguesa
Funrancungo; N°Sanangwe	Tete	FORCOM	Cisena Nyanja e Chinyungue
Dondo; Pax; Nhamatanda; Gorongosa; Águia; Buzi Chemba; Caia	Sofala	FORCOM	Cisena; Ndaú Portuguesa
Macequece; Catandica Gesom	Manica	FORCOM	Ciuté; Cimanica e Portuguesa
Homoine; Zavala Save; Marrombene (Funhalouro; Kusinga	Inhambane	FORCOM	Cicope; Kitshua e portuguesa
Chicualacula; Vembe Chokwé).	Gaza	FORCOM	Xangana; Cicope e portuguesa

Xinavane; Gwevane; Maputo (Namaacha); Komati (Manhiça); Maria (Machava)	Cascatas	Maputo Província	FORCOM	Xangana; Ronga e portuguesa
Muthyana Voz Coop Rádio Nangade		Cidade de Maputo	FORCOM	Xangana; Ronga e portuguesa
Total da rádios geridas pela sociedade civil e pela igreja-51				

Fonte: Levantamento feito pela autora.

Atualmente, a maioria das rádios comunitárias enfrenta uma série de desafios, conforme apontado por Mário, Minnie e Bussiek (2010). Grande parte dessas estações, instaladas em áreas carentes de infraestrutura adequada e com escassez de pessoal qualificado, enfrentam uma série de problemas técnicos, desde a falta de manutenção preventiva até a dificuldade em reparar pequenos defeitos. Além disso, questões estruturais, alheias ao controle das comunidades locais, como a baixa qualidade da energia elétrica, colocam em risco a sustentabilidade dessas rádios de forma contínua. Como resultado, algumas estações ficam “silenciosas” por períodos que variam de uma a duas semanas, até que uma assistência técnica adequada seja obtida para resolver os problemas enfrentados.

2.6.3 Legislação e o licenciamento

O processo de legislação das rádios comunitárias em Moçambique não tem sido simples, pois o país enfrenta vários problemas burocráticos e financeiros.

De acordo com Renato Mkaima (2011, p. 23), a rádio, como todos os meios de comunicação, prospera melhor em países onde o Estado de direito é respeitado. Infelizmente, não é o caso da grande maioria dos países africanos, onde existem imensas dificuldades para licenciar a rádio. Essas dificuldades encontradas fazem com que o processo de legislação e licenciamento da rádio seja demorado, levando até um ano.

Segundo Aída Mangué (2022), Moçambique tem legislação específica para o funcionamento das RCs. A Constituição da República, aprovada em novembro de 1990, é a principal reguladora do exercício dos meios de comunicação. A Lei de Imprensa (18/1991) define os princípios gerais que dão base para outras regras e decretos relativos à atividade direta do subsetor da Radiodifusão.

O Centro de Apoio à Informação e Comunicação Comunitária (CAIC), advoga que existem dois decretos específicos relativos ao serviço de radiodifusão, o decreto 22/1992, de

31 de dezembro de 1992, que estabelece as condições técnico-legal de utilização do espectro radioelétrico e o decreto 9/1993, de 22 de junho de 1993, que estabelece as condições de participação dos sectores privado, cooperativo e misto na radiodifusão e televisão. (Caic, 2021).

Segundo o Projeto de Desenvolvimento dos Media da UNESCO/PNUD (2000), a instalação de uma Rádio Comunitária requer a seguinte documentação, que deve ser protocolada no Gabinete de Informação para a sua verificação, isto é, se está em consonância com a Lei de Imprensa e com o decreto 9/93, de 23 de junho de 1993, que regulamenta as condições de participação dos sectores cooperativos, misto e privado na radiodifusão e televisão:

Objetivo dos órgãos de informação (Rádio)

1. Local de emissão
2. Línguas de emissão
3. Identificação completa do proprietário
4. Estatuto jurídico da entidade produtora
5. Identificação completa do diretor do órgão de informação

Faruque Sadique (2001, p.13) acrescenta que em Moçambique o pedido de licença para criar uma rádio comunitária, consiste em apresentar uma proposta, respondendo a um conjunto de 12 perguntas, através da qual o gabinete de informação faz uma avaliação da legalidade da entendida requerente. O autor reitera que: “a documentação é encaminhada para o Instituto Nacional das Comunicações de Moçambique (INCM), para uma análise dos aspectos técnicos, compete ao INCM a atribuição das frequências para as rádios. O alvará das rádios é atribuído pelo conselho de ministros (Sadique, 2001, p. 13).

O processo de legislação e licenciamento das rádios comunitárias em Moçambique é desafiador e demorado, refletindo as complexidades burocráticas e financeiras do país. Embora Moçambique tenha uma legislação específica para o funcionamento dessas rádios, a implementação prática enfrenta diversos obstáculos. A Constituição da República e a Lei de Imprensa fornecem a base legal, complementada por decretos específicos que regulam o uso do espectro radioelétrico e a participação de diferentes setores na radiodifusão.

As dificuldades burocráticas, como apontado por Renato Mkaima, e a necessidade de um processo rigoroso de documentação e avaliação técnica, como descrito por Aída Mangu e Faruque Sadique, tornam o licenciamento uma tarefa complexa que pode levar até um ano.

No entanto, esses desafios não ofuscam a importância das rádios comunitárias como veículos essenciais para a comunicação local e o desenvolvimento comunitário.

É crucial que o governo e outras entidades relevantes continuem a trabalhar para simplificar e agilizar esses processos, garantindo que as rádios comunitárias possam operar de maneira eficaz e cumprir seu papel vital na sociedade moçambicana. Fortalecer a legislação e reduzir as barreiras burocráticas não apenas facilitará o licenciamento, mas também promoverá um ambiente de comunicação mais inclusivo e democrático, essencial para o desenvolvimento sustentável do país.

2.6.4 Participação da comunidade na produção e gestão das rádios comunitárias

As rádios comunitárias em Moçambique desempenham um papel importante como meios de comunicação e interação nas zonas rurais do país. Elas não apenas transmitem informações locais para a comunidade, mas também servem como uma fonte de aprendizado para aqueles que não têm acesso a outros meios de informação.

Dentre as ferramentas de promoção do desenvolvimento e de massificação da democracia, as rádios comunitárias se afiguram como uma peça imprescindível na sociedade moçambicana, porque representam um meio de comunicação efetivo e mais acessível. Winocur (2002, p.71) afirma que a sua programação se ocupa da vida dos habitantes: experiência com o governo da cidade, condições de vida e diversos assuntos ligados ao âmbito emotivo-privado. Para a autora, a rádio constitui um cenário privilegiado para abordar as necessidades e expectativas dos cidadãos. Oferece espaços para o debate e para a livre circulação de ideias, com a possibilidade de participação direta do cidadão.

Na sua análise, Winocur (2002, p. 101) destaca o rádio como uma ferramenta idônea para facilitar o processo de aprendizagem necessário à tomada de consciência, a qual depende do desenvolvimento da capacidade de reflexão crítica sobre a própria realidade social, para poder transformá-la. Afirma, ainda, que o rádio ocupa um novo lugar nas residências e nos automóveis em função, precisamente, da sua capacidade para se diversificar, o que a afasta da televisão, que tende cada vez mais para a redução da diversidade, para a uniformização de acordo com uma estética mais ou menos previsível. Com a globalização da televisão, o meio radiofônico tem a possibilidade de se dirigir cada vez mais para as necessidades individuais das pessoas (Winocur, 2002, p. 75).

Para Thompson (2002), as rádios comunitárias assumem um papel importante na relação entre dirigentes políticos e dirigidos. No processo político, as rádios comunitárias

ocupam um papel importante como mediadoras dos eventos políticos. São responsáveis pela transmissão dos assuntos políticos para o conhecimento da população e dos assuntos da população para o conhecimento dos políticos.

Após análise das definições e objetivos apresentados pelos autores, a rádio comunitária pode ser definida como aquela que pertence à comunidade, está inserida na comunidade e produz conteúdos sobre a própria comunidade, como um meio de comunicação comunitário capaz de promover a participação e a mobilização das comunidades para a gestão dos bens públicos comunitários. Por um lado, como um meio que promove a participação democrática na produção; por outro, pela gestão de informações comunitárias tendo como base a cultura e a identidade comunitárias.

Segundo Zavale (2019, p. 90), a popularização das rádios comunitárias em Moçambique trouxe uma nova dinâmica social, dando voz às comunidades e servindo como um instrumento de visibilidade das culturas locais. Além disso, estas emissoras se tornaram um lugar de participação na gestão dos bens públicos comunitários. Conforme destacado por Sadique (2001), citando o projeto de desenvolvimento dos meios em Moçambique, uma rádio comunitária é aquela que pertence à comunidade, é feita pela comunidade e é voltada para a comunidade. Isso significa que a comunidade pode ser um grupo geograficamente baseado e/ou um grupo social ou setor público que compartilha interesses comuns ou específicos.

O autor acrescenta que a finalidade de uma rádio comunitária é contribuir para o desenvolvimento socioeconômico e cultural da comunidade, promovendo a cultura de paz, democracia, direitos humanos, equidade e empoderamento da comunidade em que está inserida. Vieira, Minnie e Busiek (2010, p. 74) acrescentam que a relevância das rádios comunitárias se baseia no uso de línguas locais e na abordagem de problemas locais do dia a dia, sendo apreendidos e resolvidos localmente.

A rádio comunitária é um produto da comunidade, caracterizada por programação vinculada à realidade local, abordando problemas, festas, necessidades, interesses e cultura locais. Ela opera com sistemas de gestão compartilhada, envolvendo órgãos deliberativos coletivos como conselhos e assembleias (Peruzzo, 1998, p. 10). Além disso, a autora acrescenta que isso permite uma programação interativa com a participação direta da população, que pode até produzir seus próprios programas. A rádio valoriza e incentiva as manifestações culturais locais, promove a educação para a cidadania em toda a programação e democratiza a comunicação ao treinar membros da comunidade em habilidades técnicas de rádio e produção de programas. (Peruzzo, 1998, p.10).

Para Peruzzo (2005), pressupõe-se que o jornalismo local seja aquele que retrate a realidade regional ou local, trabalhando, portanto, a informação de proximidade o meio de comunicação local tem a possibilidade de mostrar melhor do que qualquer outro a vida em determinadas regiões, municípios, cidades, vilas, bairros, zonas rurais etc. Por outro lado, Peruzzo (2004) afirma que a comunicação comunitária se caracteriza por processos de comunicação baseados em princípios públicos, tais como, não ter fins lucrativos, propiciar a participação ativa da população, ter propriedade coletiva e difundir conteúdos com a finalidade de educação, cultura e ampliação da cidadania.

Em última instância, realiza-se o direito à comunicação na perspectiva do acesso aos canais para comunicar. Trata-se não apenas do direito do cidadão à informação, enquanto receptor – tão presente quando se fala em grande mídia -, mas do direito aos meios de comunicação na condição de emissor e difusor de conteúdo. E a participação ativa do cidadão como protagonista da gestão e da emissão de conteúdos, o que propicia a constituição de processos educacionais, contribuindo dessa forma para o desenvolvimento do exercício da cidadania (Peruzzo, 2004).

Segundo a UNESCO/UNDP (2003, p.10), a participação dos membros da comunidade em diferentes aspectos da vida da rádio é fundamental para que ela seja um meio de comunicação social democrático e atenda às expectativas de desenvolvimento social da comunidade. Isso inclui a sensação de propriedade da rádio por parte da comunidade e a participação de cada membro na definição da direção estratégica. É importante assegurar que a rádio atenda às necessidades da comunidade e que a programação apoie a reflexão e a resolução dos problemas locais. Além disso, a programação deve promover e valorizar a cultura local, história, aumentar a autoestima coletiva e trazer orgulho e alegria para o dia a dia da comunidade (UNESCO/UNDP, 2003, p. 11). A participação dos membros da comunidade é crucial na produção de conteúdo para a comunidade local.

A participação popular nas rádios comunitárias é crucial, pois envolve a comunidade na criação de conteúdo, incluindo denúncias, produções culturais e eventos. Isso contribui para a consciência de cidadania e a visão crítica dos cidadãos sobre a mídia e o mundo. Nas rádios comunitárias, os ouvintes se tornam também produtores de conteúdo, promovendo uma perspectiva mais questionadora e investigativa. Jane (2006, p. 64), citando Tufte, considera que o mundo participativo coloca pessoas comuns como agentes-chave de mudança e foca em suas aspirações e resistências.

O desenvolvimento visa libertar e capacitar as pessoas, reconhecendo suas necessidades básicas e respeitando culturas locais. O modelo participativo centraliza o

desenvolvimento das pessoas, buscando elevar o ânimo das comunidades, promovendo orgulho cultural, intelectual e ambiental. O objetivo é educar e motivar as pessoas para participarem ativamente no progresso pessoal e coletivo, mantendo o equilíbrio ecológico. No entanto, a participação autêntica, embora valorizada na teoria, não é universalmente adotada devido a desafios práticos e falta de controle previsível. Conforme Peruzzo (1999, p. 218), a participação das pessoas na produção e transmissão das mensagens, no planejamento e na gestão do veículo de comunicação comunitária contribui para que elas se tornem sujeitos ativos, capazes de fazer mais do que apenas receber informações prontas, e se tornem protagonistas da comunicação.

A autora enfatiza a importância de inserir as pessoas em um processo de comunicação em que elas se tornam sujeitos do seu próprio processo de conhecimento e podem se educar por meio do seu engajamento em atividades concretas dentro das novas relações de sociabilidade que esse ambiente permite construir (Peruzzo, 1999, p. 216).

Zavale (2019), citando Bordeneave, destaca que a participação é uma característica intrínseca do ser humano, que acompanha sua evolução ao longo do tempo, desde tribos primitivas até instituições como empresas, partidos políticos e associações. A participação não é apenas um instrumento para a solução de problemas, mas também atende a outras necessidades básicas, como interação social, auto-expressão, desenvolvimento do pensamento reflexivo, prazer criativo e valorização pessoal pelos outros.

A não participação representa uma privação do ser humano em sua dimensão social, uma vez que suas potencialidades só se desenvolverão plenamente em uma sociedade que permite a participação. Nesse contexto, as rádios comunitárias desempenham um papel importante ao dar voz às comunidades, seja por meio de programas de audiência, seja por meio da produção de programas que contribuem para a elaboração de políticas públicas autárquicas (Zavale, 2019).

No entanto, o financiamento e a sustentabilidade das rádios comunitárias em Moçambique têm sido desafiadoras, com muitas delas dependendo de doações para se manterem. Não há registro de uma rádio comunitária em uma área rural de um país em desenvolvimento que seja autossustentável, mesmo considerando a criatividade na implementação de regras de austeridade rigorosas.

De acordo com Mkaima (2011, p. 25), a sustentabilidade tem sido uma grande preocupação nesse meio de comunicação, uma vez que, nos locais onde estão estabelecidas, há poucas oportunidades de negócios para obter patrocínios e garantir uma sustentabilidade favorável. Acrescenta ainda a autora que:

Existem rádios que incentivam a criação de animais como a galinha, o coelho, o gado, a ovelha, que posteriormente possam ser vendidos à população e os fundos revertem para as rádios. A OMS realiza campanhas de combate à cólera e as rádios que aderem a campanha, recebem em troca o pagamento de despesas, tais como; a eletricidade, a água, deslocações e alimentação dos repórteres, entre outras pequenas despesas (Mkaima, 2011, p. 25).

Em alguns casos, ONGs ou instituições públicas estabelecem pequenos acordos com as rádios, como a divulgação de informações ou anúncios de campanhas, o que traz algum apoio financeiro. No entanto, essas parcerias tendem a beneficiar as rádios localizadas próximas de centros urbanos. A UNESCO/PNUD (2003) ressalta que as rádios comunitárias não têm fins lucrativos e, portanto, não possuem recursos financeiros.

No entanto, é necessário garantir a produção e transmissão de programas. Para isso, as rádios comunitárias apostam em grupos de produtores de programas comunitários que acreditam na necessidade de contribuir para o desenvolvimento de suas comunidades.

Analisando a posição dos autores acima citados e o tema da nossa dissertação podemos afirmar que a participação ativa das comunidades na produção e gestão das rádios comunitárias em Moçambique é fundamental para promover um desenvolvimento local sustentável e inclusivo. Essas rádios não apenas disseminam informações relevantes para as comunidades rurais, mas também servem como um poderoso meio de engajamento cívico e cultural. Ao envolver diretamente os membros da comunidade na criação de conteúdos e na gestão das estações, as rádios comunitárias fomentam um sentido de propriedade e responsabilidade compartilhada, fortalecendo a coesão social e a identidade local.

Por outro lado, as rádios comunitárias têm um papel essencial na democratização da comunicação, proporcionando uma plataforma para que vozes locais sejam ouvidas e respeitadas. Elas permitem que os cidadãos se expressem sobre questões que afetam suas vidas cotidianas, promovendo debates públicos e a circulação de ideias. Isso é particularmente importante no combate às uniões prematuras, onde a conscientização e a educação comunitária desempenham um papel crucial. Programas focados em questões de direitos humanos, educação e saúde sexual podem ser transmitidos de forma acessível e compreensível, empoderando jovens e famílias com o conhecimento necessário para tomar decisões informadas.

Além disso, a integração da comunidade na gestão das rádios garante que a programação seja relevante e reflexiva das necessidades locais. Ao utilizar línguas e culturas das regiões, as rádios comunitárias não apenas preservam, mas também valorizam e

promovem a herança cultural, aumentando a autoestima coletiva. A participação comunitária na gestão também facilita a transparência e a responsabilidade, assegurando que as rádios operem com objetivos alinhados aos interesses da comunidade.

Apesar dos desafios financeiros e burocráticos enfrentados, a sustentabilidade das rádios comunitárias pode ser alcançada através de parcerias estratégicas e da criatividade na busca de financiamento. O apoio de ONGs, campanhas governamentais e iniciativas locais, como a criação de cooperativas ou pequenas atividades econômicas, pode ajudar a garantir a viabilidade econômica dessas rádios.

Em suma, a participação das comunidades na produção e gestão das rádios comunitárias em Moçambique é essencial para o desenvolvimento democrático e inclusivo. Essas rádios oferecem uma ferramenta poderosa para a educação, a mobilização social e a promoção de práticas saudáveis, como o combate às uniões prematuras. A continuidade e expansão desse modelo dependem de esforços conjuntos para superar barreiras e garantir que as rádios comunitárias permaneçam uma voz vibrante e relevante nas regiões rurais de Moçambique.

2.7 MULHER E MÍDIA EM MOÇAMBIQUE

Moçambique, como muitos países em desenvolvimento, enfrenta desafios em relação à igualdade de gênero e a mídia desempenha um papel crucial na construção de narrativas e na perpetuação de estereótipos. Esta seção analisa a complexa relação entre mulheres e mídia em Moçambique, explorando a representação das mulheres na mídia, os desafios e oportunidades para o empoderamento feminino, e a influência dos meios de comunicação na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

A mídia moçambicana ainda perpetua estereótipos tradicionais que limitam a participação da mulher na sociedade. As mulheres são frequentemente retratadas em papéis domésticos, como mães e esposas, enquanto homens são representados em funções de liderança e poder. A sub-representação das mulheres em cargos de mando, como editoras, apresentadoras e diretoras, contribui para a perpetuação desses estereótipos.

A cultura patriarcal profundamente enraizada em Moçambique influencia a forma como as mulheres são retratadas na mídia que, muitas vezes, reproduz normas sociais que limitam as mulheres a papéis tradicionais, ignorando suas contribuições e potencial para a sociedade. A violência de gênero, a discriminação e a falta de acesso à educação são frequentemente minimizadas ou invisibilizadas.

A primeira onda do feminismo teve suas raízes em uma série de movimentos sociais e intelectuais que surgiram nos séculos anteriores. Um dos marcos importantes foi a publicação de *Vindication of the Rights of Woman* (1792) por Mary Wollstonecraft, que argumentava pela educação e igualdade das mulheres. Este trabalho influenciou pensadores e ativistas em todo o mundo, lançando as bases para o feminismo moderno. Durante esse período, as mulheres lutaram por uma série de direitos básicos e igualdade de oportunidades, incluindo o direito ao voto. O movimento sufragista, liderado por figuras como Susan B. Anthony e Elizabeth Cady Stanton nos Estados Unidos e Emmeline Pankhurst no Reino Unido, foi uma das frentes mais visíveis dessa luta.

Em 1920, nos EUA, foi aprovada a 19ª Emenda da Constituição, garantindo o direito de voto às mulheres. Além das lutas políticas, a primeira onda do feminismo também foi marcada por importantes contribuições literárias e intelectuais. Obras como “O Segundo Sexo”, de Simone de Beauvoir (1949) e “Um Teto Todo Seu”, de Virginia Woolf (1929), ofereceram análises profundas sobre a condição das mulheres na sociedade e defendiam a necessidade de uma revolução feminina para alcançar a igualdade.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) pode ser considerada o marco inaugural no âmbito das políticas para a igualdade entre homens e mulheres. Desde 1950, as Nações Unidas impulsionam a introdução da igualdade no direito internacional. “Pressionadas por organizações intergovernamentais de mulheres, conseguiram fazer com que diversos países, embora a diferentes ritmos, incluíssem medidas sensíveis à desigualdade” (Cerqueira; Cabecinhas, 2018).

A década de 1970 foi um período determinante para a implementação de medidas relacionadas à igualdade de gênero, com a Organização das Nações Unidas (ONU) assumindo um papel central ao incluir a temática das mulheres na agenda pública internacional. Em 1975, foi destacado como o primeiro Ano Internacional da Mulher, durante o qual a ONU organizou a Primeira Conferência Mundial sobre as Mulheres no México e posteriormente instituiu o Dia Internacional da Mulher em 8 de março, formalizando-o dois anos depois. A partir desse momento, a questão da igualdade de gênero ganhou maior visibilidade e projeção na cena internacional (Cerqueira; Cabecinhas, 2018).

A relação entre a mulher e a mídia tem sido um tema de grande relevância e debate na sociedade contemporânea. Desde o surgimento dos meios de comunicação de massa, as representações femininas têm desempenhado um papel crucial na formação de ideias, normas e expectativas em torno do feminino. Nesta seção, exploraremos como a mídia molda e influencia a percepção da mulher, tanto em termos de imagem quanto de papel social, e

examinaremos os desafios e avanços na busca por uma representação mais autêntica e inclusiva das mulheres nos meios de comunicação.

A representação das mulheres na mídia muitas vezes é permeada por estereótipos e padrões irreais de beleza e comportamento. Como observado por Kilbourne (1999), a publicidade frequentemente objetifica e sexualiza as mulheres, contribuindo para a perpetuação de normas de gênero prejudiciais. Essas representações distorcidas não apenas limitam a diversidade de vozes e experiências femininas, mas também podem reforçar desigualdades e contribuir para a violência de gênero.

No entanto, apesar dos desafios, também existem oportunidades significativas para promover uma representação mais justa e igualitária das mulheres na mídia. Gill (2007) argumenta que uma representação positiva e diversificada nos meios de comunicação pode contribuir para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento feminino.

Quando as mulheres são retratadas como líderes, profissionais bem-sucedidas, e individuais com uma variedade de habilidades e perspectivas, isso não apenas desafia os estereótipos de gênero, mas também inspira outras a alcançar seu pleno potencial. Além disso, as novas tecnologias e plataformas de mídia digital oferecem novas oportunidades para as mulheres se expressarem e contarem suas próprias histórias. As redes sociais, em particular, têm permitido que elas compartilhem suas experiências, perspectivas e lutas de uma forma que anteriormente não era possível.

Como observado por Byerly (2019), essa democratização do espaço midiático pode ajudar a amplificar vozes marginalizadas e promover uma representação mais diversificada e inclusiva das mulheres.

Uma das principais questões relacionadas à representação das mulheres na mídia é a construção de estereótipos e padrões irreais de beleza e comportamento. Como observado por Kilbourne (1999), a publicidade frequentemente objetifica e sexualiza, promovendo ideais inatingíveis de perfeição física e subjugando a diversidade de corpos e identidades femininas.

A forma como as mulheres são representadas na mídia tem um impacto direto na maneira como são percebidas e valorizadas na sociedade. Gill (2007) argumenta que uma representação negativa e limitada das mulheres pode contribuir para a internalização de estereótipos prejudiciais e afetar a autoestima e o bem-estar, especialmente das mais jovens. Apesar dos avanços, ainda enfrentamos desafios significativos na busca por uma representação equitativa na mídia.

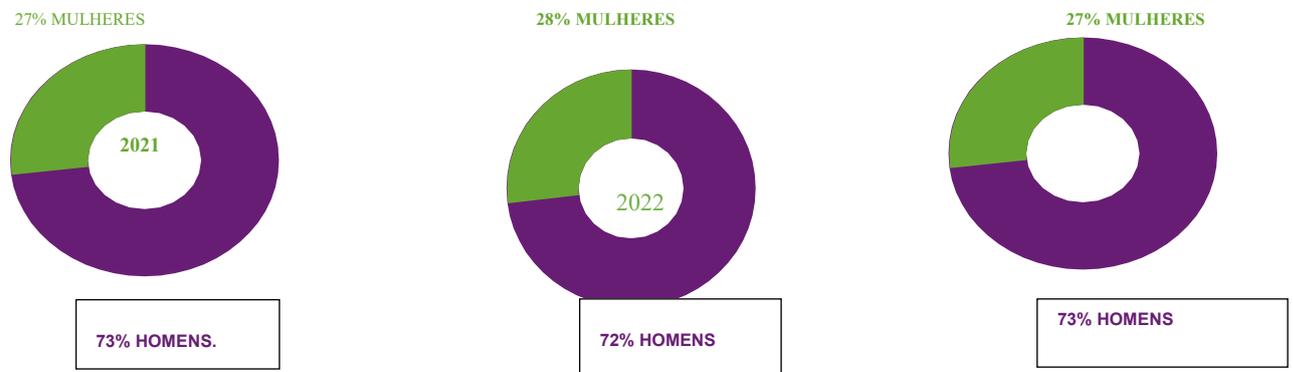
A falta de diversidade e a sub-representação de mulheres de diferentes origens étnicas, raciais, sociais e culturais continuam sendo uma questão crítica. Byerly (2019)

destaca a importância de ampliar as vozes e experiências representadas na mídia, a fim de refletir a verdadeira diversidade da sociedade.

Como em muitos outros países, as mulheres desempenham papéis importantes na radiodifusão em Moçambique. Elas estão envolvidas em várias funções, incluindo apresentação de programas, produção, reportagem, edição, entre outras.

De acordo com um relatório sobre gênero e mídia de 2023, elaborado pela organização não-governamental H2N, foi realizada uma pesquisa com mais de 60 órgãos de mídia, incluindo rádios, estações de televisão e jornais. O objetivo da pesquisa foi avaliar a presença de homens e mulheres no quadro de pessoal dessas instituições. O estudo revelou que embora a predominância masculina nas redações seja um fator sobejamente conhecido, os relatórios de 2021 e 2022 revelaram uma ligeira tendência de crescimento no que diz respeito a colaboradores do sexo feminino, que registou um aumento de 1%, de 27% em 2021, para 28% em 2022. Entretanto, os dados de 2023 indicam um ligeiro retrocesso, ao ilustrar uma representação igual à observada em 2021. O mesmo relatório aponta que apesar de se manter a predominância masculina em todos os órgãos, destaca-se um aumento na representação feminina em termos de números absolutos, com um aumento de 78% no número de mulheres, que passou de 320 em 2022, para 570 em 2023. Ainda assim, são evidentes os desafios na luta por uma equidade de gênero efetiva nos meios de comunicação, bem como a necessidade de criação de estratégias mais robustas, visando promover uma representação mais equilibrada. Os gráficos abaixo revelam a presença das mulheres e homens ao longo dos anos na mídia moçambicana¹⁴.

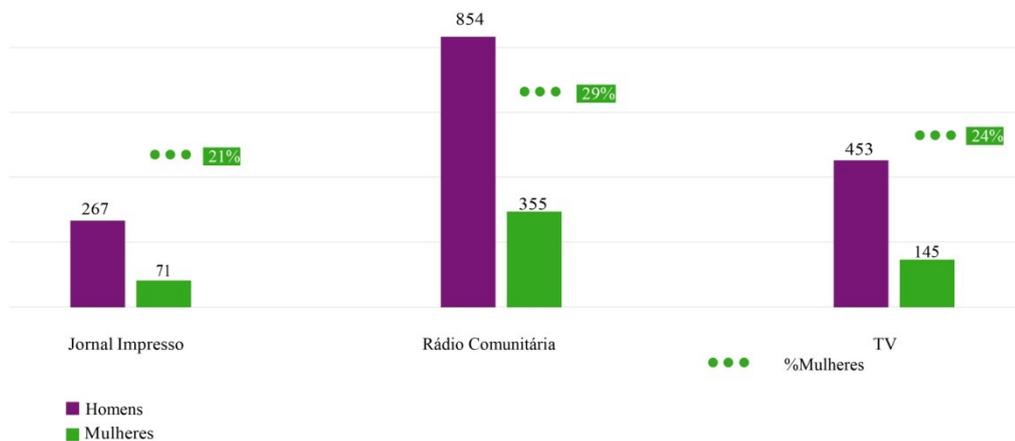
Gráfico 4 - Presença de colaboradores masculinos e femininos nas redações ao longo dos anos



¹⁴ Informações retiradas do Relatório anual de gênero na mídia 2023. Disponível em: https://h2n.org.mz/wp-content/uploads/2024/04/H2N_REPORT_2024_08_A.pdf. Acesso em: 15 mar. 2024.

O relatório aponta que se observa uma evolução em 42 rádios e 4 jornais, nos quais o projeto Asas tem implementado ações com vista a reforçar a capacidade institucional, melhorar a representação das mulheres e incluir questões de género nos conteúdos produzidos. Nestes órgãos, a proporção de colaboradores do sexo feminino aumentou de 27% nas rádios e 35% nos jornais, em 2022, quando comparado com 2021. Para 2023, registrou-se um aumento de 45% e 59%, respectivamente. Este panorama sugere que a implementação de programas ao nível dos órgãos de mídia pode contribuir para uma maior representatividade feminina¹⁵. O gráfico abaixo indica a presença de homens e mulheres nos diversos formatos midiáticos.

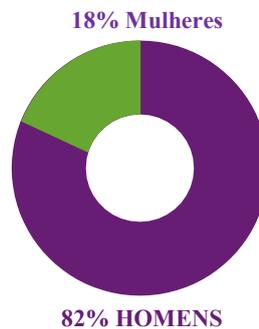
Gráfico 5 - Presença de homens e mulheres por tipo de órgão



De acordo com o Relatório de Mídia e Género de 2023, a pesquisa revelou uma persistente desigualdade de género nas posições de liderança na mídia em Moçambique, resultando numa sub-representação significativa das mulheres em comparação aos homens.

¹⁵ Informações retiradas do Relatório Anual de Género na Mídia 2023. Disponível em: https://h2n.org.mz/wp-content/uploads/2024/04/H2N_REPORT_2024_08_A.pdf. Acesso em: 15 mar. 2024.

Essa disparidade é igualmente constatada nos três tipos de mídia avaliados, em que os homens ocupam 82% e as mulheres 18 % dos cargos de liderança¹⁶.



O relatório de mídia e gênero 2023 ainda afirma:

Entretanto, embora não tenha havido progressos no que diz respeito à percentagem geral, em termos de dados brutos, verifica-se um acréscimo do número de mulheres em posições de liderança. No referente ao jornalismo impresso, apenas quatro mulheres ocupam cargos de liderança (comparando com três em 2022), o que contrasta com o número de 17 homens em tais posições. Nas rádios comunitárias, a presença feminina é ainda menor, com apenas nove mulheres em posições de liderança, e 46 homens; contudo, considerando o ano de 2022, constata-se a existência de um incremento de três mulheres que assumem um papel de chefia. Da mesma forma, na área de televisão, há somente cinco mulheres dirigentes, contrariamente a 17 homens; porém, este dado representa um crescimento, que se verifica desde 2022, quando havia uma única mulher em cargo de direção¹⁷.

Por fim, o relatório aponta que a desigualdade de gênero nas posições de liderança na mídia é preocupante, pois não permite que haja diversidade de pontos de vista e perspectivas na produção de conteúdos e na tomada de decisões. A fraca ou nula representação feminina em tais cargos também pode influenciar a forma como as questões de gênero são abordadas pela mídia.

¹⁶ Informações retiradas do Relatório anual de gênero na mídia 2023. Disponível em: https://h2n.org.mz/wp-content/uploads/2024/04/H2N_REPORT_2024_08_A.pdf. Acesso em: 15 mar. 2024.

¹⁷ Informações retiradas do Relatório anual de gênero na mídia 2023. Disponível em: https://h2n.org.mz/wp-content/uploads/2024/04/H2N_REPORT_2024_08_A.pdf. Acesso em: 15 mar. 2024.

CAPÍTULO III

3. BASES TEÓRICAS E ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

3.1 RÁDIOS LOCAIS

As rádios locais desempenham um papel crucial na disseminação de informações e no fortalecimento das comunidades. Elas não apenas oferecem entretenimento e notícias, mas também servem como plataformas vitais para o engajamento cívico e a preservação cultural. De acordo com Downing (2001), as rádios locais são essenciais para fornecer informações específicas e relevantes para comunidades particulares, preenchendo lacunas que grandes redes de comunicação não conseguem cobrir. “Rádios comunitárias têm a capacidade de abordar temas locais com uma profundidade e sensibilidade que mídias maiores não possuem” (Downing, 2001, p. 56).

Lewis e Booth (1989) argumentam que as rádios locais promovem o engajamento cívico, encorajando a participação ativa dos cidadãos em questões locais. “As rádios

comunitárias oferecem uma plataforma para vozes muitas vezes negligenciadas, promovendo um senso de pertencimento e coesão social” (Lewis e Booth, 1989, p. 34).

Outra função vital das rádios locais é a preservação e promoção da cultura local. Segundo Lewis (2002), as rádios comunitárias são “um meio poderoso para a preservação de tradições culturais e a promoção da diversidade cultural” (Lewis, 2002, p. 76). Elas permitem que a música, a língua e as histórias locais sejam compartilhadas e celebradas.

Além dos benefícios sociais e culturais, as rádios locais também têm um impacto econômico significativo. Ellert (2004) observa que “as rádios locais incentivam o desenvolvimento econômico ao promover negócios locais e criar oportunidades de emprego” (Ellert, 2004, p. 112). Elas também podem ajudar a atrair turismo e a fomentar um ambiente de negócios vibrante.

Embora as rádios locais ofereçam inúmeros benefícios, elas também enfrentam desafios significativos, como a sustentabilidade financeira e a competição com mídias digitais. Conforme apontado por Fraser e Estrada (2001), “a adaptação às novas tecnologias e a integração com plataformas digitais podem oferecer novas oportunidades para a expansão e relevância das rádios locais” (Fraser e Estrada, 2001, p. 89).

Peruzzo (1998) argumenta que as rádios locais são fundamentais para a democratização da comunicação. Segundo ela, essas emissoras permitem que diversas vozes sejam ouvidas, especialmente aquelas que são frequentemente marginalizadas pela grande mídia. “As rádios comunitárias funcionam como instrumentos de democratização da comunicação ao permitir a participação ativa da população na produção e disseminação de conteúdos” (Peruzzo, 1998, p. 32).

A pesquisadora destaca que a participação comunitária é um dos pilares das rádios locais. Em seu livro, Peruzzo (2006) ressalta que essas rádios promovem o empoderamento das comunidades ao dar voz a seus membros e permitir que questões locais sejam debatidas amplamente. “A rádio comunitária é um espaço onde a comunidade pode se expressar, discutir seus problemas e buscar soluções coletivas” (Peruzzo, 2006, p. 47).

Peruzzo também enfatiza o papel educativo das rádios comunitárias. Em sua análise, ela observa que essas rádios podem ser utilizadas como ferramentas de educação informal, promovendo a formação cidadã e a conscientização política. “As rádios comunitárias têm um papel educativo ao informar e educar os ouvintes sobre seus direitos e deveres, contribuindo para a formação de cidadãos mais conscientes e atuantes” (Peruzzo, 2006, p. 55).

Apesar dos muitos benefícios, Peruzzo reconhece que as rádios comunitárias enfrentam desafios significativos, como a falta de recursos financeiros e a necessidade de

profissionalização. Ela aponta que a sustentabilidade dessas emissoras é um dos principais obstáculos para sua continuidade. “A sustentabilidade das rádios comunitárias depende de um equilíbrio entre a captação de recursos e a manutenção de sua independência editorial” (Peruzzo, 2009, p. 63).

As rádios locais em Moçambique são fundamentais para a educação e a disseminação de informações importantes sobre saúde, agricultura e outros tópicos essenciais para o desenvolvimento comunitário. Segundo Chivhanga (2010), as rádios comunitárias em Moçambique têm um impacto significativo na educação informal dos cidadãos. “As rádios locais oferecem programas educativos que ajudam a população a obter conhecimentos práticos e úteis no dia a dia” (Chivhanga, 2010, p. 27).

A preservação e promoção da cultura local é outra função crucial das rádios comunitárias. Como destacado por Uamusse (2015), estas emissoras transmitem programas em línguas locais, promovendo a diversidade cultural e fortalecendo as identidades comunitárias. “As rádios comunitárias são plataformas importantes para a promoção das línguas locais e a preservação das tradições culturais” (Uamusse, 2015, p. 49).

As rádios locais também são essenciais para o fortalecimento da coesão social e para a construção de uma sociedade mais inclusiva e participativa. De acordo com Mário e Karikari (2001), estas rádios facilitam o diálogo entre diferentes grupos comunitários e promovem a resolução pacífica de conflitos. “Ao fornecer um espaço para a expressão e o diálogo comunitário, as rádios locais contribuem para a paz e a coesão social” (Mário e Karikari, 2001, p. 38).

Apesar de seus muitos benefícios, as rádios locais em Moçambique enfrentam desafios significativos, como a falta de recursos financeiros e a necessidade de treinamento adequado para os profissionais de rádio. Segundo Bomba (2018), a sustentabilidade financeira é um dos maiores obstáculos para a continuidade dessas emissoras. “A sustentabilidade das rádios comunitárias depende de um financiamento estável e da capacitação dos seus recursos humanos” (Bomba, 2018, p. 52).

As rádios locais em Moçambique são instrumentos poderosos para a educação, a promoção cultural e o fortalecimento da coesão social. Elas desempenham um papel crucial no desenvolvimento das comunidades, especialmente em áreas rurais, onde outras formas de mídia são menos acessíveis. No entanto, para maximizar seu impacto, é necessário enfrentar desafios como a sustentabilidade financeira e a profissionalização do setor.

3.2 JORNALISMO DE PROXIMIDADE

O jornalismo de proximidade, também conhecido como hiperlocal, representa uma vertente crucial do jornalismo contemporâneo, focada em atender às necessidades e interesses específicos de comunidades e regiões delimitadas. É um tipo de jornalismo que se diferencia do tradicional por priorizar a cobertura de eventos, questões e personagens que impactam diretamente a vida das pessoas em um determinado território, seja ele um bairro, uma cidade, uma região ou um grupo social.

O conceito de proximidade no jornalismo de proximidade não se limita à localização geográfica, mas também se estende à afinidade com os valores, a cultura, as necessidades e os desafios da comunidade. É uma relação de identificação e empatia que permite ao jornalista construir uma conexão genuína com o público (Peruzzo, 2006). As notícias e histórias abordadas nesse tipo de jornalismo têm relevância direta para a comunidade, com informações sobre políticas públicas locais, eventos comunitários, problemas sociais, figuras públicas locais e a vida cotidiana das pessoas sendo priorizadas.

O jornalismo de proximidade busca promover a participação cívica e o diálogo entre os membros da comunidade (Lewis; Booth, 1989). As plataformas de comunicação local facilitam a troca de ideias, a organização de ações e a mobilização para causas importantes para a região. Esse tipo de jornalismo contribui para a construção e o fortalecimento da identidade local, dando visibilidade à cultura, história, costumes e aos valores da comunidade, promovendo a memória e a pertença (Lewis, 2002).

O jornalismo de proximidade permite uma cobertura mais aprofundada e detalhada de temas e eventos locais, pois o jornalista tem a oportunidade de conhecer a comunidade de forma íntima, realizar entrevistas com diferentes personagens, contextualizar as informações e oferecer análises mais completas. A linguagem utilizada tende a ser mais informal e acessível à comunidade local, utilizando o vocabulário e as expressões comuns à região. As histórias contadas frequentemente se concentram em pessoas reais, suas histórias e desafios. Reportagens sobre a vida de moradores, as iniciativas comunitárias e as histórias inspiradoras de pessoas que superaram dificuldades são exemplos de como o jornalismo de proximidade humaniza a informação.

Em sociedades com diversidade cultural, como é o caso de Moçambique, o jornalismo de proximidade é fundamental para dar voz às diferentes comunidades, reconhecendo e valorizando suas culturas e idiomas (Peruzzo, 2004). O jornalismo de

proximidade contribui para a democracia local ao proporcionar um espaço para o debate, a crítica e a participação cívica (Nielsen, 2015). Ao dar voz aos membros da comunidade e a seus problemas, ele empodera a população local, incentivando a organização e a busca por soluções para questões que os afetam (Peruzzo, 2006). As plataformas de comunicação local promovem a coesão social ao aproximar as pessoas, facilitar o diálogo e gerar um senso de pertencimento (Mário e Karikari, 2001).

O jornalismo de proximidade pode contribuir para o desenvolvimento local ao informar sobre oportunidades, serviços, projetos e ações que beneficiam a comunidade (Ellert, 2004). As plataformas de comunicação local frequentemente enfrentam dificuldades financeiras, especialmente em áreas com baixo poder aquisitivo. As dificuldades de monetizar os conteúdos, a concorrência com grandes meios de comunicação e a falta de incentivos governamentais são desafios importantes (Hess e Waller, 2017). Em muitas regiões, o jornalismo de proximidade é realizado por profissionais com pouca formação e experiência, o que pode comprometer a qualidade da informação (Bomba, 2018). A falta de investimento em capacitação profissional é um obstáculo para a consolidação do jornalismo local.

A ascensão das mídias digitais e a crescente migração para o consumo de notícias online representam um desafio para as plataformas de comunicação local (Fraser e Estrada, 2001). A falta de recursos para investir em tecnologia e a necessidade de adaptação às novas ferramentas digitais são obstáculos importantes (Boczkowski, 2004). O jornalismo de proximidade pode enfrentar a concorrência de grandes meios de comunicação, que muitas vezes possuem maior alcance e recursos. Para se manterem relevantes, as plataformas locais precisam inovar e oferecer conteúdos diferenciados e de alta qualidade.

As rádios comunitárias, especialmente em países como Moçambique, com um alto índice de analfabetismo e dificuldade de acesso à internet, representam um importante espaço para o jornalismo de proximidade (Chivhanga, 2010; Uamusse, 2015). Elas oferecem uma plataforma para transmitir informações relevantes para a comunidade local, promover o diálogo e a participação cívica, preservar e promover a cultura local e ampliar o acesso à informação em áreas rurais.

3.3 ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

Essa pesquisa tem como base o Estudo de Caso Múltiplo que, de acordo com Goode e Hatt (1979, p. 421-422), é um método que guia os pesquisadores na análise da realidade social. Afirmam ainda que “[...] não é uma técnica específica. É um meio de organizar dados

sociais preservando o carácter unitário do objeto social estudado”. Acrescentam que o estudo de caso, erroneamente, é às vezes “identificado com o uso de técnicas de pesquisa menos fidedignas” (Goode; Hatt, 1979, p. 421). Na mesma linha de pensamento, Yin (2005, p. 26) afirma que o estudo de caso favorece uma visão holística sobre os acontecimentos da vida real, destacando-se o seu carácter de investigação empírica de fenômenos contemporâneos.

Advoga ainda Yin (1994, p. 13) que o estudo de caso é uma abordagem metodológica de investigação especialmente adequada quando se procura compreender, explorar ou descrever acontecimentos e contextos complexos, nos quais estão simultaneamente envolvidos diversos fatores. Segundo o autor, este método adapta-se à investigação em comunicação, quando o investigador é confrontado com situações complexas, de tal forma que dificulta a identificação das variáveis consideradas importantes, quando o investigador procura respostas para o “**como?**” e o “**por quê?**”, quando o investigador procura encontrar interações entre fatores relevantes próprios dessa entidade, quando o objetivo é descrever ou analisar o fenômeno a que se acede diretamente, de uma forma profunda e global, e quando o investigador pretende apreender a dinâmica do fenômeno, do programa ou do processo.

Nesta perspectiva, o estudo de caso servirá como base para dar resposta à “como?” As rádios comunitárias participam na prevenção e combate às uniões prematuras, por outro lado ao empregarmos o estudo de caso pretendemos responder ao “como?” os programas das rádios comunitárias são produzidos e “como?” veiculam informações que contribuem para a erradicação das uniões prematuras em Moçambique. Com o estudo de caso também buscamos responder à questão “porquê?”, neste caso, a pesquisa buscará perceber o porquê de mesmo existindo programas veiculados pelas emissoras comunitárias os níveis de uniões prematuras ainda tendem a aumentar.

Partindo das análises acima, nosso entendimento é o de que o estudo de caso pode ser incluído nesta pesquisa a partir do momento em que pretendemos observar diretamente os acontecimentos sobre uniões prematuras através da aplicação de entrevistas as meninas vítimas desse fenômeno, aos pais e encarregados de educação bem como as entidades governativas. Ao recorrermos ao estudo de caso, nosso objetivo final é compreender e verificar o contributo do jornalismo comunitário em Moçambique na prevenção e combate às uniões prematuras.

3.3.1 Pesquisa quanto à abordagem

Para compreender o radiojornalismo comunitário e as uniões prematuras, optou-se pela abordagem mista, que inclui análises qualitativas e quantitativas dos conteúdos relacionados ao contributo do radiojornalismo no combate às uniões prematuras na localidade onde as duas emissoras em estudo estão inseridas. Além disso, será verificado o potencial das rádios comunitárias para enfrentar as problemáticas das uniões prematuras.

De acordo com Goldenberg (2004, p. 62), numa dada pesquisa pode se fazer o cruzamento entre a pesquisa qualitativa e quantitativa. Para a autora, “a integração da pesquisa quantitativa e qualitativa permite que o pesquisador faça um cruzamento de suas conclusões de modo a ter maior confiança que seus dados não são produto de um procedimento específico ou de alguma situação particular. Ele não se limita ao que pode ser coletado em uma entrevista: pode entrevistar repetidamente, pode aplicar questionários, pode investigar diferentes questões em diferentes ocasiões, pode utilizar fontes documentais e dados estatísticos.” (Goldenberg 2004, p. 64). Advoga a autora (op.cit:63) que “enquanto os métodos quantitativos pressupõem uma população de objetos de estudo comparáveis, que fornecerá dados que podem ser generalizáveis, os métodos qualitativos poderão observar, directamente, como cada indivíduo, grupo ou instituição experimental, concretamente, a realidade pesquisada.

Nesta dissertação, a pesquisa qualitativa é entendida como aquela que envolve o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente. Este tipo de pesquisa tem o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento (Bogdan e Biklen, 2003). Na mesma linha de pensamento Gerhardt e Silveira (2009) acrescentam ainda que a pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. Os pesquisadores que utilizam os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens.

A pesquisa qualitativa caracteriza-se pela sua objetivação do fenômeno; hierarquização das ações de *descrever*, *compreender*, *explicar*, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno; observância das diferenças entre o mundo social e o mundo natural; respeito ao carácter interativo entre os objetivos buscados pelos investigadores, suas orientações teóricas e seus dados empíricos; busca de resultados os mais

fidedignos possíveis; oposição ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências (Gerhardt; Silveira, 2009)

O estudo qualitativa ajudou-nos a compreender e verificar o contributo do jornalismo comunitário na prevenção e combate às uniões prematuras em Moçambique, através da análise da atuação das rádios comunitárias. Além disso, a pesquisa qualitativa permitiu descrever as narrativas das meninas e de outros intervenientes sobre o papel das rádios comunitárias na prevenção e combate às uniões prematuras, explicando também como essas rádios têm sido uma plataforma importante na transmissão de conteúdos sobre uniões prematuras e na preservação dos direitos das meninas nas comunidades rurais de Moçambique.

A pesquisa foi desenvolvida através de entrevistas e observação direta. Participamos diretamente em programas transmitidos pelas rádios para entender como eram produzidos e transmitidos. Em seguida, entrevistamos meninas, líderes comunitários e outras entidades para obter uma percepção do papel da rádio no enfrentamento das uniões prematuras. A pesquisa qualitativa forneceu subsídios para compreendermos a importância dos meios comunitários na mobilização das comunidades para o enfrentamento das uniões prematuras nas zonas rurais da província de Manica, em Moçambique.

Para compreender o fenómeno do enfrentamento das uniões prematuras nas zonas rurais de Moçambique e o papel das rádios comunitárias nessa luta, foi empregada a pesquisa quantitativa. Esta abordagem deu suporte aos dados qualitativos, permitindo avaliar como as meninas percebem o papel das rádios comunitárias no enfrentamento das uniões prematuras. Utilizou-se a perspectiva quantitativa para compreender, através de questões fechadas, a avaliação que as meninas fazem do contributo das rádios comunitárias na prevenção e combate às uniões prematuras nas zonas rurais de Moçambique. De acordo com Bouer (2002, p. 20), um delineamento de estudo de caso pode incorporar um questionário de pesquisa para levantamento, junto com técnicas observacionais (...). Esta visava dar sustento ao que a pesquisa qualitativa havia transmitido à pesquisadora. Era necessário perceber como as meninas avaliavam o papel das rádios comunitárias no enfrentamento das uniões prematuras. Para tal recorreu-se a pesquisa quantitativa. Que de acordo com Fonseca:

Diferentemente da pesquisa qualitativa, os resultados da pesquisa quantitativa podem ser quantificados. Como as amostras geralmente são grandes e consideradas representativas da população, os resultados são tomados como se constituíssem um retrato real de toda a população alvo da pesquisa. A pesquisa quantitativa se centra na objetividade. Influenciada pelo positivismo, considera que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, recolhidos com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros. A pesquisa quantitativa recorre à linguagem

matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis, etc. A utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente (Fonseca, 2002).

Por outro lado, Richardson (1999) afirma que a pesquisa quantitativa é caracterizada pelo emprego da quantificação, tanto nas modalidades de coleta de informações quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas. Pressupõe que tudo pode ser quantificado, traduzindo em números as opiniões. Quanto aos aspetos qualitativos, são arrolados e explicados os diversos fatores determinantes que influenciam diretamente na prevalência das uniões prematuras naquele distrito e no país em geral. Quanto aos aspetos quantitativos, são arrolados os registos estatísticos do fenômeno (uniões prematuras) no país e com destaque no distrito de Sussundenga e vila de Gondola.

Nesta pesquisa a vertente quantitativa foi empregue justamente para aferir o posicionamento das meninas sobre o gosto do meio rádio, dos programas radiofônicos, do papel das rádios comunitárias no enfrentamento das uniões prematuras, do papel dos programas radiofônicos na mobilização das meninas para o enfrentamento das uniões prematuras, e do papel destas na produção dos conteúdos para a prevenção e combate às uniões prematuras.

A combinação das abordagens qualitativa e quantitativa permitirá recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente, proporcionando uma compreensão mais abrangente e detalhada do papel das rádios comunitárias no combate às uniões prematuras.

3.3.2 Pesquisa quanto aos procedimentos

A pesquisa foi baseada em dois principais procedimentos: pesquisa bibliográfica e pesquisa documental.

De acordo com Fonseca (2002, p. 32), a pesquisa bibliográfica é realizada a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos e páginas de webs. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já foi estudado sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta.

Nesta pesquisa, buscamos bibliografias que tratavam de rádios comunitárias, comunicação comunitária, jornalismo de proximidade, uniões prematuras, rádios comunitárias em África e em Moçambique, mulher e mídia, casamentos na cultura Tewe, ritos de iniciação e outros temas relacionados. O objetivo da pesquisa bibliográfica era buscar teorias para suportar e guiar a pesquisa no campo.

Essa técnica baseia-se na análise da bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, incluindo publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, monografias, teses e material cartográfico. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto. Através da bibliografia, pretende-se compreender a questão das uniões prematuras, sua manifestação enquanto problema social e o papel da rádio comunitária na sociedade.

A pesquisa bibliográfica foi crucial para identificar e analisar referências teóricas já publicadas sobre temas pertinentes como rádios comunitárias, comunicação comunitária, jornalismo de proximidade, uniões prematuras, entre outros. Esse procedimento permitiu ao pesquisador entender o estado atual do conhecimento sobre o assunto, fornecendo uma base teórica sólida para a investigação de campo.

Igualmente, recorre-se à análise documental. Nesta pesquisa, este método baseia-se em acervos de impressos, jornais, revistas e catálogos que abordam conteúdos já publicados sobre o contributo do jornalismo comunitário para a prevenção e combate às uniões prematuras em Moçambique, especificamente nas rádios comunitárias de Sussundenga e Gandwã.

Segundo Fonseca (2002, p. 32), “a pesquisa documental trilha os mesmos caminhos da pesquisa bibliográfica, não sendo fácil por vezes distingui-las. A pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, como livros e artigos científicos localizados em bibliotecas. A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão etc.”

Moreira (2010, p. 271) acrescenta que a análise documental compreende a identificação, a verificação e a apropriação de documentos para determinado fim. Por outro lado, Pimentel (2001, p. 181) afirma que “o tratamento documental significa a extração científico-informativa, uma extração que se propõe a ser um reflexo objetivo da fonte original, ainda que identifique as novas mensagens subjacentes no documento”.

A pesquisa documental, portanto, tem como objetivo apresentar a história das rádios comunitárias em estudo, bem como seu potencial na produção de informações para o combate e prevenção das uniões prematuras. Serão analisados documentos que retratam a história das duas rádios e a grade de programas que regulam o funcionamento das mesmas. Para além de documentos escritos, pretendemos analisar áudios que tratam de assuntos relacionados à contribuição das rádios na prevenção e combate às uniões prematuras.

Esta pesquisa documental complementou a bibliográfica ao utilizar fontes diversas e dispersas, incluindo impressos, jornais, revistas e catálogos. Este método permitiu a análise de documentos específicos sobre o contributo do jornalismo comunitário na prevenção e combate às uniões prematuras nas rádios comunitárias de Sussundenga e Gandwã. Através da análise documental, foi possível construir um histórico das rádios comunitárias em estudo e avaliar seu impacto na sociedade.

A combinação dessas abordagens metodológicas não apenas garantiu uma compreensão abrangente do fenômeno estudado, mas também assegurou que a pesquisa fosse robusta e bem fundamentada. Ao explorar tanto as teorias existentes quanto os dados empíricos documentais, a pesquisa pôde oferecer subsídios valiosos sobre o papel do radiojornalismo comunitário na prevenção e combate às uniões prematuras nas zonas rurais de Moçambique.

3.3.3 Instrumentos de coleta de dados

Para obter uma visão mais detalhada de como o radiojornalismo comunitário funciona e qual tem sido o seu contributo para o combate às uniões prematuras nas zonas rurais de Moçambique, utilizamos as entrevistas abertas e semiabertas como técnicas de recolha de dados. Fontana e Frey (1994, p. 361) afirmam que “a entrevista é uma das mais comuns e poderosas maneiras que utilizamos para tentar compreender nossa condição humana”. Segundo Duarte (2010), a entrevista aberta tem como ponto de partida um tema ou questão ampla, onde o entrevistado define suas respostas de acordo com seus próprios termos, utilizando como referência seu conhecimento, percepção, linguagem, realidade e experiências.

Ao utilizarmos as entrevistas, pretendemos identificar as diferentes percepções que as comunidades rurais de Moçambique e os produtores de programas nas rádios comunitárias têm sobre a prevenção e o combate às uniões prematuras.

Realizamos entrevistas com três grupos distintos:

1. Jornalistas e produtores de conteúdos que trabalham nas rádios comunitárias em estudo.
2. Meninas pertencentes aos dois dos distritos onde se localizam as rádios.
3. Líderes comunitários, incluindo professores e encarregados de educação, para entender o papel da rádio no combate às uniões prematuras e aferir a compreensão destes sobre o papel da rádio na prevenção e combate às uniões prematuras.

As entrevistas foram realizadas a partir de um roteiro, com perguntas de carácter semiaberto. As entrevistas com as meninas foram realizadas em locais neutros, onde pudessem responder sem a intervenção de seus tutores diretos ou indiretos. Os produtores de programas e jornalistas comunitários foram entrevistados nas sedes das rádios comunitárias em estudo, enquanto os líderes comunitários e os pais e encarregados de educação foram entrevistados em suas casas. O roteiro de perguntas foi diferenciado, levando em consideração cada público e seu envolvimento nas uniões prematuras, mas todas as questões mantiveram o foco no tema central, com o objetivo de operacionalizar os nossos objetivos.

De modo geral, foram feitas perguntas como:

- Conhece a rádio comunitária de Sussundenga? Se sim, quais programas gosta de escutar?
- O que a rádio significa em sua vida?
- Já ouviu falar de uniões prematuras? Se sim, onde ouviu?
- A rádio transmite informações sobre uniões prematuras? O que esses programas significam para você?
- Esses programas ajudam você a saber como se prevenir das uniões prematuras?
- Ao escutar esses programas, mudou sua forma de pensar sobre uniões prematuras?
- Como pai, os programas veiculados pela rádio ajudam você a educar seus filhos a não aceitarem se casar com homens mais velhos?
- Quais são os programas sobre uniões prematuras que você escuta na rádio?
- Participa na produção de conteúdo sobre uniões prematuras?

As entrevistas foram realizadas em diversos momentos e com diferentes grupos de interesse para uma melhor compreensão do fenômeno das uniões prematuras. Primeiramente, conversamos com líderes comunitários, deslocando-nos até suas casas para coletar informações sobre a incidência e as dinâmicas das uniões prematuras nas comunidades que eles administram e as estratégias empregadas para a prevenção e combate a esse mal.

O estudo com as meninas foi realizado em duas etapas distintas. Na primeira, visitamos escolas secundárias, como a Escola Secundária de Sussundenga, em Sussundenga, e a Escola Secundária de Macombe, em Gondola, onde entrevistamos alunas da 12ª classe. A escolha dessas alunas baseou-se em sua faixa etária, pois estão na fase da adolescência, o que as torna relevantes para a pesquisa.

Na segunda etapa, entrevistamos meninas que já haviam sido vítimas de uniões prematuras. Para isso, acompanhamos o trabalho de organizações não governamentais que atuam nas comunidades, o que foi essencial para acessar essas meninas e compreender melhor suas experiências e contextos. Além disso, também entrevistamos os encarregados de educação, com as entrevistas sendo realizadas em suas residências. Essa abordagem facilitou um contato mais próximo e proporcionou uma compreensão mais profunda das percepções e atitudes dos pais e responsáveis sobre as uniões prematuras.

Por questões éticas, na análise dos dados, os nomes das meninas entrevistadas não serão mencionados e serão substituídos por letras e números escolhidos de forma aleatória, sem seguir uma sequência alfabética ou numérica. Assim, a combinação da revisão bibliográfica e das entrevistas com diversos atores sociais proporcionou uma visão abrangente e detalhada do fenômeno das uniões prematuras, fundamental para a construção da dissertação. Paralelamente às entrevistas, foi aplicado um questionário com questões fechadas para que as meninas pudessem dar sua opinião sobre as uniões prematuras.

Segundo Fonseca (2010, p. 58), o questionário, em uma pesquisa, é um instrumento ou programa de coleta de dados. A sua elaboração é feita pelo pesquisador, enquanto o preenchimento é realizado pelo informante. De acordo com Zavale (2019) citando D'Ancona (1999, p. 240) define o questionário como a aplicação de um procedimento padronizado para coletar informações (orais ou escritas) de uma amostra representativa da população de interesse, limitando-se às perguntas previamente codificadas e desenhadas para esse fim.

Na presente pesquisa, o questionário foi aplicado às meninas residentes nos distritos da Vila de Sussundenga e da Vila Gondola com o objetivo de compreender o contributo das rádios comunitárias na prevenção e combate às uniões prematuras. De acordo com D'Ancona

(1999, p. 244), citado por Zavale (2019) a pesquisa pessoal “cara a cara” envolve a administração do questionário de forma separada para os indivíduos selecionados na amostra.

Para o sucesso do inquérito, é fundamental que o pesquisador selecione o tipo adequado de perguntas para obter as opiniões necessárias para o progresso da pesquisa. Acrescenta Zavale (2019), citando D’Ancona (1999, p. 254), que “existem uma variedade de tipos de perguntas, com vários critérios de classificação possíveis. O mais comum é diferenciar perguntas fechadas (ou pré-codificadas) das abertas”. Ele explica que “as perguntas fechadas são aquelas cujas respostas são previamente limitadas pelo pesquisador, que define as diversas opções de resposta possíveis. Nestes casos, o inquirido simplesmente escolhe qual ou quais das opções dadas refletem sua opinião ou situação pessoal”.

Nesta dissertação, foram utilizadas perguntas fechadas, onde as inquiridas puderam escolher entre várias alternativas aquelas que melhor expressavam suas opiniões sobre o papel das rádios comunitárias na prevenção e combate das uniões prematuras. Para assegurar a eficácia da pesquisa, os questionários foram distribuídos às meninas, e a inquiridora estava disponível para esclarecer quaisquer dúvidas sobre as perguntas, garantindo assim que os inquiridos compreendessem completamente os questionamentos. Ao todo, 200 meninas foram inquiridas, sendo 100 da vila de Gondola e as restantes 100 na vila de Sussundenga.

3.3.4 Categorias de análise

Neste estudo, procuramos compreender a complexa questão das uniões prematuras, sua manifestação como problema social e o papel desempenhado pelas rádios comunitárias na sociedade moçambicana. Para alcançar uma compreensão aprofundada, foram definidas várias categorias de análise, baseadas em critérios de rádio comunitário, radiojornalismo de proximidade e a problemática das uniões prematuras.

Através de uma revisão bibliográfica abrangente, pretendeu-se estabelecer uma base teórica sólida sobre os temas relacionados, incluindo o papel das rádios comunitárias na África e especificamente em Moçambique, a comunicação comunitária, e as dinâmicas culturais e sociais que influenciam as uniões prematuras. Para avançar na pesquisa, cinco operadores analíticos foram delineados:

1. A Voz das Meninas sobre as Uniões Prematuras:

- Esta categoria foca-se nas percepções e experiências das meninas em relação às uniões prematuras. A análise das suas vozes é crucial para entender o impacto

direto desta prática nas suas vidas e a eficácia das intervenções feitas pelas rádios comunitárias.

2. Análise das Uniões Prematuras sob a Perspectiva dos Locutores e Programadores das Rádios Comunitárias:

- Examina como os profissionais de rádio, incluindo locutores e programadores, percebem e abordam o tema das uniões prematuras nos seus conteúdos. Esta categoria ajudará a identificar as estratégias de comunicação utilizadas e a sensibilização promovida através das ondas de rádio.

3. Impacto das Rádios Comunitárias de Sussundenga e Gândwa na Prevenção e Combate às Uniões Prematuras:

- Avalia a eficácia das campanhas e programas de rádio na prevenção e combate às uniões prematuras. Será analisado como estas rádios conseguem influenciar a opinião pública e promover mudanças de comportamento dentro das comunidades.

4. Visão da Seção de Atendimento à Mulher e Criança Vítima de Uniões Prematuras: Uma Janela de Esperança:

- Foca-se nas perspectivas dos profissionais que trabalham diretamente com vítimas de uniões prematuras. Esta categoria pretende explorar como a colaboração entre as rádios comunitárias e os serviços de apoio pode criar um ambiente mais seguro e informativo para as vítimas.

5. Visão dos Líderes Comunitários sobre Uniões Prematuras e Importância das Rádios Comunitárias na sua Prevenção e Combate:

- Investiga as opiniões e atitudes dos líderes comunitários sobre as uniões prematuras e o papel das rádios comunitárias. Entender a visão desses líderes é fundamental, pois eles são influenciadores chave na mudança de normas sociais e comportamentais nas suas comunidades.

Estas categorias de análise permitiram uma compreensão holística do problema das uniões prematuras e do papel vital que as rádios comunitárias desempenham na sua prevenção e combate. Ao abordar essas diferentes perspectivas, esperamos contribuir para a formulação de estratégias mais eficazes e sustentáveis para enfrentar este desafio social em Moçambique.

CAPÍTULO IV

4. ESTUDO DAS RÁDIOS COMUNITÁRIAS DE SUSSUNDENGA E DE GÂNDWA

Nesta seção, iremos mergulhar no universo das rádios comunitárias de Sussundenga e Gândwa, explorando a sua história, funcionamento, impacto na comunidade e os desafios que enfrentam. Através de entrevistas com moradores, membros das equipes das rádios e outros atores relevantes, analisaremos a programação, o alcance da audiência, a forma como elas se financiam e como contribuem para o desenvolvimento local.

Compararemos as características e os desafios das rádios de cada localidade, buscando entender as particularidades de cada contexto.

4.1 RÁDIO COMUNITÁRIA DE SUSSUNDENGA

Sussundenga, localiza-se no coração da província de Manica, em Moçambique, possui uma rica história e uma geografia singular. Com uma área de aproximadamente 7.134 km² e uma população estimada em 219.551 habitantes (Censo de 2017)¹⁸, o distrito se destaca por sua diversidade cultural e pela beleza natural.

O distrito, antes conhecido como povoado de Mavita, passou por diferentes denominações ao longo da história. A partir dos anos 1950, foi rebatizado para Vila Nova de Vidigueira, em homenagem ao engenheiro português Vidigueira, responsável pela construção de novas cidades. A oficialização do nome ocorreu em 1964, com a inauguração da paróquia local da Igreja Católica.

O nome Sussundenga, que hoje identifica tanto o distrito quanto a vila sede, tem origem em um acontecimento curioso. Dois caçadores locais, ao encontrarem uma pena no estômago de um cabrito do mato, chamaram a atenção de portugueses que estavam na região. A explicação dada pelos caçadores, "Taona süssu rinondenga"¹⁹ (achamos uma pena no estômago), deu origem ao nome do rio, Sussundenga, que significa "estômago com uma pena". Após a independência de Moçambique, em 1975, o nome do rio passou a designar o distrito e a vila sede.

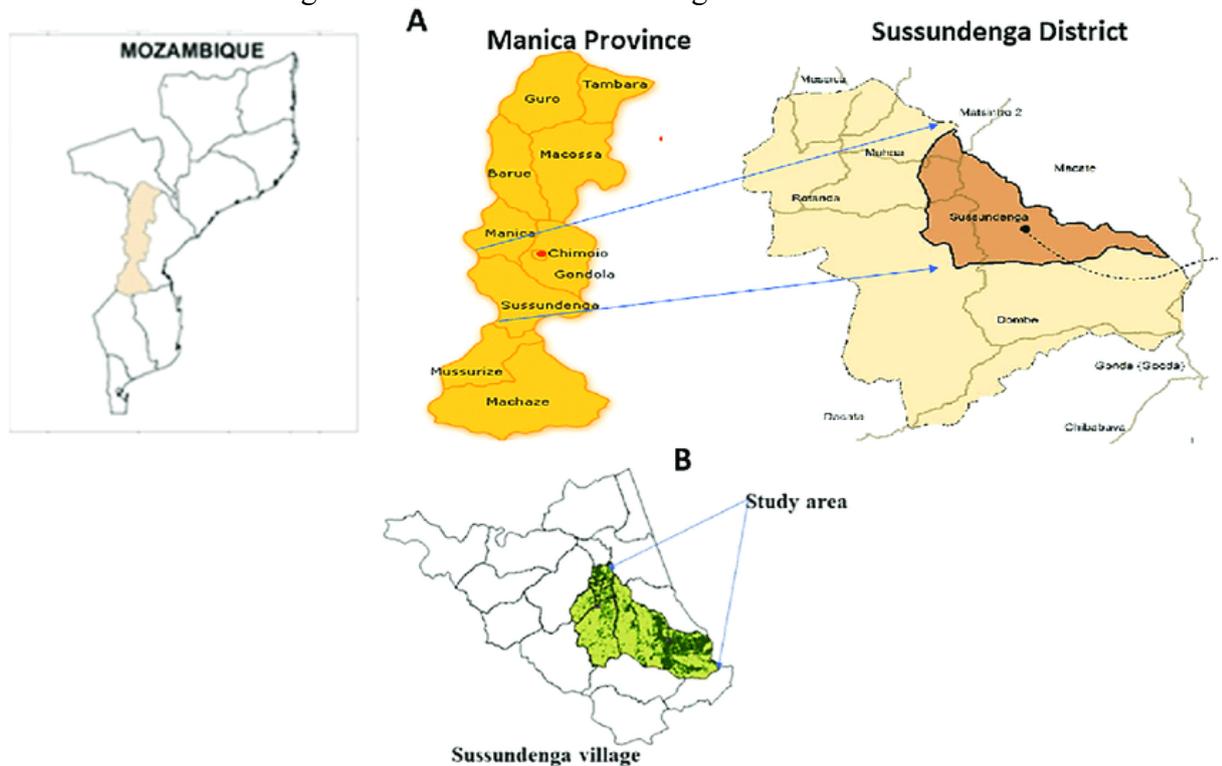
A Lei n° 8/2003 de 19 de Maio, que define os princípios de organização e funcionamento dos órgãos locais do Estado²³, estabeleceu o distrito como a unidade territorial

¹⁸ Informação retirada do Censo Geral da população: disponível em: www.ine.gov.mz/operacoes-estatisticas/censos/censo-2007/censo-2017/divulgacao-os-resultados-preliminares-iv-rgph-2017. Acesso em: 12 jan. 2024.

¹⁹ Disponível em: www.ine.gov.mz/operacoes-estatisticas/censos/censo-2007/censo-2017/divulgacao-os-resultados-preliminares-iv-rgph-2017. Acesso em: 12 jan. 2024.

principal da administração local. Essa lei também define o distrito como a base da planificação do desenvolvimento económico, social e cultural de Moçambique.

Figura 5 - Distrito de Sussundenga



Fonte: Ferrão João.

O distrito é composto por postos administrativos e localidades, e também inclui as áreas dos municípios locais. Essa coexistência de duas formas de governação – a do distrito e a do município – exige coordenação e harmonização para o bom funcionamento da

administração local. A Lei nº 8/2003 prevê essa coordenação, garantindo que os órgãos locais do Estado respeitem a autonomia dos municípios.

A Vila Municipal de Sussundenga, com uma área de 270.9 km², está dividida em 21 bairros e localizada a 42 km ao sul da cidade de Chimoio, capital da província de Manica. A vila é atravessada pela EN 260, que liga o distrito de Mossurize à cidade de Chimoio.

De acordo com o Censo Geral da População e Habitação de 2017, o município da Vila de Sussundenga conta com uma população de cerca de 174.011 habitantes²⁰. A população do município é de origem Bantu, com o grupo etnolinguístico Shona predominante. A língua predominantemente falada é o Chiuté, embora também existam populações que falam Chimanika e Chindau.

A Rádio Comunitária de Sussundenga está localizada na vila de Sussundenga, no interior, onde, infelizmente, ocorre a prática de casamentos prematuros, em que crianças e jovens são destinados a se tornarem esposas de homens, geralmente muito mais velhos. Essas crianças têm seus sonhos interrompidos e são forçadas a assumir o papel de donas de casa. É por isso que nessas regiões, as rádios comunitárias desempenham um papel crucial na disseminação de informações sobre essa questão, uma vez que o acesso à internet e à televisão é limitado.

Zavale (2019) ressalta que a Rádio Comunitária de Sussundenga, órgão de comunicação social, foi instalada no ano de 2000, e inaugurada no dia 01 de maio de 2003, pelo ex-governador da Província de Manica Soares Bonhaze Nhaca. A instalação da rádio contou com o apoio da Fundação FORD, “o principal doador dos equipamentos da Rádio”. Esta rádio emite num raio de cobertura de aproximadamente 40 a 60 km, em três línguas, sendo uma portuguesa e as restantes são nacionais (Chiuté e Chimanika). Nas mesmas falas o autor acrescenta que:

A Rádio Comunitária de Sussundenga foi instalada com o principal propósito de disseminar mensagens educativas, concentrando-se na preservação do meio ambiente, em especial das áreas da reserva faunística e florestal locais, como parte do Projeto Transfronteiriço de Chimanimani. Atualmente, a rádio produz e transmite programas educativos, informativos e de entretenimento abordando diversos temas, tais como educação, saúde, agricultura, cultura, direitos da mulher, da criança e do jovem, HIV/AIDS, meio ambiente, divulgação científica e direitos humanos (Zavale, 2019, p. 160).

Figura 6 - Rádio Comunitária de Sussundenga

²⁰ Disponível em: www.ine.gov.mz/operacoes-estatisticas/censos/censo-2007/censo-2017/divulgacao-os-resultados-preliminares-iv-rgph-2017.



Fonte: arquivo da Rádio Comunitária de Sussundenga.

A emissora funciona atualmente no sistema analógico, mas está trabalhando para migrar para um sistema digital, buscando atender às demandas do desenvolvimento da radiodifusão. A equipe da Rádio Comunitária de Sussundenga é composta por seis funcionários, pagos pelo orçamento público. Desses, dois são técnicos e operadores de rádio formados, além de uma técnica de Recursos Humanos, uma assistente técnica, um agente de serviço e um guarda. A gestão da emissora é compartilhada, com um comitê de gestão formado por sete membros da comunidade, além de funcionários públicos.

Tomás Mondomujua, Delegado Provincial do ICS em Manica, destaca que a Sussundenga também conta com 30 colaboradores voluntários, incluindo 12 mulheres, atuando em diferentes áreas da rádio. Além disso, a emissora conta com 4 correspondentes voluntários nos postos administrativos do distrito de Sussundenga. Essa estrutura de gestão mista, com a participação de funcionários públicos e membros da comunidade, demonstra o compromisso da Sussundenga com a participação popular e o desenvolvimento local.

Além das atividades de rotina mencionadas anteriormente, a Rádio Comunitária de Sussundenga desempenha um papel ativo nos programas de educação cívica junto às comunidades. Isso é feito por meio de palestras, peças teatrais, distribuição de folhetos e transmissões de rádio ao vivo, até mesmo nas áreas mais remotas do distrito, onde o sinal da rádio não chega, graças ao uso de um estúdio móvel e do grupo teatral da estação. Entre os

diversos temas abordados, destacam-se a conscientização sobre a pandemia do HIV/AIDS em Moçambique, a violência doméstica, a preservação do meio ambiente e o papel fundamental desses meios de comunicação para as comunidades, bem como a importância do envolvimento das comunidades com a rádio (Zavale, 2019, p. 160).

A Rádio Comunitária de Sussundenga tem um papel crucial na democratização da informação e no fortalecimento da participação da comunidade local, graças à sua programação diversificada e inclusiva. As rádios comunitárias desempenham um papel fundamental na disseminação de informações que capacitam as comunidades.

Tabela 3 - Grade de Programação da Rádio Comunitária de Sussundenga

Designação	Dia da semana	Hora de transmissão	Duração	Língua
Tempo do camponês (Agricultura)	Segunda-feira	08:20hrs – 08:30hrs 15:30hrs – 15:40hrs 20:40hrs – 20:50hrs	10mn	Chiuté Chimanyika português
Saúde (doenças diarreicas, endémicas e epidémicas)	Segunda-feira	10:30hrs – 10:40hrs 16:30hrs – 16:40hrs 21:20hrs – 21:30hrs	10mn	Chiuté Chimanyika português
Educação para todos	Terça-feira	11:30hrs – 11:40hrs 13:30hrs – 13:40hrs 18:15hrs – 18:25hrs	10mn	Chiuté Chimanyika português
Prevenção de uniões prematuras	Quarta-feira	10:30hrs – 10:40hrs 17:30hrs – 17:40hrs 21:30hrs – 21:40hrs	10mn	Chiuté Chimanyika português
Cidadania, participação das crianças e direitos humanos.	Quinta-feira	08:20hrs – 08:30hrs 17:30hrs – 17:40hrs 21:20hrs – 21:30hrs	10mn	Chiuté Chimanyika português
Cultura e Desporto	Sexta-feira	08:20hrs – 08:30hrs 15:20hrs – 15:30hrs 20:40hrs – 20:50hrs	10mn	Chiuté Chimanyika português

Fonte: Rádio de Sussundenga.

A rádio comunitária de Sussundenga se destaca por sua programação voltada para o bem-estar da comunidade, com foco em temas sociais e de desenvolvimento. A cada dia da semana, um novo assunto é abordado, sempre com o objetivo de informar e educar a população.

Na segunda-feira, a programação se inicia com o “Tempo do Camponês”, dedicado à agricultura, com dicas e informações relevantes para o trabalho no campo, transmitidas em Chiuté, Chimanyika e português, garantindo que um público amplo tenha acesso ao conteúdo.

Em seguida, a saúde é o tema central, com um programa voltado para doenças diarreicas, endêmicas e epidêmicas, cruciais para a região.

A terça-feira é dedicada à educação, com o programa “Educação para Todos”, que busca promover a importância da educação para o desenvolvimento individual e social da comunidade. Na quarta-feira, a rádio aborda a questão da prevenção de uniões prematuras, um problema social que afeta muitas comunidades.

A quinta-feira é dedicada à cidadania, com foco na participação das crianças e nos direitos humanos, abordando temas importantes para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Para finalizar a semana, a sexta-feira é dedicada à cultura e ao desporto, com programas que celebram a riqueza cultural da região e incentivam a prática esportiva.

A rádio comunitária de Sussundenga, com sua programação diversificada e abrangente, demonstra seu compromisso em ser um veículo de informação, educação e integração social no local.

Esses programas, de acordo com as diretrizes da emissora, não apenas informam a sociedade, mas também visam incentivar a participação social. A rádio dedica tempo para abordar questões relacionadas à saúde pública, desenvolvimento social e combate aos casamentos prematuros. Esse enfoque é particularmente relevante nas comunidades rurais, onde esses problemas são mais prevalentes, incluindo os casamentos precoces e a disseminação do vírus HIV. A produção local dos programas reflete o compromisso da rádio em representar as realidades e atender às necessidades das comunidades locais.

Segundo o delegado Samisson Languene, diretor da rádio comunitária de Sussundenga, a emissora se dedica a produzir programas que abordem as questões das uniões prematuras e promovam a igualdade de gênero nas comunidades. A fala abaixo reforça a nossa abordagem:

A rádio comunitária de Sussundenga produz programas radiofônicos com o objetivo de prevenção de uniões prematuras. Esses programas têm como objetivo sensibilizar e educar a comunidade a não aderir a essas práticas. Além disso, os programas têm ajudado a aumentar a conscientização local sobre as consequências prejudiciais das uniões prematuras para as mulheres. A rádio também promove debates radiofônicos envolvendo a própria comunidade, líderes comunitários, gabinete de atendimento à mulher e criança, procuradoria e outros (Languene, 2023).

Sobre a contribuição da emissora comunitária para o baixo índice dos casamentos prematuros, o delegado da rádio disse:

Como podes ter observado na nossa grelha de programas, temos diferentes abordagens relacionadas às uniões prematuras. Esses programas são: “Violência baseada no Gênero”, “Mulheres e assuntos de Gênero” e “Prevenção de uniões

prematuras”. É importante ressaltar que, embora os dois primeiros programas tratem de questões de mulher e gênero, eles também incluem informações relevantes sobre as uniões prematuras. Nesses programas, destacamos exemplos de mulheres que compartilham suas próprias experiências relacionadas às uniões prematuras. No entanto, o nosso programa dedicado exclusivamente a esse tema não apenas aborda a questão em profundidade, mas também se dedica ativamente à prevenção e combate a esse grave problema. Temos a honra de receber ativistas de diversas organizações não governamentais que discutem estratégias de prevenção e combate às uniões prematuras. Além disso, contamos com a participação de profissionais da saúde e da direção distrital da mulher e ação social, que contribuem com perspectivas fundamentais para lidar com essa questão complexa. É crucial entender que esses programas desempenham um papel significativo nas comunidades, pois as histórias e informações compartilhadas pelas mulheres são transformadas em conhecimento prático para a luta contra as uniões prematuras. Através dessas discussões e sensibilização, estamos trabalhando para criar um ambiente em que a conscientização e a ação conjunta sejam ferramentas poderosas na erradicação desse problema (Languene, 2023).

Além disso, neste trabalho, buscamos verificar o compromisso da rádio comunitária de Sussundenga na transmissão de informações e na veracidade da programação da rádio comunitária de Sussundenga, especialmente no que se refere à produção de notícias e à disseminação de fake news. Conforme Haussen (2004), citado por Almeida, uma emissora comunitária é estruturada com base nas demandas locais, focando nas necessidades básicas da comunidade, como acesso à informação e divulgação de assuntos relevantes. Além disso, essas emissoras desempenham um papel fundamental na busca por melhorias políticas, sociais e culturais. Segundo Prata e Mendes (2021, p. 7), em meio à crise de credibilidade da imprensa, as rádios locais conseguem manter a confiança dos ouvintes por meio de diferentes contratos de leitura. Elas têm a importante função de informar sobre assuntos relevantes para a comunidade, incluindo notas de falecimento e campanhas de vacinação. No radiojornalismo local, as principais fontes de informação são, geralmente, autoridades da cidade e órgãos oficiais, que são considerados confiáveis pela população.

A confiabilidade conquistada pelas emissoras está diretamente relacionada à qualidade das notícias e à profundidade da apuração (Prata; Mendes, 2021, p. 9). Além disso, os programas, de acordo com as diretrizes da emissora, não apenas informam a sociedade, mas também buscam incentivar a participação social. Espaços dedicados à saúde coletiva, desenvolvimento social e combate aos casamentos prematuros desempenham um papel essencial na conscientização das comunidades rurais, que enfrentam desafios significativos nesses aspectos. A ênfase na produção local dos programas tem como objetivo principal alinhar o compromisso da rádio com as realidades e necessidades das comunidades locais. O delegado Samisson Languene destaca que a rádio faz um esforço para verificar a veracidade das informações antes de transmiti-las, contribuindo para combater a disseminação de boatos e *fake news*, mantendo a rádio como uma fonte confiável de informação para a comunidade.

A rádio comunitária de Sussundenga tem um compromisso firme com a veracidade das informações transmitidas. Até o momento, não registramos nenhum caso de notícias falsas. Isso se deve ao fato de trabalharmos em estreita colaboração com as comunidades, a fim de evitar disseminar informações incorretas. Em todas as nossas ações, baseamo-nos na realidade local e, mesmo para notícias não produzidas por nós, realizamos verificações rigorosas para garantir sua veracidade. É de extrema importância para nós não transmitir notícias sem uma base sólida de verdade, pois isso pode causar tumultos e desinformação nas comunidades (Languene, 2023).

A leitura do entrevistado Samisson Languene revela um forte comprometimento com a qualidade e a precisão das informações transmitidas pela rádio comunitária de Sussundenga. Languene enfatiza que a rádio se dedica a garantir a veracidade das notícias, evitando a disseminação de boatos ou fake news. Esse processo envolve um estreito relacionamento com as comunidades locais, o que permite uma apuração rigorosa das informações antes de sua transmissão. Ele reforça a importância de verificar até mesmo as notícias que não são produzidas pela própria rádio, demonstrando um compromisso com a integridade informativa, essencial para manter a confiança do público. A abordagem da rádio, conforme descrita por Languene, está enraizada na realidade local, buscando alinhar seus programas às necessidades específicas da comunidade.

Sobre as fontes de notícias enquanto elemento de credibilidade, o delegado da rádio comunitária de Sussundenga afirma:

Em nossa rádio, temos um processo rigoroso para garantir a qualidade e a veracidade das informações que transmitimos. Trabalhamos em estreita colaboração com fontes seguras, como líderes comunitários e autoridades locais, que nos fornecem informações confiáveis. Além disso, cruzamos diferentes fontes para corroborar os dados recebidos. Quando se trata de informações obtidas na internet, nossa equipe realiza uma verificação minuciosa para garantir sua veracidade. Investigamos a fonte da informação e só a publicamos após estarmos seguros de sua confiabilidade. Não cometemos o erro de publicar informações apenas pelo simples ato de publicar, pois entendemos plenamente o poder que nossa rádio possui e a importância de transmitir informações precisas e confiáveis para nossa comunidade (Languene, 2023).

A entrevista com o delegado da rádio comunitária de Sussundenga, Samisson Languene, destaca o compromisso da emissora com a veracidade e credibilidade das informações transmitidas. Languene enfatiza a importância de trabalhar com fontes confiáveis, como líderes comunitários e autoridades locais, garantindo que as notícias tenham uma base sólida. Ele também menciona o processo de cruzamento de dados para confirmar a precisão das informações, especialmente quando obtidas da internet, onde é necessário um rigoroso escrutínio das fontes. O entrevistado deixa claro que a rádio evita divulgar informações sem a devida verificação, reconhecendo o impacto significativo que exerce na comunidade e o papel crucial de manter a confiança do público por meio de informações precisas e seguras.

A partir do que foi dito acima pode-se observar que a rádio comunitária de Sussundenga se dedica a aspectos da vida dos habitantes, abrangendo desde governança municipal até condições de vida e temas de natureza emotiva e privada, conforme observado por Winocur (2002) A rádio é um espaço privilegiado para atender às necessidades e expectativas dos cidadãos, oferecendo oportunidades para o debate e a livre circulação de ideias, com a participação direta da comunidade. No que diz respeito ao jornalismo local, Peruzzo (2005) o define como aquele que aborda a realidade regional ou local, focando na informação de proximidade. Os meios de comunicação locais têm a capacidade única de retratar a vida em áreas específicas, como regiões, municípios, cidades, vilas, bairros e áreas rurais. A proximidade é vista como um valor essencial no jornalismo, influenciando a relevância das notícias para o público.

Segundo Cecília Peruzzo (2004, p. 78), a governança democrática exige a participação ativa das comunidades na definição de políticas públicas locais, uma vez que essas políticas têm um impacto direto na vida dos cidadãos. A interação entre governantes e governados é crucial para uma democracia participativa sólida, fortalecendo tanto a democracia quanto a comunidade. Analisando os programas das estações de rádio comunitárias nas zonas rurais de Moçambique, com foco na Rádio de Sussundenga, é evidente que a emissora produz programas que envolvem a participação ativa da comunidade local. Esses programas abordam questões relevantes, como uniões prematuras na comunidade moçambicana.

Além disso, os programas não se limitam a informar, mas também promovem a participação social. Programas que discutem saúde coletiva, desenvolvimento social e o combate às uniões prematuras são particularmente importantes para conscientizar a comunidade rural, considerando os desafios relacionados a casamentos precoces e a incidência do HIV nessas áreas.

4.1.1 Apresentação e análise dos dados da Rádio Comunitária de Sussundenga

A rádio comunitária de Sussundenga apresenta uma grade de programas sobre a mulher e sobre a menina. Os programas são apresentados em várias línguas, destacando-se o português, o Chiute e o Chimanyka. A seguir, apresentamos e analisamos alguns programas que impactam no combate e prevenção das uniões prematuras:

4.1.2 Programa: “Saúde Sexual Reprodutiva”

Transmissão: Segunda-feira nas línguas Chiute, Chimanyka e Português. O programa é gravado.

Objetivo: O objetivo deste programa é falar sobre saúde, abordando várias doenças que afetam as comunidades. Reconhecendo a prevalência de doenças sexualmente transmissíveis, o programa também trata de questões de saúde da menina e, por extensão, aborda assuntos sobre uniões prematuras, que resultam em várias doenças para as meninas, invasão escolar e gravidez precoce.

Formato: O programa é gravado e os apresentadores recolhem várias informações nas comunidades para produzir um conteúdo informativo e educacional. O programa apresenta diversas vozes, incluindo meninas vítimas de uniões prematuras, que são convidadas para compartilhar suas experiências. As falas abaixo testemunham o que aqui apresentamos.

A entrevistada A²¹ relata sua experiência com o programa:

O programa me proporciona momentos únicos e bons, muitas vezes nas meninas não temos informações sobre a saúde da mulher, mas com este programa tenho obtido várias informações sobre a questão do HIV/SIDA. O programa aborda vários assuntos, desde a transmissão de doenças sexualmente transmissíveis até as questões que favorecem a contração das mesmas. Gostaria de participar no programa para partilhar minha experiência de vida. Já fui casada aos 15 anos e vivi um verdadeiro inferno, não sabia nada sobre sexo e hoje digo que fui vítima de violação sexual por parte do meu marido que era mais velho que eu. Pelas informações que recebo do programa comecei a fazer testes e a cuidar melhor da minha vida e da minha filha, não quero que ela possa passar pelas mesmas coisas que eu passei (Entrevistada A, Sussundenga, 24 de março de 2024).

A entrevistada B²² conta o que pensa sobre este programa:

Foi uma grande oportunidade participar de uma entrevista nas rádios. Falar sobre o impacto das doenças sexualmente transmissíveis foi muito bom. Além de ser um programa educativo, foi uma oportunidade para eu falar desse mal para as meninas. Minha vantagem é ser ativista social na área da saúde. Acho que este programa ajudará a mudar a forma de pensar das meninas (Entrevistada Y Sussundenga, 24 de março de 2024).

4.1.3 Leitura das Entrevistas

As entrevistas destacam a importância do programa “Saúde Sexual Reprodutiva” em educar e sensibilizar as comunidades sobre saúde sexual. Os entrevistados enfatizam a

²¹ Por questões éticas, como referenciado na metodologia não apresentamos os nomes das meninas entrevistadas e optamos por colocar letras em substituição dos nomes.

²² Por questões éticas, como referenciado na metodologia não apresentamos os nomes das meninas entrevistadas e optamos por colocar letras em substituição dos nomes.

necessidade de informações sobre prevenção de DSTs e a relação entre uniões prematuras e doenças. A participação ativa de meninas e mulheres nas entrevistas sugere que o programa proporciona uma plataforma vital para a voz das comunidades, especialmente das jovens, promovendo uma maior conscientização e mudança de comportamento em relação à saúde sexual.

Impactos Observados

- **Empoderamento das meninas:** As entrevistas mostram que meninas e jovens mulheres se sentem empoderadas ao compartilhar suas experiências e sensibilizar outras sobre os riscos associados às uniões prematuras e DSTs.
- **Educação Comunitária:** O programa educa a comunidade sobre questões críticas de saúde, facilitando uma melhor compreensão e prática de prevenção.
- **Participação Comunitária:** A inclusão de diversas vozes no programa reforça a importância da participação comunitária na criação de conteúdo relevante e educativo.

Esses elementos demonstram que o programa está alcançando seus objetivos de informar e educar sobre saúde sexual, ajudando a transformar percepções e comportamentos dentro das comunidades.

4.1.4 Programa: “Prevenção de Uniões Prematuras”

Transmissão: Quarta-feira nas línguas Chiute, Chimanyka e Português. O programa é gravado.

Objetivo: Participar no combate e prevenção às uniões prematuras. As rádios comunitárias ocupam um papel importante na erradicação desse problema.

A entrevistada A²³ afirma:

Para mim, este programa é o melhor da rádio. Ele nos ensina e nos educa, mostrando os caminhos a seguir para não nos tornarmos esposas de homens mais velhos. O programa nos ajuda a conhecer nossos direitos e deveres como crianças. A rádio deve continuar com esse trabalho para nos ajudar a viver igual aos meninos (Entrevistada 13, Sussundenga, novembro de 2023).

A entrevista B²⁴ deixou seu ponto de vista sobre o programa:

²³ Por questões éticas, como referenciado na metodologia, não apresentamos os nomes das meninas entrevistadas e optamos por colocar letras em substituição dos nomes.

²⁴ Idem.

Tenho aprendido muitas coisas com o programa, vejo nele uma janela para a defesa dos nossos direitos, nos ensinam a saber dizer não ao casamento forçado e saber onde recorrer se nos for forçado a casar, por outro lado gosto do programa porque ensina os nossos pais a respeitarem os direitos das crianças e a participarem no combate às uniões prematuras. O programa traz exemplos de meninas de sucesso por terem estudado e acredito que isso vai fazer com que os nossos pais não nos obriguem a casar cedo por dinheiro e nos deixarem estudar (Entrevistada B, Sussundenga, novembro de 2023).

A locutora Sana Daude afirmou:

Por ser mulher, produz o programa com o apoio de outras mulheres. Usamos exemplos bons e ruins sobre uniões prematuras, alinhando com os direitos da criança. Mostramos como as meninas que se casam cedo sofrem por ser mães enquanto crianças e enfrentam doenças infecciosas (Entrevistada A, Sussundenga, dezembro de 2024).

4.1.5 Leitura das Entrevistas

As entrevistas revelam o impacto significativo do programa “Prevenção de Uniões Prematuras” na conscientização e educação das comunidades, especialmente das meninas. As análises dos programas mostram que a rádio comunitária de Sussundenga exerce um papel importante na educação e sensibilização das comunidades sobre questões de saúde sexual e uniões prematuras. Os programas são bem recebidos pelas meninas, que valorizam a oportunidade de aprender e compartilhar suas experiências. A locutora e produtora demonstrou um compromisso significativo em abordar esses temas de maneira informativa e educacional, contribuindo para a mudança de comportamentos e mentalidades nas comunidades.

Impactos Observados

1. Empoderamento e Educação das Meninas:

- As entrevistadas destacam a importância do programa em educar as meninas sobre seus direitos e deveres.
- O programa fornece informações práticas sobre como agir em situações de coerção para casar.
- As meninas se sentem empoderadas para tomar decisões informadas, contribuindo para a prevenção de uniões prematuras.

2. Participação Comunitária

- A participação ativa das meninas no programa, compartilhando suas experiências e ideias, demonstra a eficácia da abordagem participativa.
- O envolvimento dos repórteres e a atenção às vozes das meninas incentivam a comunidade a apoiar a prevenção de uniões prematuras.

3. Mudança de Comportamento:

- Os depoimentos mostram que o programa ajuda as meninas a evitar casamentos com homens mais velhos, promovendo uma mentalidade de igualdade entre meninas e meninos.
- As histórias e exemplos compartilhados no programa servem como ferramentas educativas poderosas para ilustrar os malefícios das uniões prematuras.

4. Apoio Feminino na Produção:

- A locutora Sana Daude destaca a importância do apoio de outras mulheres na produção do programa.
- A abordagem de usar exemplos reais e alinhar com os direitos das crianças reforça a mensagem e aumenta a relevância do conteúdo para o público-alvo.

O programa “Prevenção de Uniões Prematuras” demonstra ser uma ferramenta eficaz na luta contra as uniões prematuras, promovendo educação, empoderamento e participação comunitária. As entrevistas refletem um impacto positivo na vida das meninas, ajudando-as a conhecer seus direitos e a tomar decisões informadas, enquanto a participação ativa da comunidade e a produção liderada por mulheres garantem a relevância e a eficácia do conteúdo transmitido.

4.1.6 A voz das meninas sobre as uniões prematuras

C²⁵ compartilha a sua dolorosa experiência com a união prematura, casando-se aos 14 anos para quitar uma dívida de seus pais. Seu marido, 33 anos mais velho, a levou a abandonar sua juventude e educação para se dedicar ao trabalho agrícola e cuidar dos filhos das outras esposas do marido. O relato abaixo revela a sua experiência de união prematura;

²⁵ Nome fictício por questões éticas.

“Eu fui a casa do meu marido com menos de 15 anos, isso porque meus pais haviam me prometido a ele, e haviam recebido muitas coisas pela minha entrega aquele homem. Para mim aquilo foi mau, nunca tinha pensado em ir a casa de alguém que não conheço para ser esposa. Aquela união prematura destruiu minha vida e minhas perspectivas de futuro e causou imensa tristeza. Aos 15 anos, engravidei e tempo depois perdi o bebê, porque era imatura e não tinha capacidade de gerar uma criança. Foi durante uma visita ao hospital que comecei a entender a gravidade da sua situação, sendo aconselhada sobre os meus direitos e reconhecendo os danos causados pelo casamento precoce” (entrevista realizada no distrito de Sussundenga, a 2 de abril de 2024).

A entrevistada tem opinião da importância da rádio comunitária para a educação e mobilização das meninas para a prevenção e combate às uniões prematuras, as falas a seguir relatam sua experiência com a rádio comunitária;

Quanto ao papel das Rádio Comunitária e sua influência na educação tenho a dizer que aprendi muitas coisas, ouvi pela primeira vez que as meninas podem recusar o casamento através das radio. Também tenho ouvido na rádio a educação sobre os direitos das mulheres e os males das uniões prematuras. Foi através desses programas que me tornei voluntária na rádio, compartilhando minha história para ajudar outras meninas. Não é fácil para uma menina da minha idade tratar assuntos de casamentos, na nossa casa quem decide sobre quando e como casar são os nossos pais, mas hoje com a consciência que ganhei tenho aconselhado minhas amigas para não aceitar o casamento enquanto não for maior. Não tem sido fácil, os nossos pais têm um domínio sobre nós e quem não aceita o mabatiro²⁶ e quase expulso de casa. Nossa missão como meninas na cultura tewe é difícil. A rádio tem nos ajudando a transmitir informações sobre as uniões prematuras, mas eu acho que falta algo para fazer que os nossos pais possam entender que não somos mercadoria, nem moeda de troca, precisamos ser ouvidas se aceitamos ou não um homem. Homens grandes estragam nosso futuro. Pena que a rádio fala, mas acho que ninguém ouve, nós somos moeda de troca. Os nossos pais muitas vezes não têm nada haver conosco apenas olham para os ganhos, o nosso sofrimento é grande nesses lares. Somos obrigados a fazer filhos, cuidar do lar, ir a machamba...isso tem sido pesado para crianças, mas nossos pais nos vendem em troca de nada. Hoje tenho a felicidade de haver rádios que falam disso, que tentam fazer perceber as comunidades que nós não somos objetos. Os homens são maus, pior quando você chega na casa onde já tem outras mulheres. Aquilo é sofrimento, você como criança deve fazer tudo, limpar a casa, ir a machamba, buscar linha e cozinhar, mesmo grávida você deve fazer isso...sofri, juro que não quero isso para a minha filha nem para o meu filho. Eu me casei depois da união prematura, mas parece que Deus não me gosta em 2020 me casei com um homem violento, engravidei novamente em 2022. Durante esta gravidez, descobri ter contraído o HIV de meu marido. Após sofrer violência contínua, deixei a casa e agora recebo apoio de pessoas solidárias. Gostaria de voltar a estudar e reconstruir minha vida para sustentar.

A análise das experiências das meninas em relação às uniões prematuras e o papel da rádio comunitária revela um cenário complexo e doloroso. Amélia Garape, ao compartilhar sua história, ilustra as profundas implicações das uniões prematuras na vida das meninas,

²⁶ Prática de reserva da noiva na cultura tewe. O homem, seja qual for a sua idade, pode reservar a noiva mediante o pagamento de um dote aos pais. A menina nesse caso não tem direito de recusar a promessa feita aos pais, nisto ela pode ser obrigada a casar com pessoas mais velhas que ela, regra geral o mabatiro é feito por homens mais velhos que buscam meninas para a sua satisfação sexual e para o trabalho nas machamba, para o sustento da família.

destacando a perda da juventude, oportunidades educacionais, e os traumas físicos e emocionais decorrentes de casamentos forçados.

A união prematura de C²⁵, resultante de uma dívida familiar, sublinha a prática de tratar meninas como mercadorias, utilizadas como moeda de troca. Esse tipo de união resulta em uma vida de submissão, trabalho árduo e cuidados domésticos, desde muito cedo. As meninas, muitas vezes, são privadas de seus direitos básicos, como a educação e o desenvolvimento pessoal. A experiência de Amélia, que inclui gravidez precoce, a perda de um bebê, e a contração do HIV devido a um relacionamento violento, enfatiza a vulnerabilidade extrema a que estão expostas.

No entanto, a rádio comunitária emerge como uma ferramenta crucial na luta contra as uniões prematuras. Através de programas educativos, a rádio tem desempenhado um papel significativo na conscientização das meninas sobre seus direitos. Amélia aprendeu sobre a possibilidade de recusar o casamento e os direitos das mulheres, o que a inspirou a se tornar voluntária e compartilhar sua história para ajudar outras meninas.

Embora a rádio forneça informações valiosas e ajude a mudar percepções entre as meninas, a aceitação e a implementação dessas mensagens nas comunidades são desafios contínuos. Os pais, que muitas vezes veem suas filhas como bens econômicos, precisam ser alcançados e educados sobre os danos das uniões prematuras. A resistência cultural e econômica permanece um obstáculo significativo, pois muitos pais ainda priorizam os ganhos financeiros sobre o bem-estar das filhas.

A análise conclui que, enquanto a rádio comunitária tem sido uma fonte vital de informação e empoderamento para as meninas, existe uma necessidade urgente de iniciativas adicionais que engajem e eduquem os pais e as comunidades. Apenas através de um esforço coletivo e contínuo será possível mudar as percepções e práticas que perpetuam as uniões prematuras, garantindo que as meninas possam exercer plenamente seus direitos e potencial.

4.1.7 Análise das uniões prematuras sob a perspectiva dos locutores e programadores das rádios comunitárias

A análise das uniões prematuras na comunidade rural do distrito de Sussundenga sob a perspectiva dos fazedores da Rádio Comunitária de Sussundenga e da seção de atendimento à mulher e criança vítima de uniões prematuras, revela esforços e desafios significativos no combate a essa prática nociva. A análise do relato de uma união prematura contada pela

jornalista Amélia Rui Gilberto revela as profundas consequências e impactos das uniões prematuras, bem como os desafios e a resistência enfrentados pelas meninas que tentam escapar dessa prática.

O relato destaca a intensa pressão exercida pelos pais sobre as meninas para que se casem cedo. Esta pressão é motivada principalmente pelo interesse econômico, como o recebimento do “lobolo” (dote), que muitas vezes se torna uma prioridade para os pais. A comparação feita pelos pais entre a menina e sua irmã casada, que já proporcionou benefícios econômicos à família, ilustra como a união prematura é vista como um meio de ganho financeiro imediato.

Na comunidade de Sussundenga temos o exemplo de uma professora que garantiu a escolaridade da menina até a conclusão do ensino médio, porém a pressão para casar não cessou. Isto mostra que, mesmo quando as meninas têm a oportunidade de continuar seus estudos, a cultura de casamentos prematuros continua a ser um obstáculo significativo para o seu desenvolvimento acadêmico e profissional.

A necessidade de fugir de casa para evitar o casamento precoce revela o extremo a que as meninas são forçadas a ir para escapar dessa prática. A menina mencionada no relato teve que sair de casa e buscar refúgio na casa do tio, o que indica o nível de desespero e a falta de opções seguras disponíveis para elas dentro de sua própria família e comunidade.

A encorajadora mensagem de Amélia à menina, insistindo para que ela continue seus estudos e busque independência, reflete a esperança e a determinação necessárias para superar as adversidades impostas pelas uniões prematuras. Amélia sugere que, com persistência, a menina poderá alcançar o sucesso e provar para seus pais e comunidade que sua escolha de não casar cedo foi a correta.

Amélia reconhece que Sussundenga é uma das regiões com os maiores índices de uniões prematuras. Isso torna crucial o papel da rádio comunitária em abordar e combater essa prática. Ela ressalta que a rádio tem promovido programas focados nas mulheres e crianças, abordando frequentemente o tema das uniões prematuras.

Um dos principais desafios mencionados por Amélia é a falta de utilização da rádio por organizações que trabalham na mitigação das uniões prematuras. Embora essas organizações realizem programas nas comunidades, muitas vezes não aproveitam o alcance da rádio para disseminar informações de forma mais ampla e rápida. Além disso, a rádio enfrenta limitações financeiras que dificultam a produção de programas mais eficazes. A falta de fundos afeta a capacidade de realizar reportagens de campo, coletar evidências e contar histórias de sucesso ou casos que necessitam de ajuda.

Amélia avalia o impacto dos programas de rádio como muito positivos. Ela acredita que se mais pessoas pensassem como ela, muitos problemas seriam sanados. A rádio tem o potencial de informar e conscientizar a comunidade sobre as consequências legais das uniões prematuras. Por exemplo, divulgar punições severas para quem promove ou se envolve em uniões prematuras poderia servir como um forte exemplo.

Outro desafio significativo é a falta de transparência e colaboração com o sistema judicial. Amélia aponta que os casos resolvidos pela justiça raramente são divulgados, e os jornalistas frequentemente não são permitidos nos tribunais. Isso limita a conscientização pública sobre as consequências legais das uniões prematuras, impedindo que a rádio informe a comunidade sobre a gravidade dessas ações e suas punições.

A fala de Amélia Rui Gilberto sublinha a importância crítica da rádio comunitária como ferramenta educativa e de conscientização. A rádio tem o poder de alcançar um público amplo e fornecer informações vitais sobre os perigos e consequências das uniões prematuras. No entanto, para maximizar seu impacto, é necessário superar desafios financeiros e incentivar uma maior colaboração com organizações e o sistema judicial.

Os locutores Eva Biri Zacarias e Abel João José expressam uma visão unânime sobre o papel crucial da rádio na prevenção e combate às uniões prematuras, destacando diferentes estratégias e desafios enfrentados no processo.

Abel João José complementa essa visão ao mencionar a produção de conteúdos relacionados ao desencorajamento das uniões prematuras na rádio. Ele destaca a importância do envolvimento ativo da comunidade, incluindo líderes locais, na produção e difusão desses programas. Abel reconhece os desafios enfrentados, como questões de liderança e financiamento, mas enfatiza a importância de manter a integridade do conteúdo e promover a conscientização na comunidade.

4.1.8 Impacto da Rádio Comunitária de Sussundenga na prevenção e combate às uniões prematuras

A rádio comunitária, por meio da voz de jornalistas como Amélia Rui Gilberto e outros, desempenha um papel crucial na conscientização da comunidade sobre os males das uniões prematuras. Compartilhar histórias de resistência e sucesso pode inspirar outras meninas a lutar contra a pressão para casar cedo e buscar educação e independência.

A divulgação de casos de sucesso através da rádio tem o potencial de mudar a percepção dos pais e da comunidade sobre o valor da educação em comparação com os

ganhos econômicos imediatos do casamento prematuro. Ao mostrar que meninas que continuam seus estudos podem alcançar sucesso e estabilidade financeira, a rádio ajuda a redefinir o papel das meninas na sociedade.

A mensagem de apoio e encorajamento transmitida por Amélia exemplifica como a rádio pode fornecer suporte moral e psicológico às meninas que estão resistindo às uniões prematuras. Saber que têm aliados que as apoiam pode fazer uma grande diferença na resiliência dessas meninas.

O relato de Amélia Rui Gilberto sobre a união prematura e sua resistência destaca os profundos impactos das uniões prematuras, incluindo a pressão familiar, a interrupção da educação e a necessidade de fuga. A rádio comunitária desempenha um papel essencial na conscientização e apoio às meninas, ajudando a combater essa prática nociva e promovendo a educação e independência feminina. A persistência em divulgar essas histórias e educar a comunidade é vital para a mudança de percepções e para a erradicação das uniões prematuras.

4.1.9 Visão da Seção de Atendimento à Mulher e Criança Vítima de Uniões Prematuras: uma janela de esperança

O Nobel Pega Penga, chefe da seção de atendimento à família e menores vítimas de violência doméstica do comando distrital de Sussundenga, explicou que o governo está trabalhando forte para acabar com as uniões prematuras. Ele me contou que, para eles, união prematura é quando pelo menos uma pessoa com menos de 18 anos se junta com outra pessoa para formar uma família.

Desde que a Lei 19 de 2019 foi criada, o governo está punindo quem quebra a lei e protegendo as crianças. O Nobel disse que a lei é muito importante para impedir que as pessoas casem crianças antes da hora. A rádio comunitária de Sussundenga também está ajudando, mas de um jeito diferente. Elas focam em ensinar as pessoas sobre os perigos e os direitos que as meninas têm. Elas estão criando programas, como o “Juntos pela Mudança”, para dar informação e incentivar as meninas a não se casarem cedo.

A seção do Nobel lida com a questão da lei e da punição. A Lei 19 de 2019 é uma ferramenta muito importante para proteger as crianças e castigar quem faz isso. Para acabar com as uniões prematuras em Sussundenga, é preciso juntar forças. A rádio comunitária precisa continuar a ensinar e empoderar as meninas, e o governo precisa continuar a fazer valer a lei. Só com esforço conjunto e constante é que a gente vai conseguir proteger os

direitos das meninas e garantir que elas cresçam e se desenvolvam em um lugar seguro e justo.

4.1.10 Visão do líder comunitário sobre uniões prematuras e importância da rádio comunitária na sua prevenção e combate

A intervenção dos líderes comunitários na prevenção e combate às uniões prematuras joga um papel importante no enfrentamento desse mal. Para melhorar e compreender o papel destes na prevenção e combate ao problema, entrevistamos o líder do bairro liberdade. As falas abaixo ilustram a visão do líder sobre as uniões prematuras:

Nós, enquanto líderes comunitários, temos um papel importante no combate às uniões prematuras, isto porque somos guardiões da tradição e dos saberes locais, há tempos havia aqui aquilo que se chama mabhatirro, ou seja, a reserva da menina, isso fomentava muito as uniões prematuras, por isso tivemos que explicar as comunidades que essa prática, embora seja tradição, não deve ser aplicada para meninas abaixo dos 18 anos. Também sensibilizamos as famílias para deixarem as meninas crescerem e irem à escola. Assim estamos a trabalhar com as instituições públicas que lidam com a luta contra as uniões prematuras, eles nos dizem o que devemos fazer se isso acontecer nas nossas comunidades (entrevista ao líder comunitário Daniel Zacarias, realizada em fevereiro de 2024).

As falas ilustram que há uma preocupação por parte da liderança comunitária em combater as uniões prematuras e mobilizar as comunidades para o enfrentamento deste mal.

4.1.11 A voz das meninas sobre as rádios comunitárias

A pesquisa realizada no distrito de Sussundenga, em Moçambique, revelou a importância crucial da Rádio Comunitária de Sussundenga para a inclusão e o engajamento das meninas. Através de um questionário aplicado a 100 meninas, com o apoio da VSO, uma ONG que trabalha com o resgate de meninas em situações de uniões prematuras, obtivemos dados significativos sobre a audiência da rádio na região.

As rádios comunitárias desempenham um papel fundamental na disseminação de informações e no engajamento das comunidades, especialmente em áreas rurais. No caso de Sussundenga, a rádio se mostra essencial para levar informações sobre a prevenção e o combate às uniões prematuras às meninas. No entanto, é crucial desenvolver estratégias

complementares para assegurar que todas as meninas tenham acesso às informações necessárias.

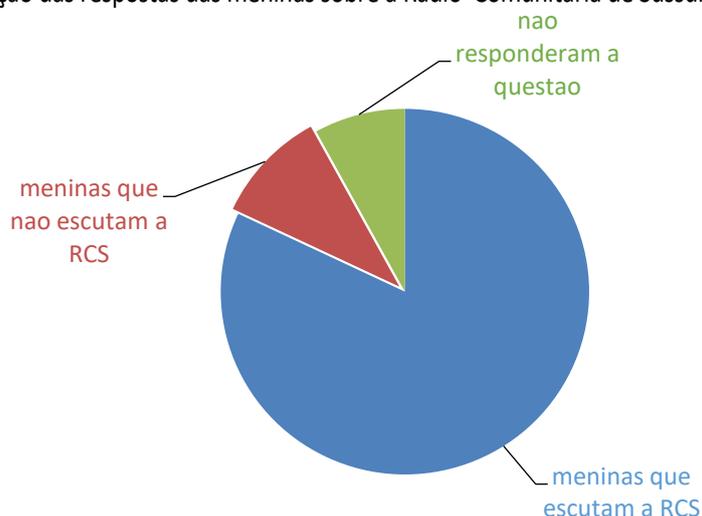
A pesquisa demonstra a importância da rádio como ferramenta de comunicação, mas é preciso investir em ações que complementam o trabalho da rádio e garantam que a mensagem chegue a todas as meninas da região. A tabela e o gráfico abaixo representam a distribuição das respostas das meninas sobre as preferências pela Rádio Comunitária de Sussundenga.

Tabela 4 - Preferências pela Rádio Comunitária de Sussundenga

Resposta	Número de Meninas	Percentual (%)
Escutam a rádio Sussundenga	82	82%
Não escutam a rádio Sussundenga	10	10%
Não responderam	8	8%
Total	100	100%

Gráfico 6 - Preferências pela Rádio Comunitária de Sussundenga

Distribuição das respostas das meninas sobre a Rádio Comunitária de Sussundenga (RCS)



A pesquisa realizada em Sussundenga revelou que a Rádio Comunitária de Sussundenga é muito popular entre as meninas da região. Dos 100 questionários aplicados, 82 meninas (82%) afirmaram que escutam a rádio, demonstrando sua influência significativa na comunidade.

Por outro lado, 10 meninas (10%) informaram que não acompanham os programas da rádio. Essa informação pode ser explicada por diversos fatores, como falta de interesse, acesso a outras formas de mídia ou simplesmente a falta de uma rádio.

Finalmente, 8 meninas (8%) não responderam à questão. Esse grupo pode incluir meninas que não têm uma opinião formada sobre o assunto ou que preferiram não revelar seus hábitos de escuta.

4.1.12 Questão sobre os programas

Para entender melhor como as rádios comunitárias podem ajudar a prevenir e combater as uniões prematuras, a pesquisa perguntou a 100 meninas em Gondola e Sussundenga sobre os tipos de programas que elas mais gostam de ouvir. Em Gondola, 20% das meninas (20 meninas) preferem programas de entretenimento, enquanto 50% (50 meninas) gostam de programas sobre saúde da mulher, educação sobre o combate às uniões prematuras e sobre jovens. 5% (5 meninas) mostraram interesse em programas sobre cultura, mulher e desporto, e 25% (25 meninas) não indicaram suas preferências.

Em Sussundenga, a pesquisa mostrou resultados semelhantes: 20% das meninas (20 meninas) gostam de programas de entretenimento. No entanto, 60% (60 meninas) demonstraram preferência por programas sobre educação da menina, programas de jovens e programas sobre prevenção e combate às uniões prematuras. Duas meninas (2%) afirmaram gostar de todos os programas transmitidos pela rádio, e 18 meninas (18%) não apontaram suas preferências.

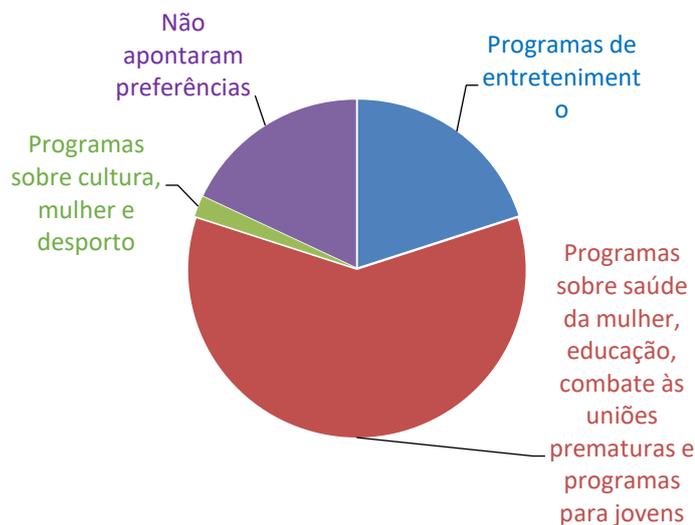
As informações coletadas demonstram claramente as preferências das meninas em relação aos programas da rádio comunitária, tanto em Gondola quanto em Sussundenga. Essa análise é fundamental para entender como as rádios podem se tornar ainda mais eficazes na disseminação de mensagens importantes sobre saúde, educação, direitos e o combate às uniões prematuras.

Tabela 5 - Preferências de Programas em Sussundenga

Preferências de Programas	Número de Meninas	Percentual (%)
Programas de entretenimento	20	20%
Programas sobre educação e de combate às uniões prematuras	60	60%
Gostam de todos os programas	2	2%

Não apontaram preferências	18	18%
Total	100	100%

Gráfico 7 - Preferências de Programas em Sussundenga



Distribuição das preferências dos programas por parte das meninas inquiridas

A pesquisa em Sussundenga revelou padrões semelhantes aos de Gondola em relação às preferências das meninas por programas de rádio.

Entretenimento: 20% das meninas (20 inquiridas) gostam de programas de entretenimento, o que reforça a importância do entretenimento como um elemento atraente para a audiência jovem.

Educação e Juventude: 60% das meninas (60 inquiridas) preferem programas educativos e voltados para a juventude, destacando a necessidade de conteúdo educativo e de prevenção em questões como saúde, direitos e combate às uniões prematuras.

Aceitação Geral: 2% das meninas (2 inquiridas) afirmam gostar de todos os programas transmitidos pela rádio, demonstrando uma aceitação geral do conteúdo oferecido.

Indiferença: 18% das meninas (18 inquiridas) não apontaram suas preferências, o que pode indicar indiferença em relação à programação ou a necessidade de uma melhor compreensão dos interesses desse grupo.

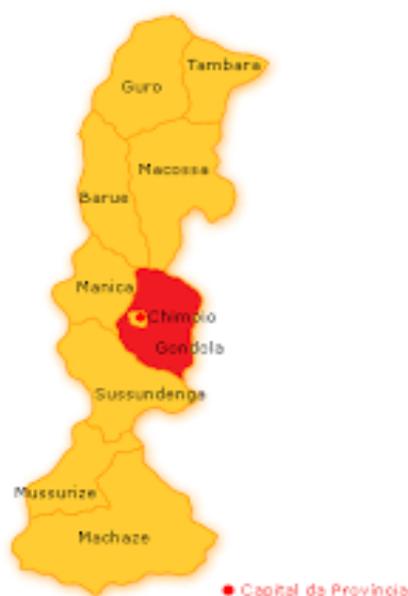
Essas análises sugerem que, enquanto o entretenimento é importante, os programas educativos e de saúde são os mais valorizados pelas meninas em ambas as localidades. As

rádios comunitárias devem continuar a focar nesses temas para atender melhor às necessidades de sua audiência jovem, garantindo que a programação seja relevante e atraente para o público que elas querem alcançar.

4.2 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS DA RÁDIO COMUNITÁRIA GÂNDWA

O distrito de Gondola, localizado na província de Manica, em Moçambique, possui uma história rica e complexa, marcada por influências coloniais, pela luta pela independência e pelos desafios do desenvolvimento contemporâneo. A narrativa de Gondola é uma jornada de resistência, resiliência e busca por um futuro mais próspero.

Figura 7- Distrito de Gondola



Fonte: <https://www.manica.gov.mz/por/Galeria/Fotos/Manica-32>.

A história de Gondola se entrelaça com a colonização portuguesa em Moçambique. A região foi incorporada ao território colonial no século XIX, impactando sua organização social, economia e cultura. A exploração de recursos naturais, como madeira e minerais, e a imposição de uma estrutura administrativa colonial marcaram o período (Macamo, 2003).

Apesar da influência colonial, a cultura local de Gondola resistiu. A região é habitada por diversos grupos étnicos, incluindo os Changana, Sena, Ndaue e Nyungwe, cada um com

suas tradições, costumes e crenças. Essa diversidade cultural enriquece a identidade de Gondola e permite que suas raízes se mantenham firmes (Fonseca, 2010).

A década de 1960 foi marcada pela intensificação da luta pela independência de Moçambique. Gondola desempenhou um papel crucial nessa luta, abrigando guerrilheiros da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) e servindo como palco de combates contra o regime colonial português. A região sofreu as consequências da guerra, com perdas materiais e humanas (Mungassa, 2007).

Com a independência de Moçambique em 1975, Gondola enfrentou o desafio de reconstruir a sociedade e a economia. A reconstrução de infraestruturas, a criação de programas sociais e o desenvolvimento de políticas para a região foram priorizados.

Atualmente, o país enfrenta desafios relacionados à pobreza, acesso à saúde e educação, e desenvolvimento econômico. A região possui um potencial agrícola, mas enfrenta problemas como seca e falta de investimento em infraestrutura de irrigação. No entanto, também apresenta oportunidades de desenvolvimento. A região possui uma rica biodiversidade, com áreas florestais e recursos minerais que podem ser explorados de forma sustentável. O turismo, com foco na beleza natural e na riqueza cultural local, também é um caminho promissor para o desenvolvimento econômico (Instituto Nacional de Estatística, 2017).

O distrito de Gondola, em Moçambique, enfrenta, como muitas regiões do país, o desafio das uniões prematuras. Este problema, que afeta a saúde, a educação e o futuro das meninas, tem raízes profundas na cultura, na pobreza e na falta de acesso a oportunidades. As uniões prematuras em no local se manifestam em diferentes formas, incluindo casamentos formais, uniões de facto e coabitação. A idade média de casamento das meninas é inferior à idade legal, que é 18 anos, o que evidencia a gravidade do problema.

Em algumas comunidades, as uniões prematuras são consideradas parte da tradição, sendo vistas como uma forma de proteger as meninas, garantir sua segurança financeira ou fortalecer laços familiares (Chissano, 2005).

A pobreza e a falta de oportunidades económicas podem levar as famílias a casar as filhas em tenra idade, visando reduzir o peso dos custos de subsistência ou garantindo um apoio financeiro para a família (Mungassa, 2007). As altas taxas de abandono escolar e a limitada acessão à educação para as meninas contribuem para sua vulnerabilidade às uniões prematuras. A falta de oportunidades educacionais limita as possibilidades de empoderamento feminino e de construção de um futuro mais promissor (Instituto Nacional de Estatística,

2017). A rádio comunitária nessa região surge como uma ferramenta para a população que não tem acesso aos meios de comunicação.

A Rádio Comunitária de Gândwa é um órgão de comunicação radiodifusão do Instituto de Comunicação Social, Delegação Provincial de Manica, estabelecido em 2019. Transmite 18 horas por dia em três línguas: Chiute, Sena e Português. A emissora conta com 6 quadros efetivos, na qual 3 são formados na área de jornalismo e o resto tem uma formação em outras áreas, além dos quadros efetivos, existem os voluntários, que são professores, ativistas e membros da comunidade.

Figura 8 - Rádio Comunitária Gândwa



Fonte: arquivo da Rádio Comunitária de Gandwa.

A grelha de emissão da Rádio Comunitária “inclui uma variedade de programas, tais como educativos, que são focados em promover a educação e o conhecimento em diversas áreas, entretenimento, que são conteúdos voltados para diversão e lazer dos ouvintes, e informativos, que trazem notícias e informações sobre saúde, agricultura, educação, cultura, governação, entre outros temas de interesse comunitário.

A rádio comunitária de Gândwa tem uma cobertura de 250 km em linha reta, abrangendo integralmente o distrito de Gondola e grandes partes dos distritos de Nhamatanda, Gorongosa, Buzi, além de uma pequena área de Muxungue. Atualmente, estima-se que a

Rádio Comunitária possui cerca de 51.000 ouvintes. O distrito de Gondola, onde a rádio está localizada, é administrativamente dividido em Posto Administrativo de Cafumpe, Amatongas, Inchope e Vila Municipal. A Rádio Comunitária de Gândwa “desempenha um papel crucial na disseminação de informações e na promoção da cultura local, contribuindo significativamente para o desenvolvimento social e comunitário da região.

Abaixo segue a grade de programação da Rádio Comunitária, exibindo os programas transmitidos tanto nas línguas locais, Chiute e Sena, quanto na língua portuguesa.

Tabela 6 - Grade de programação da Rádio Comunitária Gândwa

Designação	Dia da semana	Horario	Língua
Saudação e apresentação do Programa	Segunda feira	11:55-12:00hrs	Chiuté Sena Português
Informações várias (Spots, Publicidades e Anúncios)		12:00-12:15hrs	
Música variada Africana		12:15-12:30hrs	
Jornal da Tarde (Antena Nacional)		12:30-13:00hrs	
Separador de Emissões	Terça feira	18:55-19:00hrs	Chiuté Sena Português
Saudação e Apresentação do Programa		19:00-19:05hrs	
Informações várias (Anúncios, Spots e Publicidades)		19:05-19:10hrs	
Boletim Informativo do ICS		19:10-19:30hrs	
Jornal da Noite (Antena Nacional)		19:30-20:00hrs	

Bloco Informativo “		20:00- 20:15hrs	
Programa Saúde na comunidade	Quarta feira	20:25- 21:00hrs	Chiuté Sena Português
Sinal Horário e Noticiário (Antena Nacional)		21:00- 21:05hrs	
Informações várias (Anúncios, Spots e Publicidades)		21:05- 21:15hrs	
Musica variada Moçambicana		21:15- 21:40hrs	
Programa Perfil musical		21:40- 22:00hrs	
Correio Estudantil (Educacao para todos)	Quinta feira	20:15- 20:20hrs	Chiuté Sena Português
Sinal vorário e noticiário (Antena Nacional)		20:20- 21:00hrs	
Programa Nossas Realizações		21:00- 21:05hrs	
Música Variada		21:05- 21:20hrs	
Programa Cidanacia e participação em acção		21:20- 21:30hrs	
Programa Mulheres e Assuntos de Género	Sexta feira	13:00- 13:10hrs	Chiuté Sena Português
Informações várias (Anúncios, Spots e Publicidades)		13:10- 13:30hrs	

Bloco Informativo “		13:30- 13:40hrs	
Musica variada Moçambicana		14:00- 14:30hrs	
Programa Infantil	Sabado	13:20- 13:50hrs	Chiuté Sena Português
Musica variada Moçambicana		13:50- 14:00hrs	
Retrospectiva Semanal do ICS		14:00- 14:20hrs	
Musica Africana		14:20- 14:50hrs	
Despedida do Locutor		14:50- 14:52hrs	
Programa Horizonte Agrícola	Domingo	20:00- 20:30hrs	Chiuté Sena Português
Informações várias (Spots, Publicidades e Anúncios)		20:30- 20:45hrs	

Fonte: Rádio de Gândwa

A Rádio Comunitária de Gândwa, um importante veículo de comunicação para a comunidade local, transmite sua programação em português e nas línguas locais, oferecendo uma variedade de conteúdos que atendem aos interesses e necessidades da população. A semana se inicia com a tradicional saudação e apresentação da programação, seguida de um bloco de informações diversas, incluindo spots publicitários, anúncios e música variada africana. O Jornal da Tarde da Antena Nacional é retransmitido, proporcionando notícias de

âmbito nacional e internacional, mantendo a comunidade informada sobre os acontecimentos relevantes.

A terça-feira segue um padrão similar, com informações diversas e o Boletim Informativo do ICS, que destaca as atividades do Instituto de Comunicação Social, promovendo a comunicação social e fortalecendo o vínculo com a comunidade. O Jornal da Noite da Antena Nacional encerra o bloco informativo, garantindo que a população esteja atualizada sobre os principais eventos do dia.

Às quartas-feiras, a rádio destaca a saúde com o programa “Saúde na Comunidade”, seguido do sinal horário e noticiário da Antena Nacional, e um bloco de música moçambicana. O programa “Perfil Musical” fecha a noite, dedicado a um artista musical específico, promovendo a cultura musical local e contribuindo para a valorização da música moçambicana. Na quinta-feira, a educação é o foco do “Correio Estudantil”, que traz informações sobre oportunidades de estudo e educação para todos, incentivando a busca pelo conhecimento e as oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional.

O sinal horário e noticiário, seguido do programa "Nossas Realizações", que destaca projetos e iniciativas locais, e música variada, completam a programação, estimulando o desenvolvimento local e a participação da comunidade. Às sextas-feiras, a rádio aborda temas relacionados à mulher com o programa "Mulheres e Assuntos de Género", seguido de informações diversas e um bloco informativo sobre um tema específico. A programação se encerra com música moçambicana, promovendo a igualdade de gênero e destacando a importância da participação das mulheres na sociedade.

No sábado, o foco é infantil com o programa “Programa Infantil”, seguido de música moçambicana e a “Retrospectiva Semanal do ICS”, que resume os principais eventos da semana. O programa termina com música africana, promovendo o desenvolvimento infantil e a cultura moçambicana. A programação de domingo se inicia com o “Programa Horizonte Agrícola”, dedicado ao setor agrícola, seguido de informações diversas. O programa, dedicado ao setor agrícola, é um reflexo da importância da agricultura para a região e contribui para o desenvolvimento do setor.

A Rádio Comunitária de Gândwa, com seu foco na comunidade local e em temas relevantes, é uma plataforma que informa, educa e entretém os moradores, promovendo a cultura, o desenvolvimento e a integração social na região.

4.2.1 Análise da programação das Rádios comunitárias de Gândwa

As rádios comunitárias de Gândwa e Sussundenga apresentam uma similaridade nos programas sobre a mulher e sobre a menina. Essa similaridade resulta da gestão dessas rádios comunitárias, ambas geridas pelo Instituto de Comunicação Social (ICS), que apresenta uma linha fixa de programação. A variação entre as rádios é apenas linguística. A seguir, apresentamos o resumo desses programas, seus objetivos, formatos e os responsáveis

Figura 9 - Jornalista da Rádio comunitária de Gândwa



Programa: “Saúde Sexual Reprodutiva”

Transmissão: Segunda-feira nas línguas Chiute, Chimanyka e Português. O programa é gravado.

Objetivo: O objetivo deste programa é falar sobre saúde, abordando várias doenças que afetam as comunidades. Reconhecendo a prevalência de doenças sexualmente transmissíveis, o programa também trata de questões de saúde da menina e, por extensão, aborda assuntos sobre uniões prematuras, que resultam em várias doenças para as meninas, invasão escolar e gravidez precoce.

Formato: O programa é gravado e os apresentadores recolhem várias informações nas comunidades para produzir um conteúdo informativo e educacional. O programa apresenta diversas vozes, incluindo meninas vítimas de uniões prematuras, que são

convidadas para compartilhar suas experiências. As falas abaixo testemunham o que aqui apresentamos.

A entrevistada D²⁷ relata sua experiência com o programa:

Já fui entrevistada sobre a questão do HIV/SIDA. O repórter queria saber meu ponto de vista sobre a prevenção dessa doença. Eu disse que era necessário que as meninas tivessem mais informações sobre a prevenção. Falamos de uniões prematuras como foco de transmissão dessas doenças. Foi bom porque me ouvi na rádio falando e sensibilizando as meninas para não se envolverem com senhores, pois podem contrair o HIV/SIDA (Entrevistada X, Gondola, 23 de janeiro de 2024).

A entrevistada C²⁸ conta o que pensa sobre este programa:

O programa sobre uniões prematuras é muito importante para mim enquanto mulheres, ele nos dá informações sobre os nossos direitos e deveres enquanto meninas. Traz histórias de meninas que já sofreram com as uniões prematuras e isso nos cativa para lutarmos contra este mal. Eu pessoal tenho acompanhado o programa de forma regular, no programa convidam várias pessoas que falam de como lidar com este mal (Entrevistada C Gondola, 24 de março de 2024).

O locutor : **Eduardo Manuel**

Produzimos programas que falam sobre tudo, educamos as pessoas sobre problemas de saúde sexual, prevenção de gravidez precoce e doenças sexualmente transmissíveis. O programa agrega várias vozes sobre como as meninas devem se comportar sexualmente e lidar com as uniões prematuras (Locutor Eduardo Manuel , Gândwa , 20 de janeiro de 2024).

A análise das entrevistas do programa “Saúde Sexual Reprodutiva” revela a eficácia e o impacto significativo que o programa tem nas comunidades abordadas. O programa se distingue por sua abordagem educativa, engajando as comunidades em discussões sobre saúde sexual e reprodutiva, com ênfase na prevenção de doenças e na luta contra uniões prematuras.

Entrevistada D

Ponto de vista sobre a prevenção do HIV/SIDA:

- A entrevistada D destaca a importância da disseminação de informações sobre a prevenção do HIV/SIDA.
- Ressalta a relação entre uniões prematuras e a transmissão de doenças sexualmente transmissíveis.

²⁷ Por questões éticas, como referenciado na metodologia, não apresentamos os nomes dos entrevistados e optamos por colocar letras em substituição dos nomes das meninas.

²⁸ Idem.

- Valoriza a oportunidade de se ouvir na rádio, utilizando sua voz para conscientizar outras meninas sobre os riscos de envolvimento com homens mais velhos.

Impacto:

- A entrevista demonstra a capacidade do programa de amplificar vozes individuais, promovendo a conscientização sobre questões críticas de saúde.
- Evidencia a conexão entre educação e prevenção, destacando como o conhecimento pode empoderar as jovens a tomar decisões informadas sobre sua saúde sexual.

Entrevistada C**Importância do programa sobre uniões prematuras:**

- A entrevistada C sublinha a relevância do programa na educação sobre direitos e deveres das meninas.
- Valoriza as histórias compartilhadas de meninas que sofreram com uniões prematuras, utilizando essas narrativas como um catalisador para a luta contra essa prática.

Impacto:

- A regularidade com que acompanha o programa indica um alto nível de engajamento e confiança na informação fornecida.
- Reflete a eficácia do programa em criar uma comunidade informada e motivada para combater uniões prematuras, promovendo um ambiente de apoio mútuo e resistência coletiva.

Locutor Eduardo Manuel**Produção e conteúdo do programa:**

- O Eduardo Manuel afirma que o programa aborda uma ampla gama de temas, incluindo saúde sexual, prevenção de gravidez precoce e doenças sexualmente transmissíveis.
- Enfatiza a diversidade de vozes apresentadas, incluindo como as meninas devem se comportar sexualmente e lidar com uniões prematuras.

Impacto:

- A declaração do locutor mostra o compromisso do programa em fornecer educação abrangente e acessível sobre saúde sexual e reprodutiva.

- Demonstra a intenção de criar um espaço inclusivo onde diversas perspectivas são ouvidas e valorizadas.

O programa “Saúde Sexual Reprodutiva” exerce um papel importante na educação e conscientização das comunidades sobre questões de saúde sexual. As entrevistas analisadas evidenciam:

- **Empoderamento:** As meninas entrevistadas sentem-se empoderadas ao participar e ouvir o programa, mostrando que suas vozes são importantes na luta contra práticas prejudiciais.
- **Informação e Prevenção:** A ênfase na disseminação de informações corretas e relevantes é um ponto central do programa, contribuindo para a prevenção de doenças e práticas nocivas como uniões prematuras.
- **Engajamento Comunitário:** O programa envolve ativamente a comunidade, proporcionando uma plataforma para discussão e educação que promove mudanças positivas na saúde sexual e reprodutiva.

Em resumo, o programa não apenas informa, mas também transforma, criando uma rede de suporte e conscientização que pode levar a melhorias significativas na saúde e nos direitos das meninas nas comunidades abordadas.

Programa: “Prevenção de Uniões Prematuras”

Transmissão: Quarta-feira nas línguas Chiute, Chimanyka e Português. O programa é gravado.

Objetivo: Participar no combate e prevenção às uniões prematuras. As rádios comunitárias ocupam um papel importante na erradicação desse problema.

A entrevistada D²⁹ fala da sua experiência com o programa:

Sempre ouço o programa sobre a prevenção das uniões prematuras. Penso que é um programa muito bom e nos ajuda a saber nossos direitos como meninas. O programa explica nossos direitos e o que fazer se alguém nos obriga a casar. Gostaria de parabenizar os repórteres e incentivá-los a continuar ouvindo as ideias das meninas para aconselhar outras e os mais velhos a nos ajudar a combater esse mal (Entrevistada 12, Gondola, 2024).

A entrevistada C³⁰ afirma:

²⁹ Por questões éticas, como referenciado na metodologia, não apresentamos os nomes das meninas entrevistadas e optamos por colocar letras em substituição dos nomes.

³⁰ Idem.

Eu gosto deste programa porque nos ensina sobre os nossos direitos e sobre como prevenir e não ser mais uma vítima das uniões prematuras. Eu ouço o programa regularmente e o que escuto lá partilho com minhas amigas e às vezes conversamos sobre o que se diz lá (Entrevistada 13, Gondola, novembro de 2023).

Sobre o mesmo assunto o Locutor Eduardo Manuel disse:

Este programa é direcionado às meninas. Nosso esforço é fazer com que elas usem o programa como ferramenta para tomar decisões e não se tornarem esposas muito cedo. Ensinamos através de experiências de adultos e crianças sobre os malefícios desse problema (Eduardo Manuel Gândwa, dezembro de 2024).

Análise das Entrevistas do Programa “Prevenção de Uniões Prematuras”

Entrevistada D

Experiência com o programa:

- A entrevistada D expressa sua apreciação pelo programa e destaca sua importância na educação sobre os direitos das meninas.
- Ela menciona que o programa informa sobre o que fazer se alguém tentar forçá-las a casar.
- Parabeniza os repórteres e incentiva a continuidade do programa, enfatizando a importância de ouvir as ideias das meninas.

Impacto:

- O programa é reconhecido como uma ferramenta vital para a conscientização e empoderamento das meninas.
- A entrevistada sente-se informada e segura para agir contra as uniões prematuras.
- A valorização dos repórteres e o incentivo a continuar sugerem que o programa está atingindo seu objetivo de educar e apoiar a comunidade.

Entrevistada C

Importância do programa:

- A entrevistada C aprecia o programa por ensinar sobre os direitos das meninas e maneiras de prevenir uniões prematuras.
- Ela ouve o programa regularmente e compartilha as informações com suas amigas, promovendo discussões sobre o conteúdo abordado.

Impacto:

- A regularidade com que a entrevistada ouve o programa indica um forte engajamento e confiança na informação fornecida.

- O compartilhamento das informações com amigas demonstra que o programa não apenas educa individualmente, mas também fomenta um efeito multiplicador na comunidade.
- As discussões entre as meninas sobre o conteúdo do programa sugerem um ambiente de apoio mútuo e conscientização coletiva.

Locutor Eduardo Manuel

Propósito e abordagem do programa:

- O locutor Eduardo explica que o programa é direcionado às meninas com o objetivo de ajudá-las a tomar decisões informadas e evitar casamentos prematuros.
- O programa utiliza experiências de adultos e crianças para ilustrar os malefícios das uniões prematuras.

Impacto:

- A declaração do locutor reflete um compromisso com a educação e a prevenção das uniões prematuras.
- A utilização de experiências reais para ensinar enfatiza a relevância e a credibilidade do conteúdo.
- O objetivo de empoderar as meninas para que não se tornem esposas muito cedo demonstra uma abordagem proativa e centrada na prevenção.

O programa “Prevenção de Uniões Prematuras” tem um papel importante na educação e empoderamento das meninas, conforme destacado pelas entrevistas. Os pontos principais observados incluem:

- **Educação e Conscientização:** O programa fornece informações vitais sobre os direitos das meninas e como prevenir uniões prematuras, educando e empoderando suas ouvintes.
- **Engajamento e Compartilhamento:** As meninas entrevistadas ouvem o programa regularmente, compartilham informações com suas amigas e discutem o conteúdo, promovendo uma conscientização coletiva.
- **Credibilidade e Relevância:** O uso de experiências reais para ilustrar os malefícios das uniões prematuras reforça a relevância e a eficácia do programa.

- **Apoio e Incentivo Comunitário:** A valorização dos repórteres e o incentivo para continuar o trabalho mostram que o programa é bem recebido e apoiado pela comunidade.

Em resumo, o programa “Prevenção de Uniões Prematuras” não apenas educa, mas também cria uma rede de suporte e conscientização que pode levar a mudanças significativas na luta contra as uniões prematuras.

4.2.2 A voz das meninas sobre as uniões prematuras

As meninas são as vítimas deste mal, entrevistamos elas para saber do seu posicionamento face às uniões prematuras e o papel da rádio na sua prevenção e combate. A seguir temos o testemunho de uma das vítimas desse mal.

Eu casei muito cedo com um senhor que meu pai escolheu e mandou me para casa dele, eu não sabia nada, era uma inocente. Mas meu pai me enviou para lá e me obrigou a casar com aquele senhor. Depois de uns meses eu fugi para casa, mas meu pai me obrigou a voltar para lá, eu sofri muito. Fugi de novo e fui a casa da minha tia, aquele senhor me seguiu e levou-me de novo a casa dele. Eu não tinha ninguém para me defender, assim fiquei lá por dois anos e engravidei, só que eu era nova e a gestação não deu certo. Foi quando conheci umas ativistas que me salvaram daquele senhor. Hoje também sou ativista e ajudo outras meninas para saberem dos seus direitos (entrevistada A residente no distrito de Gondola).

A entrevistada B referiu que:

Eu nunca sofri da união prematura, mas penso que é triste ver uma menina a ser entregue a um velho, isso me deixa bastante triste. Tenho conversado com meninas que já estiveram casadas com senhores mais velhos e disseram que aquilo é um sofrimento, porque elas são tratadas como empregadas para as mulheres mais velhas e trabalham bastante nas machamba. Penso que as autoridades deviam sancionar essas pessoas (entrevistas B, residente em Gondola).

Análise das Entrevistas sobre Uniões Prematuras

Entrevistada A

Experiência com uniões prematuras:

- A entrevistada A compartilha uma experiência pessoal angustiante de ter sido forçada a casar com um homem mais velho escolhido por seu pai.
- Ela descreve seu sofrimento, incluindo múltiplas tentativas de fuga e a falta de apoio para escapar da situação.

- Eventualmente, ativistas a ajudaram a sair do casamento forçado, permitindo-lhe recuperar sua liberdade e se tornar uma ativista por ela mesma.

Impacto:

- A história de A evidencia o extremo sofrimento físico e emocional que resulta das uniões prematuras.
- Destaca a importância do papel das ativistas e das organizações comunitárias no resgate e suporte a vítimas de uniões prematuras.
- A transformação de A em ativista mostra o potencial de vítimas se tornarem agentes de mudança, ajudando outras meninas a evitar ou escapar de situações semelhantes.

Entrevistada B

Perspectiva sobre uniões prematuras:

- Embora a entrevistada B não tenha sofrido uma união prematura, ela expressa tristeza e indignação ao ver meninas sendo entregues a homens mais velhos.
- Ela relata conversas com meninas que foram vítimas de uniões prematuras, que descreveram seu sofrimento e o tratamento como empregadas.
- B acredita que as autoridades deveriam sancionar aqueles que praticam ou facilitam uniões prematuras.

Impacto:

- A perspectiva de B sublinha a empatia e solidariedade com as vítimas de uniões prematuras, reforçando a ideia de que a comunidade mais ampla também se preocupa com esse problema.
- O relato de B sobre o sofrimento das meninas resgatadas enfatiza a necessidade urgente de ações preventivas e punitivas por parte das autoridades.
- A opinião de B sobre a necessidade de sanções aponta para a importância de políticas e medidas legais mais rígidas para combater uniões prematuras.

As entrevistas fornecem uma visão profunda sobre o impacto devastador das uniões prematuras nas vidas das meninas e a importância das ações comunitárias e legais para combatê-las. Os pontos principais observados incluem:

- **Sofrimento e Abuso:** A experiência de A ilustra o sofrimento físico e emocional extremo que as meninas forçadas a casamentos prematuros enfrentam. Este

sofrimento é exacerbado pela falta de apoio e a coerção contínua por parte da família e da sociedade.

- **Ressurgimento e Ativismo:** A transformação de A de vítima para ativista demonstra o potencial de recuperação e empoderamento, mostrando que com o apoio adequado, as vítimas podem se tornar defensoras ativas de seus direitos e dos direitos de outras meninas.
- **Empatia e Solidariedade Comunitária:** A perspectiva de B revela a solidariedade da comunidade e a indignação em relação às uniões prematuras, destacando a importância do apoio comunitário na luta contra essa prática.
- **Necessidade de Ação Legal:** A chamada de B para sanções mais rígidas contra aqueles que facilitam uniões prematuras sublinha a necessidade de políticas e medidas legais eficazes para prevenir e punir essa prática.

As entrevistas ressaltam tanto a gravidade das uniões prematuras quanto a importância das intervenções comunitárias e legais na erradicação desse problema. Elas mostram que, além da conscientização, é crucial haver suporte ativo e medidas punitivas para proteger os direitos das meninas e garantir seu bem-estar.

4.2.3 Análise das uniões prematuras sob a perspectiva dos locutores e programadores das rádios comunitárias.

A análise das uniões prematuras na comunidade rural do distrito de Gondola e Sussundenga sob a perspectiva dos fazedores da Rádio Comunitária de Gândwa e de Sussundenga e da seção de atendimento à mulher e criança vítima de uniões prematuras, revela esforços e desafios significativos no combate a essa prática nociva.

A Rádio Comunitária de Gândwa, por meio do programa “Juntos pela Mudança,” tem desempenhado um papel crucial na conscientização sobre os perigos das uniões prematuras. O locutor Paulinho Tiroso enfatiza que casar meninas antes dos 18 anos resulta em consequências sérias, como a falta de preparação emocional e física para a maternidade, o que pode causar problemas de saúde, além de interromper a educação das meninas.

Paulinho apela para que as meninas não se casem antes de completar a maioridade, incentivando-as a concluir seus estudos e buscar independência econômica. Essa abordagem educacional é essencial para promover mudanças de comportamento e aumentar a consciência sobre os direitos das meninas.

A análise do relato de uma união prematura contada pela jornalista Ercilia Fita revela as profundas consequências e impactos das uniões prematuras, bem como os desafios e a resistência enfrentados pelas meninas que tentam escapar dessa prática. O relato destaca a intensa pressão exercida pelos pais sobre as meninas para que se casem cedo. Esta pressão é motivada principalmente pelo interesse econômico, como o recebimento do “lobolo” (dote), que muitas vezes se torna uma prioridade para os pais. A comparação feita pelos pais entre a menina e sua irmã casada, que já proporcionou benefícios econômicos à família, ilustra como a união prematura é vista como um meio de ganho financeiro imediato.

Os locutores Sitelia Maca e Dinis Almeida expressam uma visão unânime sobre o papel crucial da rádio na prevenção e combate às uniões prematuras, destacando diferentes estratégias e desafios enfrentados no processo. Sitelia Maca, com sua experiência de cinco anos na rádio e seu envolvimento com a comunidade, ressalta a importância de programas educativos e reportagens que abordam diretamente as questões das uniões prematuras. Ela destaca a sensibilidade do tema e a necessidade de envolver a comunidade na produção de conteúdo relevante. Ela enfatiza que o sucesso dos programas é avaliado pela resposta da comunidade e pela diminuição dos casos ao longo do tempo, indicando a eficácia de seu trabalho na conscientização e prevenção dessas práticas prejudiciais.

Dinis Almeida complementa essa visão ao mencionar a produção de conteúdos relacionados ao desencorajamento das uniões prematuras na rádio. Ele destaca a importância do envolvimento ativo da comunidade, incluindo líderes locais, na produção e difusão desses programas. Dinis Almeida reconhece os desafios enfrentados, como questões de liderança e financiamento, mas enfatiza a importância de manter a integridade do conteúdo e promover a conscientização na comunidade.

4.2.4 Impacto das Rádios Comunitárias de Sussundenga e Gândwa na prevenção e combate às uniões prematuras

A rádio comunitária, por meio da voz de jornalistas como Amélia Rui Gilberto e outros, desempenha um papel crucial na conscientização da comunidade sobre os males das uniões prematuras. Compartilhar histórias de resistência e sucesso pode inspirar outras meninas a lutar contra a pressão para casar cedo e buscar educação e independência.

A divulgação de casos de sucesso através da rádio tem o potencial de mudar a percepção dos pais e da comunidade sobre o valor da educação em comparação com os ganhos econômicos imediatos do casamento prematuro. Ao mostrar que meninas que

continuam seus estudos podem alcançar sucesso e estabilidade financeira, a rádio ajuda a redefinir o papel das meninas na sociedade.

A mensagem de apoio e encorajamento transmitida por Amélia exemplifica como a rádio pode fornecer suporte moral e psicológico às meninas que estão resistindo às uniões prematuras. Saber que têm aliados que as apoiam pode fazer uma grande diferença na resiliência dessas meninas.

O relato de Amélia Rui Gilberto sobre a união prematura e sua resistência destaca os profundos impactos das uniões prematuras, incluindo a pressão familiar, a interrupção da educação e a necessidade de fuga. A rádio comunitária desempenha um papel essencial na conscientização e apoio às meninas, ajudando a combater essa prática nociva e promovendo a educação e independência feminina. A persistência em divulgar essas histórias e educar a comunidade é vital para a mudança de percepções e para a erradicação das uniões prematuras.

4.2.5 Visão dos líderes comunitários sobre uniões prematuras e importância das rádios comunitárias na sua prevenção e combate

A visão dos líderes comunitários sobre as uniões prematuras, exemplificada pela entrevista com Fernando Chenjera Afonso, líder comunitário em Gondola, destaca a complexidade da situação e a importância das iniciativas locais para combater essa prática prejudicial.

Fernando Chenjera Afonso, com seus 71 anos e uma década de experiência como líder comunitário, descreve um cenário onde as uniões prematuras são combatidas por meio de colaboração e educação comunitária. Ele menciona que existem associações trabalhando diretamente com a comunidade para realizar palestras e oferecer apoio, inclusive em parceria com a polícia. A presença de membros da comunidade presos por promoverem uniões prematuras gerou um efeito dissuasório, aumentando o medo entre os infratores potenciais.

Ele também aponta que algumas atividades ainda ocorrem de forma clandestina, sem o conhecimento dos líderes locais, indicando que apesar dos esforços, a prática não foi totalmente eliminada. No entanto, a coordenação entre os líderes de pequenos grupos de casas e as associações maiores facilita a comunicação e a resposta rápida a problemas emergentes.

Fernando destaca a importância da rádio comunitária como uma ferramenta educacional poderosa. A rádio ajuda a educar as pessoas enquanto estão em casa, transmitindo informações essenciais sobre os riscos e consequências das uniões prematuras. Ele menciona que a rádio comunitária trabalha em coordenação com os líderes locais, reforçando a

educação e a conscientização da população. A rádio tem contribuído significativamente para reduzir os problemas ao informar as meninas na escola e promover discussões que ajudam a conscientizar a população.

A perspectiva dos líderes comunitários, combinada com o papel da rádio comunitária, revela uma abordagem holística no combate às uniões prematuras. As associações locais, as palestras educacionais e o apoio das autoridades policiais criam um ambiente onde a comunidade é ativamente envolvida na prevenção dessas práticas. A rádio comunitária atua como um complemento vital, amplificando a mensagem de prevenção e educando a população de forma contínua.

Fernando observa uma diminuição nos incidentes desde o ano passado, sugerindo que os esforços conjuntos estão começando a produzir resultados positivos. No entanto, ele reconhece que a vigilância e a educação devem continuar, especialmente através da rádio comunitária, para manter essa tendência e garantir que as uniões prematuras sejam erradicadas.

A visão dos líderes comunitários e o papel da rádio comunitária em Gondola e em Sussundenga mostram a eficácia de uma abordagem integrada e colaborativa na prevenção das uniões prematuras. A combinação de esforços educacionais, apoio das autoridades e o uso estratégico da rádio comunitária para conscientizar a população são essenciais para sustentar os avanços alcançados e proteger os direitos e o futuro das meninas na comunidade.

A visão dos líderes comunitários sobre as uniões prematuras e a importância das rádios comunitárias na sua prevenção e combate, conforme exemplificado pela entrevista com Fernando Chenjera Afonso, líder comunitário em Gondola, destaca a complexidade da situação e a importância das iniciativas locais para combater essa prática prejudicial.

Figura 10 - Líder comunitário de Gondola



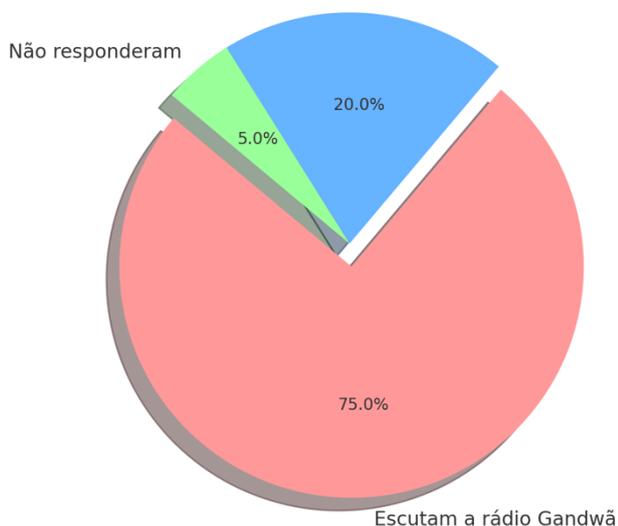
Fonte da imagem: A autora.

Gráfico 8 - Escuta da rádio comunitária Gândwa

Resposta	Número de Meninas	Percentual (%)
Escutam a rádio Gândwa	75	75%
Não escutam a rádio Gândwa	20	20%
Não responderam	5	5%
Total	100	100%

Gráfico 9 - Escuta da rádio comunitária Gândwa

Distribuição das Respostas das Meninas sobre a Rádio Comunitária Gandwã
 Não escutam a rádio Gandwã



Ao analisar a tabela e o gráfico podemos tirar as seguintes conclusões:

A pesquisa realizada em Gondola revelou que a Rádio Comunitária de Gândwa é um meio de comunicação popular entre as meninas da região. Dos 100 questionários aplicados, 75 meninas (75%) afirmaram que escutam a rádio, indicando que a rádio tem um papel significativo na comunidade.

Por outro lado, 20 meninas (20%) informaram que não acompanham os programas radiofônicos. Essa informação pode ser explicada por diversos fatores, como falta de interesse, acesso a outras formas de mídia ou simplesmente a falta de uma rádio. Finalmente, 5 meninas (5%) não responderam à questão. Esse grupo pode incluir meninas que não têm uma opinião formada sobre o assunto ou que preferiram não revelar seus hábitos de consumo de mídia.

A alta taxa de escuta da rádio Gândwa (75%) sugere que a rádio comunitária desempenha um papel vital na disseminação de informações e na educação das meninas na comunidade. Este meio pode ser aproveitado para campanhas educativas e de conscientização, especialmente em temas sensíveis como saúde, direitos e segurança. Estes dados fornecem um panorama sobre o consumo de rádio entre as meninas inquiridas em Gondola, destacando a importância da rádio como um veículo de comunicação significativo naquele distrito.

4.2.6 Questão sobre os programas

Para entender melhor como as rádios comunitárias podem ajudar a prevenir e combater as uniões prematuras, a pesquisa perguntou a 100 meninas em Gondola e

Sussundenga sobre os tipos de programas que elas mais gostam de ouvir. Em Gondola, 20% das meninas (20 meninas) preferem programas de entretenimento, enquanto 50% (50 meninas) gostam de programas sobre saúde da mulher, educação sobre o combate às uniões prematuras e sobre jovens. 5% (5 meninas) mostraram interesse em programas sobre cultura, mulher e desporto, e 25% (25 meninas) não indicaram suas preferências.

As informações coletadas demonstram claramente as preferências das meninas em relação aos programas da rádio comunitária, tanto em Gondola quanto em Sussundenga. Essa análise é fundamental para entender como as rádios podem se tornar ainda mais eficazes na disseminação de mensagens importantes sobre saúde, educação, direitos e o combate às uniões prematuras.

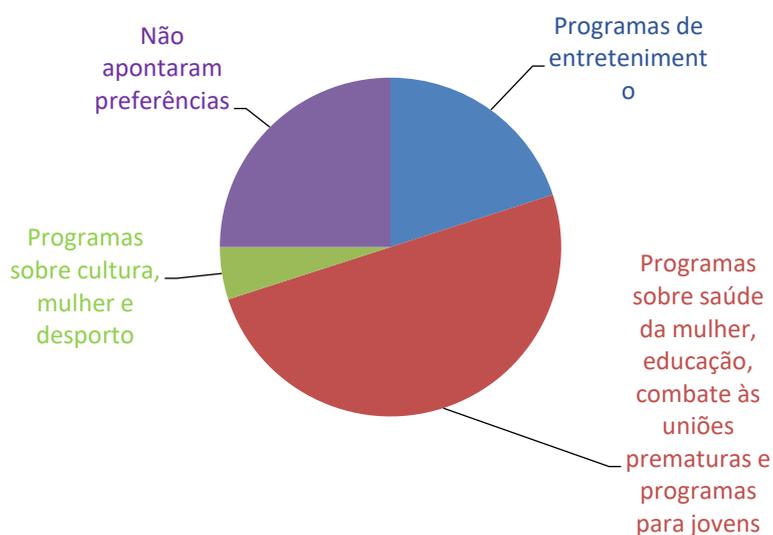
4.3 GONDOLA

Tabela 7 - Preferências de Programas em Gondola

Preferências de Programas	Número Meninas	de Percentual (%)
Programas de entretenimento	20	20%
Programas sobre saúde da mulher, educação, combate às uniões prematuras e programas para jovens	50	50%
Programas sobre cultura, mulher e desporto	5	5%
Não apontaram preferências	25	25%
Total	100	100%

Gráfico 10 - Preferências de Programas em Gondola

Distribuição das preferências dos programas por parte das meninas inquiridas



O gráfico sobre os programas transmitidos pela rádio de Gândwa em Gondola revela algumas tendências interessantes sobre as preferências das meninas:

Entretenimento: 20% das meninas (20 inquiridas) afirmaram gostar de programas de entretenimento. Isso demonstra que a rádio desempenha um papel importante no lazer e na diversão das jovens da região.

Saúde da Mulher e Educação: 50% das meninas (50% inquiridas) gostam de programas sobre saúde da mulher e educação. Essa alta porcentagem destaca a importância desses temas para a audiência jovem.

Cultura e Desporto: 5% das meninas (5 inquiridas) afirmaram gostar de programas sobre cultura e desporto. Isso sugere uma menor ênfase ou oferta desses programas na rádio.

Indiferença: 25% das meninas (25 inquiridas) não apresentaram suas preferências específicas. Isso pode indicar indiferença em relação à programação ou a necessidade de uma melhor compreensão dos interesses desse grupo.

A análise desse gráfico é importante para que a rádio de Gândwa possa aprimorar sua programação e atender de forma mais efetiva às necessidades e interesses de sua audiência.

5 CONCLUSÃO

O estudo das rádios comunitárias de Sussundenga e Gândwa revela a significativa contribuição desses meios de comunicação na abordagem de questões sociais críticas, como as uniões prematuras. A programação diversificada das emissoras, que inclui temas sobre saúde, educação, cidadania, cultura e direitos humanos, demonstra um compromisso firme com o bem-estar e o desenvolvimento das comunidades locais.

A rádio comunitária de Sussundenga se destaca por seu enfoque em temas sociais relevantes, oferecendo programas que educam e sensibilizam a comunidade sobre problemas como doenças sexualmente transmissíveis, prevenção de uniões prematuras e promoção da igualdade de gênero. A programação é cuidadosamente estruturada para abordar diferentes tópicos ao longo da semana, garantindo que uma ampla gama de assuntos essenciais seja discutida e transmitida em várias línguas locais, além do português, para alcançar o maior número possível de ouvintes.

Da mesma forma, a rádio comunitária de Gândwa, com sua ampla cobertura e programação variada, desempenha um papel crucial na disseminação de informações e na promoção da cultura local. A rádio oferece programas educativos e informativos que abordam temas de saúde, agricultura, educação, cultura e governança, proporcionando um valioso serviço à comunidade.

As entrevistas e análises dos programas das duas rádios mostram um impacto positivo dessas iniciativas na vida das comunidades, especialmente das meninas e jovens mulheres. Programas como “Saúde Sexual Reprodutiva” e “Prevenção de Uniões Prematuras” não apenas educam sobre questões de saúde e direitos, mas também empoderam as meninas, dando-lhes uma plataforma para compartilhar suas experiências e aprender sobre seus direitos.

Os depoimentos das entrevistadas indicam que a rádio tem sido um canal essencial para a educação e a mobilização das meninas contra as uniões prematuras. No entanto, também evidenciam os desafios contínuos na luta contra práticas culturais enraizadas que tratam as meninas como mercadorias. A resistência por parte de algumas comunidades destaca a necessidade de esforços contínuos e ampliados para mudar essas percepções.

Além disso, a dedicação das rádios em garantir a veracidade das informações transmitidas fortalece sua credibilidade e confiabilidade como fontes de informação. A colaboração estreita com líderes comunitários, autoridades locais e fontes seguras de informação assegura que as notícias e programas transmitidos sejam precisos e relevantes.

Apesar dos esforços significativos, as rádios enfrentam vários desafios que limitam sua eficácia. A falta de utilização da rádio por organizações que trabalham na mitigação das uniões prematuras é um obstáculo, assim como as limitações financeiras que dificultam a produção de programas mais abrangentes e a coleta de evidências de campo. Além disso, a falta de transparência e colaboração com o sistema judicial impede a divulgação de casos resolvidos, limitando a conscientização pública sobre as consequências legais das uniões prematuras.

Os dados apontam que a rádio comunitária tem um impacto positivo significativo na conscientização da comunidade. A alta taxa de escuta entre as meninas sugere que as rádios são um meio eficaz de disseminar informações vitais sobre saúde, direitos e educação. A persistência em transmitir programas educativos e de prevenção está correlacionada com uma diminuição nos casos de uniões prematuras, indicando a eficácia dessas iniciativas.

O sucesso na prevenção e combate às uniões prematuras depende de esforços colaborativos. A união das rádios comunitárias com as iniciativas governamentais e o apoio das autoridades locais é essencial. A Lei 19 de 2019, que protege as crianças e pune os responsáveis por uniões prematuras, é uma ferramenta vital, mas sua eficácia é amplificada quando combinada com os esforços educativos das rádios comunitárias e a vigilância das autoridades.

Para maximizar o impacto das rádios comunitárias, é necessário superar os desafios financeiros e incentivar uma maior colaboração com organizações e o sistema judicial. Além disso, desenvolver estratégias complementares para garantir que todas as meninas tenham acesso às informações necessárias é crucial. Investir em ações que complementam o trabalho das rádios, como palestras e campanhas comunitárias, pode assegurar que a mensagem chegue a todas as partes interessadas.

Em suma, as rádios comunitárias de Sussundenga e Gândwa demonstraram ser ferramentas poderosas na luta contra as uniões prematuras, promovendo educação, conscientização e empoderamento. Para gerar consequências positivas esforços, é essencial continuar a fortalecer as iniciativas de engajamento comunitário, envolvendo pais e líderes comunitários no processo de educação e conscientização. Apenas através de um esforço coletivo e sustentado será possível transformar as percepções e práticas que perpetuam as uniões prematuras, garantindo um futuro mais justo e igualitário para as meninas e mulheres nas comunidades rurais de Moçambique.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADICHIE, C. N. **Sejamos Todos Feministas**, 2012.

ALVES, A. M. V. **As rádios comunitárias em Moçambique: Estudos de caso**. Dissertação de Mestrado, Porto: FLUP, 2005.

AMARC. **O que é rádio comunitária? – Um guia prático**. África e Panos, África Austral: AMARC, 1998.

BEAUVOIR, S. **O Segundo Sexo**. 1949.

BERGER, G. **Community Radio in África: The Public Voice of The People**. 2002.

BOGDAN, R. S.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**, 2003.

BYERLY, C. M. **Gender and media: Representation, participation and influence**. 2019

CAMBRÃO, P.; JULIÃO, D. M. Cabo Delgado: guerra fratricida (des)conhecida? Causas e implicações internas a partir de um olhar antropológico. **Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, Porto, v. 44, p. 67-84, 2022. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/Sociologia/article/download/13018/11890/46109>. Acesso em: 13 jan. 2024.

CHIZIANE, P. **Niketche: Uma História de Povo**. Editora Caminho, 1998.

CASTELLS, M. **Communication Power**. Oxford University Press. 2009

CHICONELA, I. F. **Situação da pobreza em Moçambique – uma análise espacial**. Set. 2022.

CAICC. “Rádio Comunitária No AR Legalmente Do Licenciamento ao Exercício em Moçambique”. IN: www.caicc.org.mz/media/no_ar_legalmente.pdf. Publicado em junho de 2020. Acesso em setembro de 2023

DELIBERADOR, M.; LUZIA, M. Y.; VIEIRA, ANA, C. R. **Comunicação popular e alternativa: realidade e utopias**. São Bernardo do Campo: 1984.

EM MOÇAMBIQUE, rádio é uma companhia de 75% da população. ONU NEWS, 2019.

FERREIRA, L. C; PEREIRA, L. J. A. Tensões e tradições na alfabetização e educação de adultos das raparigas moçambicanas. **Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana**, 2012.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FONSECA, A. **Cultura e Identidade em Moçambique: Uma Análise Antropológica**. Editora Maputo, 2010.

- FRASER, C. **Community Radio: A Handbook for African Practitioners**, 2008.
- FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. Disponível em: <http://www.imf.org>. Acesso em: 10 ago. 2023.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- GERHARDT, T; SILVEIRA, D. **Métodos de pesquisa**. Ed. UFRGS, 2009.
- GILL, R. **Gender and the Media**, 2007.
- GOODE, W. J.; HATT, P. K. **Métodos em pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Nacional, 1979.
- GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 1997.
- ICS. **Estratégias para o desenvolvimento das rádios comunitárias em Moçambique-Maputo**, 1999.
- INE. **Recenseamento geral da população e habitação**, 2017.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **Estatísticas e Indicadores Sociais**. Moçambique: 2015.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. Moçambique: 1996-2023.
- JANE, T. J. **Comunicação para o desenvolvimento: o papel das rádios comunitárias na educação para o desenvolvimento local em Moçambique**. Tese (Doutorado), Universidade Metodista de São Paulo: 2006.
- KAPLÚN, M. **El Comunicador Popular**. CIESPAL, 1985
- KATAWALA, A. **Sobre ritos de iniciação**. Diário de Um Sociólogo. 2011.
- KISCHINHEVSKY, M. **Rádio e Mídias sociais: mediações e interações radiofônicas em plataformas digitais de comunicação**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.
- LANGUENE, S. Entrevista realizada, via telefone, no dia 21 de julho de 2023, com o delegado da Rádio Comunitária de Sussundenga, por Nádia Atalia Zavala.
- LEWIS, P. **Small Voices, Big Impact: Community Radio in South África**. 2007.
- LUTXEQUE, S. **Pobreza acompanha crescimento populacional em Moçambique**. Nampula, 2021.
- MACAMO, H. **A História de Moçambique: uma perspectiva crítica**. Editora Afrontamento, 2003.

MANGUE, A. A. M. **As Rádios Comunitárias e a Produção de Conteúdos em Moçambique**: Experiências de Comunicação para o Desenvolvimento. Ação Midiática, Curitiba, 2022.

MATEUS, A. S. **From voice of the revolution to community radio**: The trajectory of radio Mozambique. In: *The Media in Africa and Africa in the Media: An International Symposium*, 2003, p. 18-21.

MBEKI, T. Africa's Development and the Role of Community Radio. In: *Community Media and Development*. UNESCO, 2008, p. 125-140.

MIANE, R. A. Os pressupostos teóricos da comunicação comunitária e sua condição de alternativa política ao monopólio midiático, 2011. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

MOYO, D. Theorising Community Media in Africa. In: HOWLEY, K. (ed.). **Community Media: A Global Introduction**. Rowman & Littlefield, 2008, p. 189-202.

MOREIRA, S. V. Análise documental como método e como técnica. In: DUARTE, J.; BARROS, A. (org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

MATOS, T. C. F. **Rádios Comunitárias: Sintonia Dissonante**. Fortaleza, CE, 2006

MUCHEMWA, S. Mozambique: Media development and democratization. In: RONNING, H.; KUPE, T. (org.). **Media in Africa**. Palgrave Macmillan, 2011, p. 263-282.

MWANJU, A. Os desafios da investigação linguística em África: o caso de Moçambique. In: **A Pesquisa na universidade africana no Contexto da Globalização**: Perspectivas Epistemológicas Emergentes, Novos Horizontes Temáticos, Desafios. São Paulo: CEA-USP, 2012.

MKAIMA, R. F. da C. **As Rádios Comunitárias em Moçambique: Contributo para uma Análise**. Dissertação de mestrado, Lisboa: ISCTE, 2011. Disponível em: <https://repositorio.iscteuiul.pt/handle/10071/4330?mode=full#:~:text=referenciar%20este%20registo%3A-,http%3A//hdl.handle.net/10071/4330,-Registo%20completo> Acesso: setembro2023.

NGUNGA, A. Os desafios da investigação linguística em África: o caso de Moçambique. In: **A Pesquisa na universidade africana no Contexto da Globalização**: Perspectivas Epistemológicas Emergentes, Novos Horizontes Temáticos, Desafios. São Paulo: CEA-USP, 2012.

NWUNELI, N. Community Radio Stations in Africa: A Necessity for Social Transformation. In: MAZONI, B.; OGUNBIYI, O. (org.). **The Palgrave Handbook of African Media and Communication**. Palgrave Macmillan, 2019. p. 439-451.

ONU NEWS. Em Moçambique, rádio é companhia de 75% da população. 2019. Disponível em <https://news.un.org/pt/story/2019/02/1659611#:~:text=A%20r%C3%A1dio%20%C3%A9%2>

[opor%20excel%C3%Aancia,informada%20atrav%C3%A9s%20de%20r%C3%A1dios%20comunit%C3%A1ria](#) Acesso: setembro 2023.

PREEZ, M. Mozambique. In: TOMASELLI, S.; NHLAPO, D. A. M. (org.). **The Media and Elections: Monitoring Guidebook**. HSRC Press, 2008, p. 197-202.

PERUZZO, C. M. K. Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania. **Revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação**, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2007.

PERUZZO, C. M. K. Mídia regional e local: aspectos conceituais e tendências. **Comunicação & Sociedade**. São Bernardo do Campo: Póscom-Umesp, 2005.

PERUZZO, C. M. K. **Vozes cidadãs**: Aspectos Teóricos e Análises de Experiências de Comunicação Popular e Sindical na América Latina. São Paulo: Angellara Editora, 2004.

PERUZZO, C. M. K. Participação nas Rádios Comunitárias no Brasil. Recife, 1998.

PERUZZO, C. M. K. Comunicação Comunitária e Educação para a Cidadania, 1999.

PERUZZO, C. M. K. Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania. **Revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação**, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2007.

PERUZZO, C. M. K. Mídia regional e local: aspectos conceituais e tendências. **Comunicação & Sociedade**. São Bernardo do Campo: Póscom-Umesp, 2005.

PIMENTEL, A. O método da pesquisa documental: seu uso numa pesquisa histográfica. Cadernos de pesquisa, no 114, p.179-195, nov.2001.

Rádio Comunitária — No AR Legalmente do Licenciamento ao Exercício em Moçambique. CAICC, jun. 2020 Disponível em: www.caicc.org.mz/media/no_ar_legalmente.pdf. Acesso em: 24 jun. 2024.

RECAC. A criança na imprensa: Análise de cobertura jornalística Maputo – Moçambique, 2015.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

Rede de Comunicadores Amigos da Criança. A criança na imprensa: Análise de cobertura jornalística Maputo – Moçambique: 2015. Disponível em: <http://www.unicef.org.mz/wpcontent/uploads/2016/08/> acesso: setembro2023

RELATÓRIO MUNDIAL DE 2023. Disponível em <https://www.hrw.org/pt/worldreport/2023/countrychapters/mozambique#085c47:~:text=Em%202022%2C%20houve,janeiro%20de%202023> acesso em: outubro de 2023

SAMBULI, N. The Struggle for Community Radio in Africa. **Media Development**, v. 63, n. 2, p. 25-29, 2016.

- SANTIAGO, E. Cultura moçambicana. São Paulo, 2019.
- SELEMANE, T. O impacto das uniões prematuras na educação, saúde e nutrição em Moçambique. Maputo, 2019.
- SITOE, C. **Casamentos Prematuros em Mocuba**: Causa e Consequência da Pobreza. Civilinfo. SEKELEKANI. Maputo, 2017.
- SUANA, E. M. **Introdução a cultura Teve**: Reflexões sócio-culturais sobre o povo Teve, em Manica. Matola-Moçambique: Seminário Filosófico Interdiocesano Santo Agostinho, 1999.
- STANTON, E. C. *et al.* History of Woman Suffrage. 1881-1922.
- THOMPSON, J. B. A mídia e a modernidade. Petrópolis: Vozes.1998
- SÓ SETE milhões de moçambicanos é que têm acesso à internet. **Diário econômico**, 10 abr. 2024. Disponível em: <https://www.diarioeconomico.co.mz/2024/04/10/trends/tech/somente-setes-milhoes-de-mocambicanos-tem-acesso-a-internet/>. Acesso em: 12 jan. 2024.
- THE STATE of digital in mozambique um 2024. **Data Portal**, 23 fev. 2024. Disponível em: <https://datareportal.com/reports/digital-2024-mozambique>. Acesso em: 12 jan. 2024.
- UNESCO. Diretório das Rádios Comunitárias de Moçambique. Maputo, 2004.
- UNESCO/PNUD. Projeto de Desenvolvimento dos Media. MOZ, 2003.
- UNICEF. Estratégia Nacional de prevenção e combate dos casamentos prematuros em Moçambique 2016-2019. Maputo-Moçambique, 2015.
- UNICEF. Lei de prevenção e combate as uniões prematuras em Moçambique, 2019.
- UNICEF. Casamentos Prematuros e Gravidez na Adolescência em Moçambique, 2016. Resumo de Análises.
- UNOCHA. Mozambique Situation Report. Cabo Delgado, Nampula & Niassa Humanitarian Snapshot, 2021.
- WINOCUR, R. **Cidadãos Mediáticos**. La Construcción de lo público em la rádio. Barcelona: Gedisa, 2002.
- WOOLF, V. Um teto todo seu, 1929.
- WOLLSTONECRAFT, M. Vindication of the Rights of Woman, 1792.
- YIN, R. K. Estudo de caso, planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.
- ZAVALE, A. D. Parcerias entre rádios comunitárias e municípios como estratégia de gestão municipal compartilhada. Estudo de caso dos municípios da cidade de chimoio, da vila de Sussundenga e das rádios comunitárias de Sussundenga e GESOM. Espanha, 2019.

ZUCULOTO, V. R. M.; ZAVALA, N. A. História das rádios comunitárias de Moçambique. In: Encontro Regional Sul de História da Mídia, 9, 2022, Curitiba, PR. **Anais [...]**. São Paulo: ALCAR, 2022.

ZAVALA, N. A.; ZUCULOTO, V. R. M. Mapeamento de produções jornalísticas da Rádio Comunitária de Sussundenga, Moçambique, para o enfrentamento das uniões prematuras no país. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 25, 2023, Belo Horizonte, MG. **Anais [...]**. São Paulo: Intercom, 2023.

RELATÓRIO MUNDIAL DE 2023. Disponível em: <https://www.hrw.org/pt/world-report/2023/country-chapters/mozambique#085c47:~:text=Em%202022%2C%20houve,janeiro%20de%202023>. Acesso em: 24 jun. 2024.

Entrevistas

Amélia, Rui Gilberto. Entrevista concedida a Nádía Atalia Zavala, na sede da Rádio Comunitaria de Sussundenga, localizada no distrito de Sussundenga, na provincia de Manica, 2024

Abel, João José. Entrevista concedida a Nádía Atalia Zavala, na sede da Rádio Comunitaria de Sussundenga, localizada no distrito de Sussundenga, na provincia de Manica, 2024

Eva, Biri Zacarias. Entrevista concedida a Nádía Atalia Zavala, na sede da Rádio Comunitaria de Sussundenga, localizada no distrito de Sussundenga, na provincia de Manica, 2024

SANA, Daude. Entrevista concedida a Nádía Atalia Zavala, na sede da Rádio Comunitaria de Sussundenga, localizada no distrito de Sussundenga, na provincia de Manica, 2024

Nobel, Pega Penga. Entrevista concedida a Nádía Atalia Zavala, distrito de Sussundenga, na provincia de Manica, 2024

Daniel, Zacarias. Entrevista concedida a Nádía Atalia Zavala, distrito de Sussundenga, na provincia de Manica, 2024.

Eduardo, Manuel. Entrevista concedida a Nádía Atalia Zavala, na sede da Rádio Comunitaria de Gândwa , localizada no distrito de Gondola, na provincia de Manica, 2024.

Paulinho, Tiroso. Entrevista concedida a Nádía Atalia Zavala, na sede da Rádio Comunitaria de Gândwa , localizada no distrito de Gondola, na provincia de Manica, 2024.

Ercilia, Fita. Entrevista concedida a Nádía Atalia Zavala, na sede da Rádio Comunitaria de Gândwa , localizada no distrito de Gondola, na provincia de Manica, 2024.

Sitelia, Maca. Entrevista concedida a Nádía Atalia Zavala, na sede da Rádio Comunitaria de Gândwa , localizada no distrito de Gondola, na provincia de Manica, 2024.

Dinis, Almeida. concedida a Nádía Atalia Zavala, na sede da Rádio Comunitaria de Gândwa , localizada no distrito de Gondola, na provincia de Manica, 2024.

Fernando, Chenjera Afonso. Entrevista concedida a Nádía Atalia Zavala, no distrito de Gondola, na província de Manica, 2024.

APÊNDICE A

Entrevista para Meninas Vítimas de Uniões Prematuras: O Contributo da Rádio Comunitária

Seção 1: Experiências Pessoais

Pode compartilhar sua experiência em relação à união prematura?

Como a união prematura afetou sua vida e seu futuro?

Você teve acesso a informações sobre uniões prematuras através da rádio comunitária?

Seção 2: Contributo da Rádio Comunitária

Na sua opinião, qual é o papel da rádio comunitária na prevenção das uniões prematuras?

Você acredita que os programas da rádio comunitária podem influenciar as atitudes das comunidades em relação às uniões prematuras?

Como a rádio comunitária pode melhorar a conscientização e educação sobre este tema?

APÊNDICE B

Entrevista para Produtores de Rádio Comunitária: Programas de Prevenção de Uniões Prematuras

Seção 1: Produção de Programas

Como os programas de rádio comunitária são desenvolvidos para abordar o tema das uniões prematuras?

Quais estratégias são utilizadas para tornar os programas mais acessíveis e relevantes para a comunidade?

Quais são os desafios enfrentados na produção de programas eficazes sobre este tema?

Seção 2: Impacto na Comunidade

Como você avalia o impacto dos programas de rádio na conscientização da comunidade sobre as uniões prematuras?

Existe alguma evidência ou feedback da comunidade que sugira uma mudança de atitude após a transmissão desses programas?

APÊNDICE C

Entrevista para Líderes Comunitários: Prevenção e Combate a Uniões Prematuras

Seção 1: Envolvimento Comunitário

Como os líderes comunitários podem colaborar com as rádios comunitárias para abordar o problema das uniões prematuras?

Qual é a responsabilidade da liderança comunitária na promoção de uma mudança de mentalidade em relação a esse problema?

Seção 2: Desafios e Oportunidades

Quais são os principais desafios enfrentados pela comunidade na redução das uniões prematuras?

Como a rádio comunitária pode aproveitar as oportunidades para melhorar seus esforços na prevenção?

Questionário para Adolescentes sobre Uniões Prematuras e Contributo da Rádio Comunitária:
Impactos na Vida e Equidade de Género

Introdução

Caros adolescentes,

Agradecemos por dedicarem um momento para participar deste questionário sobre uniões prematuras e o papel da rádio comunitária na prevenção e combate a essa prática. Este estudo tem como objetivo entender as suas perspectivas em relação a uniões prematuras, bem como avaliar como a rádio comunitária pode contribuir para a conscientização e prevenção dessas situações.

Você já ouviu falar sobre uniões prematuras?

Sim

Não

Você conhece algum programa de rádio comunitária que aborda a prevenção de uniões prematuras?

Sim

Não

Se sim qual? _____

Contributo da Rádio Comunitária

Qual é, na sua opinião, o papel mais importante da rádio comunitária na prevenção de uniões prematuras?

Conscientização sobre os riscos

Oferta de informações sobre saúde sexual e reprodutiva

Promoção de igualdade de gênero

Outro (por favor, especifique)

Você acredita que os programas de rádio podem influenciar atitudes da comunidade em relação às uniões prematuras?

Sim

Não

Não tenho certeza

Impactos na Vida das Meninas

Como você acha que as uniões prematuras afetam o acesso das meninas à educação?

Reduz as oportunidades educacionais

Não tem impacto significativo

Outro (por favor, especifique)

E quanto ao acesso das meninas à saúde, você acha que uniões prematuras têm um impacto negativo?

Sim

Não

Não tenho certeza

Você acredita que uniões prematuras podem dificultar o acesso das meninas ao mercado de trabalho?

- Sim
- Não
- Não tenho certeza

Equidade de Gênero

Na sua opinião, como as uniões prematuras estão relacionadas à questão da equidade de gênero?

- Reforça desigualdades entre homens e mulheres
- Não tem impacto na equidade de gênero
- Outro (por favor, especifique)

Você acha que a rádio comunitária pode desempenhar um papel importante na promoção da igualdade de gênero?

- Sim
- Não
- Não tenho certeza

10. Agradecemos por participar! Se tiver alguma observação ou comentário adicional, por favor, compartilhe

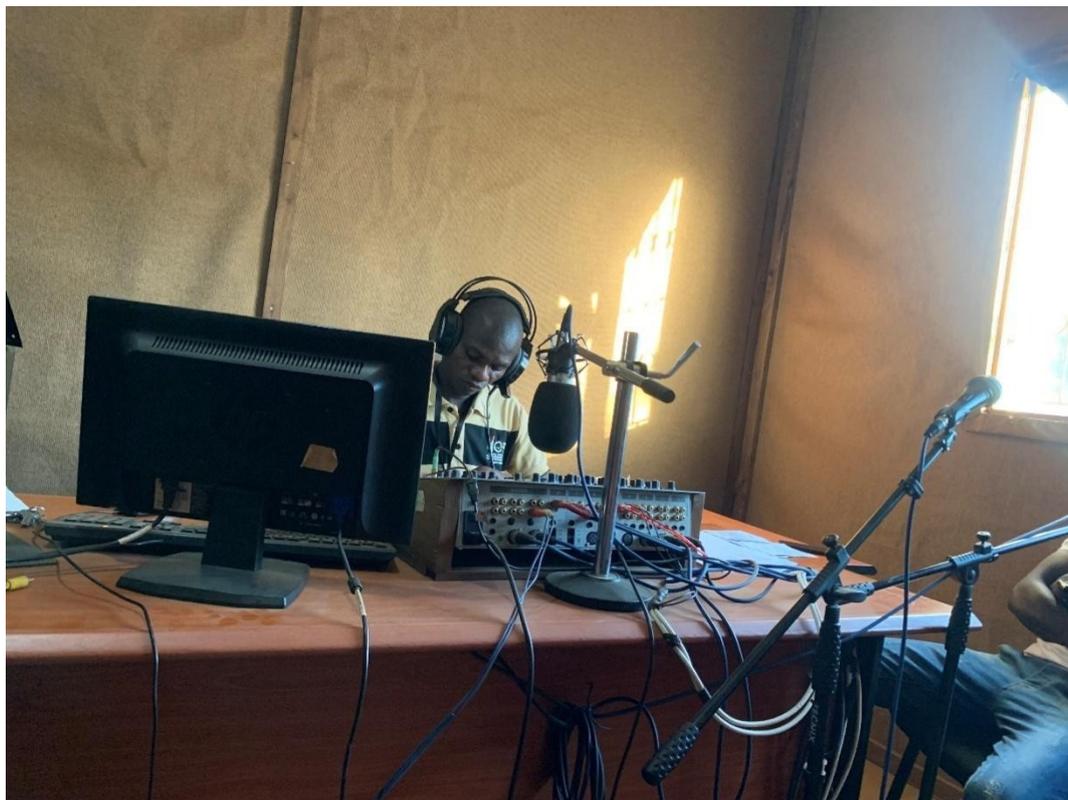
Imagens das rádios comunitárias:

Rádio comunitária de Gandwa



Fonte: A autora, 2024.

Abel João Jos, Locutor da rádio comunitária de Gandwa



Fonte: a autora.

Grupo de meninas resgatadas pela VSO



Fonte: a autora 2024.

Líder comunitário de Sussundenga



Fonte: a autora, 2024.

Roteiro do programa juntos pela mudança, rádio comunitária de Gândwa

RADIO COMUNITARIA GÂNDWA

Nome do programa: Juntos pela mudança

Data de transmissão:

Conteúdo: Métodos contraceptivos

Locução: Tomas Simbe e Ariete Sumbana

Produção: Tomas Simbe e Ariete Sumbana

Técnico: sonorizador:

TECNC-----INDICATIVO DE ABERTURA -----

L1. Ora viva muito boa noite a todos ouvintes com quem acabamos de entrar em contacto e sejam bem-vindos ao nosso e seu programa juntos pela mudança! Chegou a dupla imbatível composta por mim Tomas Simbe e Ariete Sumbana. Desde já passo a saudar a minha colega, Ariete boa noite tas muito boa noite, tas muito calma o que esta acontecer contigo?

L2. Boa noite a todos ai em casa, boa noite também a ti Tomas Simbe estou mesmo emocionada por saber que chegou quarta-feira e vamos nos divertir aprendendo com os nosso amigos. E tu Simbe qual é a sua disposição para a edição de hoje?

L1.Olha Ariete este é o melhor programa que existe e nos inspira bastante no que diz respeito a aprendizagem a saúde, razão pela qual estou sempre disposto quando chega um dia com este pelas 20 horas.

L2. Pois bem Simbe, conta me lá o que andaste a aprontar ao longo da semana?

L1. Haaa companheira! Queres me matrecar em pleno programa? Mas tudo bem, como vês estamos na época chuvosa e de sementeira, sem dúvidas andei dedicado ao trabalho da machamba durante a semana.

L2.huuuumm que bom colega espero que tenhas muita produção e sucessos nas suas actividades e não te esqueças de mim quando chegar o tempo de massaroca.

L1. Não te preocupes, eu conto contigo em todos momentos e ocasiões. E já agora Ariete ainda te lembras do que falamos na edição passada no nosso programa?

L2.Mas é claro que sim colega Simbe. Na edição passada falamos dos métodos contraceptivos na parte 1, onde aprendemos muita coisa sobre este tema com os nossos entrevistados.

-----EFEITO----JUNTOS PELA MUDANÇA-----

L1. Bom estamos de volta ao nosso programa, hoje iremos sim falar mais uma vez dos métodos contraceptivos na parte 2 como prometemos na edição passada, teremos ainda música, entrevistas e a nossa mensagem chave não vai faltar. Ariete o que acha do nosso menu de hoje?

L2. Acho ser muito bom e saudável aos ouvidos do nosso amigo lá de casa, para já vamos ao encontro do nosso técnico para nos brindar com um som musical para temperarmos o nosso prato forte de hoje e voltamos já.

TEC-----MUSICA-----

L1. Pra trás fica a nossa musica em jeito de saudação ao ouvinte. Agora vou lançar um desafio a minha colega Ariete não sei se vai aceitar ou conseguir mas vou tentar.

L2. Simbe Simbe...não começa, achas que sou mulher de medo? Então venha dai com o teu desafio que eu te mostre que a mulher tem força.

L1.heeeii amiga ok vamos a isso, O que entende por contracepção?

L2.HaaaaaSimbe,esta pergunta para mim mesmo? Então ouve bem. Contracepção é um conjunto de métodos que permitem com que os adolescentes mulheres e homens escolherem quando ter filhos, quantos filhos querem ter e o espaçamento entre os nascidos.

L1. A mulher tem força mesmo, gostei de ti ouvir falando, e agora amiga vamos a nossa entrevista e depois voltamos para eu te mostrar o homem também tem força e muito conhecimento a transmitir.

L2. Sem problemas eu estou aqui para ver e ouvir.

TEC-----VOX POP-----

L1.Muito bem esta de regresso depois do nosso vox pop com nossos entrevistados vamos nos referir dos tipos de métodos contraceptivo: Temos os preservativos, que soa métodos de barreira que servem para evitar a gravidez e protegem contra as doenças e usados correctamente são consistentes.

Nos preservativos encontramos o masculino e o feminino todos são usados para a dupla função como já nos referimos contra a concepção e contra as its incluindo o HIV. Que tal Ariete qual a é avaliação que fazes das minhas dicas não te rendes?

L2.Me rendo sim senhoras, vamos então apresentar os mitos e as verdades começo ou começa tu Simbe?

L1. Melhor começares tu Ariete com os mitos e eu venho depois com as verdaes.

L2.Amigo não acredite nos mitos sobre o preservativo: Usar 2 preservativos ao mesmo tempo protege mais.

L1.Pelo contrário, o uso de 2 preservativos poderá fazer com que rompam ou saiam durante o acto sexual,

L1. O preservativo contém bichinhos	L2. Pelo contrário, são aprovados pelo Ministério da Saúde para prevenir doenças
L1. Usar preservativo é como comer banana com casca	L2. Não é assim. Os preservativos estão feitos de material que permite uma sensação natural e para além disso previnem de infecções de transmissão sexual e gravidezes não desejadas.

L1. A pílula: É um comprimido oral. Tem que ser tomada **todos os dias a mesma hora**. Para serem eficazes NÃO DEVES FALHAR nenhum comprimido. Não interfere na relação sexual.

L2. Pode ajudar a regularizar os ciclos menstruais. Também diminui a hemorragia e cólicas menstruais.

L1. Pílulas de contracepção de emergência. Também chamada ‘‘pílula do dia seguinte’’.

L2.É um tipo de pílula para ser usada numa emergência, para evitar uma gravidez depois de uma relação sexual desprotegida. Por exemplo, em casos em que não foi utilizado qualquer método contraceptivo; houve falha ou erro na utilização do método;

L1. se o preservativo rompeu ou ficou retido na vagina; não se uso o método; em caso de relações sexuais forçadas (violação).

L2. Atenção: Só funciona quando é tomada até 120 horas (ate 5 dias) após uma relação sexual desprotegida. Mas quanto antes se tome é mais eficaz.

L1.Se a gravidez já tiver acontecido (a fecundação do óvulo pelo espermatozóide) a contracepção de emergência não funciona (não causa aborto).

L2. Não dá protecção permanente contra a gravidez (deve ser usada apenas numa emergência). Por isso não deixes de usar um método contraceptivo consistentemente. Não protege das ITSs e HIV.

-----**EFEITO----JUNTOS PELA MUDANÇA**-----

L1. estamos a chegar ao fim do nosso programa mas antes do fecho; vamos a nossa mensagem chave:

MENSAGEM CHAVE

L2. Depois da nossa mensagem chave marcamos o ponto final da presente edição que tratou sobre métodos contraceptivos na sua parte 2 nos voltamos na próxima quarta com mais um tema de interesse social; Recordar que estiveram na companhia de Tomas Simbe e Ariete Sumbana. Até lá fique bem.